



DE AÇÕES
COMPLEMENTARES
À ESCOLA
PARA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES



CENPEC

**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO,
CULTURA E AÇÃO COMUNITÁRIA**

1ª edição: 1995

Direção

Maria Alice Setubal

Autores

Raquel Brunstein (organizadora)

Maria Estela Bergamin

Izabel Brunsizian

Colaboração especial

Arlindo Cavalcanti Queiroz

Colaboração e edição de texto

Tina Amado

Coordenação UNICEF

Agop Kayayan

Garren Lumpkin

Ana Catarina Braga

Consultoria

Antonio Carlos Gomes da Costa

Edição de arte

Eva Paraguassú de Arruda Câmara

José Ramos Néto

Ilustração

Michele Iacocca

2ª edição: 1998

Direção

Maria Alice Setubal

Coordenação geral

Og Roberto Dória

Coordenação de projetos

Zita Porto Pimentel

Autoria dos novos textos

Andréa Bueno Buoro

Cláudia Dias Rosa Fulgêncio

Monica Schroeder

Revisão de texto

Renata Moraes Abreu

Colaboração especial

Melissa Porto Pimentel

3ª edição: 2002

Direção

Maria Alice Setubal

Coordenação Geral

Maria do Carmo Brant

Coordenação de projetos

Isa Maria F. R. Guará

Maria Estela Bergamin

Revisão de texto

Izabel Brunsizian

Colaboração Especial

Célia Sanda

Renata Moraes Abreu

Iniciativa

Fundação Itaú Social

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

Coordenação

CENPEC

Rua Dante Carraro, 68 – Pinheiros

05422-060 São Paulo SP

Fone/Fax (11) 3816-0666

info@cenpec.org.br

www.cenpec.org.br

C389g

Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária –
CENPEC Guia de ações complementares à escola para crianças e
adolescentes / Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação
Comunitária. São Paulo : CENPEC / UNICEF, 3. ed. 2002. 212 p.

ISBN 85-85786-02-7

Contém anexos

1. Criança. 2. Adolescente. 3. Atividades extra-curriculares. 4. Políticas
públicas. 5. Relação escola-família. 6. Organizações não-governamentais. I Título.
II CENPEC

CDU 364.446 (035)

Ficha catalográfica elaborada por Ana Maria de Souza CRB-8/5580



Guia

DE AÇÕES
COMPLEMENTARES
À ESCOLA
PARA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES

Edição 2002



Fundação Itaú
Social



FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA



CENPEC

Apresentação

A publicação deste *Guia* inscreve-se no amplo esforço que vimos desenvolvendo em prol da criança e do jovem, lastreado na firme convicção de que a garantia de seu direito ao desenvolvimento integral é atribuição de toda a sociedade.

Com o objetivo de contribuir para essa formação integral, é preciso atuar em duas linhas: por um lado, canalizar forças para que a escola pública fundamental ofereça ensino de boa qualidade para todos; por outro, atuar junto a crianças e jovens, especialmente das classes desfavorecidas, de modo a propiciar-lhes melhores condições de desenvolvimento, enriquecimento cultural e sucesso escolar.

Ambas constituem tradicionais linhas de atuação do UNICEF, às quais se integra ao Banco Itaú, por meio da Fundação Itaú Social. Juntos promovemos recentemente a produção e distribuição gratuita do material de apoio pedagógico *Raízes e Asas* a milhares de escolas públicas brasileiras, numa ampla mobilização para promover a plena formação e a aprendizagem efetiva de seus alunos.

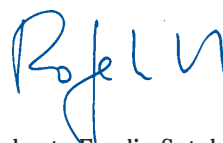
Essa parceria se renova agora no incentivo a programas não-escolares dirigidos a crianças e adolescentes brasileiros. Enfatizando a complementaridade entre esses programas e a escola, este *Guia* oferece subsídios e pistas para a execução das mais diversas ações para crianças e jovens, ilustrado com exemplos colhidos da experiência concreta de educadores sociais de todo o país.

Ao produzir este *Guia*, tivemos em mente tanto os técnicos governamentais e responsáveis por políticas públicas quanto os dirigentes e executores de programas das inúmeras organizações não-governamentais que atendem à população infanto-juvenil.

Reiteramos aqui a crença de que as alianças entre a escola e todos os setores que atendem a essa população podem gerar forças capazes de promover as condições necessárias para seu pleno desenvolvimento e formação. E reafirmamos o compromisso ético com uma visão transformadora e crítica da realidade, como base para a construção de um futuro que não seja a continuação, mas a superação da realidade que temos hoje.



Reiko Niimi
Representante do UNICEF no Brasil



Roberto Egydio Setubal
Diretor Presidente do Banco Itaú S.A.



Sumário

	Prefácio	8
	Introdução	16
1	O poder público e a sociedade civil: partilhando responsabilidades	21
	De “menor” a cidadão	22
	Mobilizar a sociedade para viabilizar o Estatuto	26
	Articulando parcerias e alianças	31
	Rumo à participação	36
2	Iniciando ações	39
	O diagnóstico: a importância de conhecer a realidade	39
	Propostas de ação e seu planejamento	48
3	Envolvendo a família	51
	Diversas formas de envolvimento	52
	Lições aprendidas	56
4	Construindo uma proposta educacional	59
	Em direção à autonomia e cidadania	60
	Acompanhamento escolar	64
	Esporte	68
	Recreação	70
	Cultura e expressão artística	71
	Saúde e sexualidade	74
	Iniciação ao mundo do trabalho	75
	Educação ambiental	79
	Uma prioridade, várias possibilidades	81
	Lições aprendidas	83
5	Organizando a equipe de trabalho	85
	Estratégias para montagem da equipe	86
	Atitudes e valores da equipe de educadores	90
	Programando a capacitação da equipe	92
6	Organizando o espaço e os materiais	97
	Adaptando o espaço existente	97
	Construindo espaço próprio para o programa	99
	A rua também é espaço para as ações	100
	Recursos materiais	100
	Mais importante que o espaço	101
7	Garantindo recursos financeiros	103
	Procedimentos legais	103
	Captação de recursos	107
	Prestação de contas	111
8	Avaliando as ações e programas	115
	Avaliação como acompanhamento do processo	116
	Avaliação como interpretação de resultados	118
	Referências bibliográficas	121
Anexo 1	Estatuto da criança e do adolescente	123
Anexo 2	Programas e ações complementares à escola	
	Visitados/registrados em 1994/1995	131
	Ganhadores de prêmio / menção honrosa nas quatro edições do Prêmio Itaú-Unicef de 1995, 1997, 1999 e 2001	135
Anexo 3	Roteiro para elaboração de projetos	161
Anexo 4	Algumas organizações e empresas que apóiam programas de cunho educacional	175

Prefácio



Associações comunitárias, cooperativas, instituições religiosas e outras organizações não-governamentais desempenham importante papel no apoio e provisão de educação básica. Sua experiência, competência, dinamismo e relações diretas com os diversos setores que representam constituem valiosos recursos na identificação e satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, Conferência de Jomtien, 1990.

O Brasil chega ao final do século XX confrontado com três grandes desafios:

- inserir-se de forma competitiva numa economia internacional em acelerado processo de globalização;
- erradicar as desigualdades sociais intoleráveis; e
- aumentar os níveis de participação democrática da população e de respeito aos direitos humanos.

Implantar tendências irreversíveis para a consecução desses objetivos é vencer a estagnação e o retrocesso e avançar nos campos do desenvolvimento econômico, social e político. Em qualquer dessas frentes de atuação, quando nos colocamos a questão de como e de onde iniciar este grande esforço de renovação da vida nacional, deparamo-nos invariavelmente com a necessidade de assegurar a todas crianças e adolescentes um ensino fundamental de qualidade. É aí que tudo começa.

De fato, não há como negar a evidência de que a escola é o terreno onde repousam e se alimentam as raízes mais fundas do processo de construção de uma economia competitiva, de uma sociedade mais justa e de um estado democrático de direito forte e consolidado. Sem afirmar-se nesses três domínios, o Brasil não terá condições de entrar de cabeça erguida no século XXI, mostrando disposição e capacidade para ocupar o lugar que nos está reservado entre os países desenvolvidos.

Como está a escola básica brasileira nesta reta final do século XX? De



mal a pior. Os números que expressam o desempenho do nosso ensino fundamental falam por si mesmos:

- ▶ 95% das crianças têm acesso à escola;
- ▶ de cada 1.000 crianças, apenas 45 concluem o 1º Grau sem nenhuma repetência;
- ▶ dessas 1.000, 400 repetem já na 1ª série;
- ▶ apenas 330 chegam ao final do 1º Grau, num tempo médio de doze anos, quando deveriam terminar em apenas oito;
- ▶ cada aluno que conclui o 1º Grau custa 24 anos letivos para o sistema;
- ▶ ou seja, um aluno formado custa três.

Diante disso, com base na *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* e no *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem* (Conferência de Jomtien, 1990), este *Guia* propõe um novo alinhamento dos programas sociais que trabalham com crianças e adolescentes em relação à escola. A idéia é que é possível proporcionar educação o dia inteiro à população infanto-juvenil das periferias urbanas e áreas rurais pauperizadas, sem que, para isso, tenhamos necessariamente que oferecer escola o dia inteiro.

Trata-se de um conceito de implementação bastante simples. Os programas comunitários de assistência social, esporte, recreação, cultura, lazer e iniciação ao mundo do trabalho devem, a partir do reconhecimento da transcendência do ensino fundamental para o desenvolvimento pessoal e social das crianças e adolescentes, passar a atuar como linha auxiliar da escola, ou seja, buscando assegurar a toda sua clientela **o ingresso ou regresso, a permanência e o sucesso na escola.**

Cada programa de atendimento deve compreender que, se o trabalho social e educativo por ele desenvolvido não tiver impacto positivo sobre o ano escolar das crianças, sua ação dificilmente transcenderá o quadro de um assistencialismo frágil, limitado e precário.



Para mostrar que essa convergência e complementaridade de ações entre os programas sócio-comunitários e a escola é possível, necessária e extremamente benéfica para crianças e adolescentes, este trabalho realizado pela equipe do CENPEC não lançou mão de teorias, ao contrário: foi buscar no terreno, através do registro e análise de ações concretas, os caminhos pelos quais essa ampliação dos meios da educação básica pode ocorrer.

Antes, porém, de elencar as formas pelas quais se dá essa cooperação, entendemos necessário fundamentá-la nos avanços de ação e concepção que nos chegam de Jomtien. Ali, uma nova ética e uma nova política começaram a ser gestadas. Cabe a nós trabalhar e lutar para que seus frutos possam ser colhidos também no Brasil.

As lições de Jomtien

De 5 a 9 de março de 1990, realizou-se na cidade de Jomtien, na Tailândia, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos. O evento, convocado pelo PNUD, Banco Mundial, UNESCO e UNICEF, reuniu mais de 1.500 delegados representando 155 países, além de 20 organismos intergovernamentais e de 150 organizações não-governamentais (ONGs).

Os produtos principais da Conferência foram a *Declaração Mundial sobre Educação para Todos* — conhecida também como Declaração de Jomtien — e o *Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem*.

A Declaração de Jomtien é uma ampla convocação, de natureza ético-política, dirigida aos governos, aos organismos internacionais, às ONGs e aos indivíduos no sentido de garantir para todos — crianças, jovens e adultos — a satisfação de suas **necessidades básicas de aprendizagem**.

Segundo a Declaração, as necessidades básicas de aprendizagem “compreendem tanto os instrumentos essenciais para aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução



de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos, habilidades, valores e atitudes) necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo”.

Para nós, brasileiros, duas lições muito importantes podem ser retiradas da Declaração de Jomtien.

PRIMEIRA LIÇÃO: se quisermos educação de qualidade para todos, teremos de ter todos pela qualidade da educação.

SEGUNDA LIÇÃO: se quisermos ampliar e melhorar a OFERTA de educação, teremos que ampliar e melhorar a DEMANDA por educação básica de qualidade no Brasil.

A primeira lição nos ensina que a educação não pode continuar sendo preocupação apenas dos segmentos que, tradicionalmente, dela se ocuparam: os operadores dos sistemas de ensino (professores, diretores, técnicos e funcionários), os dirigentes educacionais (secretários municipais e estaduais, diretores da rede de ensino, dirigentes nacionais etc.) e os acadêmicos que estudam o sistema de ensino, realizando diagnósticos e propondo soluções. Precisamos, realmente, de **todos** pela qualidade da educação, ou seja, do pleno envolvimento das organizações públicas, empresariais, sindicais, religiosas e comunitárias com a questão da satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de nossas crianças e adolescentes.

A segunda lição nos mostra que não basta trabalhar apenas do lado da oferta de educação básica. É preciso atuar, também e fortemente, do lado da demanda. O desafio agora é qualificar a demanda. A noção corrente em nossa sociedade é a de que o direito à educação consiste em vaga na escola. Devemos fazer ver a todos os nossos patrícios que o direito à educação é muito mais do que vaga na escola. O novo nome do direito à educação deverá ser **ingresso, regresso, permanência e sucesso** de todas as crianças na escola.



O Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem deriva da Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Trata-se de uma referência e de um guia para os governos, os organismos internacionais, as agências de cooperação bilaterais, as ONGs e os indivíduos comprometidos com a meta de educação para todos. Na sua implementação, nove países em desenvolvimento, pelo tamanho de sua população e pela gravidade de seus problemas educacionais, foram priorizados: Brasil e México, Egito e Nigéria, Bangladesh, China, Índia, Indonésia e Paquistão.

O reflexo da inclusão do Brasil nesse grupo foi a realização de duas Conferências Nacionais de Educação para Todos e a elaboração de um Plano Decenal de Educação, abrangendo o período 1993 a 2003.

A relação família - escola - ONGs comunitárias

O artigo 3 da Declaração de Jomtien, que trata da universalização do acesso e da promoção da equidade no oferecimento das oportunidades educativas, enfatiza a necessidade de alcançar e manter padrões aceitáveis de qualidade e superar os obstáculos que impedem ou dificultam a participação ativa de todos no processo educativo:

“Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos — os pobres, os meninos e meninas de rua ou trabalhadores, as populações de periferias urbanas ou rurais, os nômades, os trabalhadores migrantes, os povos indígenas, as minorias étnicas, raciais e lingüísticas, os refugiados, os deslocados pela guerra, os povos submetidos a regime de ocupação — não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais”.

A família é a base de tudo. Consciente dessa verdade e preocupada em integrar, no interior do conceito mais amplo de **educação para a vida**, as ações desenvolvidas no seio da família e das organizações comunitárias com aquelas desenvolvidas pela escola, a Declaração,



em seu artigo 5, enfatiza a necessidade de se ampliarem os meios e o raio de ação da educação básica:

“A aprendizagem começa com o nascimento. Isto implica cuidados básicos e educação inicial na infância, proporcionados seja através de estratégias que envolvam famílias e comunidades ou programas institucionais, como for mais apropriado.

O principal sistema de promoção da educação básica fora da esfera familiar é a **escola fundamental**. A educação fundamental deve ser universal, garantir a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de todas as crianças e levar em consideração a cultura, as necessidades e as possibilidades da comunidade. Programas complementares alternativos podem ajudar a satisfazer as necessidades de aprendizagem das crianças cujo acesso à escolaridade formal é limitado ou inexistente, desde que observem os mesmos padrões de aprendizagem adotados na escola e disponham de apoio adequado.”

O Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem, na mesma linha da Declaração, enfatiza a importância da atuação conjunta da família, da escola e das organizações sociais, quando se trata de estruturar alianças e mobilizar recursos em favor da educação:

“Os recursos da família (...) são vitais para o êxito das atividades de educação básica. Podem ser oferecidos às famílias incentivos e assistência que lhes assegurem (...) que seus membros poderão se beneficiar o mais plena e equitativamente possível das oportunidades de educação básica.”

E, nesse ponto, o *Plano de Ação* conclama as associações comunitárias, cooperativas, instituições religiosas e outras organizações não-governamentais a assumirem importante papel no apoio à educação básica: “sua competência, dinamismo e relações diretas com os diversos setores constituem valiosos recursos na identificação e satisfação das necessidades básicas de aprendizagem”.



Coerentes com a visão dos grandes desafios que o Brasil tem pela frente nesta reta final do século XX, podemos formular a nossa visão da escola fundamental necessária. Trata-se da escola de que o Brasil necessita para desenvolver-se econômica, social e politicamente: uma escola capaz de assegurar às crianças e adolescentes o sucesso na sala de aula e na vida; e que, para a família e a comunidade, seja alguma coisa pela qual vale a pena trabalhar e lutar.

Para que isso ocorra, escola, família e comunidade devem dar-se as mãos para assegurar, a cada criança e a cada adolescente, o acesso ao que Bernardo Toro chamou de os “códigos da modernidade”:

- ▶ domínio da leitura e escrita;
- ▶ capacidade de calcular e de resolver problemas;
- ▶ condições de compreender e operar seu entorno social;
- ▶ habilidade para descrever, interpretar e analisar fatos e situações;
- ▶ capacidade de receber criticamente os meios de comunicação;
- ▶ capacidade de acessar informações;
- ▶ capacidade de trabalhar em grupo.

Essa tarefa é grande demais para ser atribuída de maneira exclusiva à escola. A consecução desses objetivos deve ser compartilhada, de maneira construtiva e solidária, pelos atores que constituem o tripé sobre o qual se assenta a idéia de educação para a vida: a família, a escola e a comunidade, através de suas diversas organizações. O clima para que isso ocorra deve ser marcado pela cooperação e pela criatividade pessoal, institucional e comunitária.

É com base nessa nova percepção da educação básica, e na leitura das experiências registradas neste trabalho, que oferecemos aos programas sociais, que se disponham a trabalhar em favor de uma nova relação família-comunidade-escola, as seguintes indicações práticas:



- ▶ Desenvolver atividades que contribuam para que as crianças e adolescentes atendidos dominem os **códigos da modernidade**.
- ▶ Incentivar as crianças e adolescentes a fazer do **aprender e ter sucesso** na escola o objetivo principal dessa fase de suas vidas.
- ▶ Empenhar-se de todas as formas para que seu trabalho tenha um **impacto positivo sobre o ano escolar** de cada criança ou adolescente atendido.
- ▶ Interagir de forma solidária com a escola, buscando **participar construtivamente** de seu cotidiano.
- ▶ Acompanhar sistematicamente a freqüência e o **desempenho** das crianças e dos adolescentes na escola.
- ▶ **Conhecer pessoalmente os professores** das crianças e adolescentes atendidos, mantendo com eles uma relação de apreço, solidariedade e carinho.
- ▶ Oferecer **reforço escolar**, como forma de apoio, na busca do sucesso na sala de aula e na vida.
- ▶ Trabalhar com as famílias, para que os pais desenvolvam atitudes que favoreçam o **sucesso escolar** de seus filhos.
- ▶ Trabalhar com a família e a escola para garantir, o mais rápido possível, o **regresso** daquelas crianças que estejam deixando de freqüentar a escola.
- ▶ Sensibilizar, conscientizar, motivar e incentivar outras lideranças comunitárias a se **envolverem com a escola**, patrimônio de todos, buscando apoiá-la e melhorá-la cada vez mais.

Belo Horizonte, julho de 1995

Antônio Carlos Gomes da Costa

Introdução



Este *Guia* apresenta, descreve, fornece pistas e exemplos concretos para o desenvolvimento de *ações complementares* à escola, tanto por parte do poder público quanto pela sociedade civil organizada, que emerge como parceira necessária no grande esforço nacional para a plena cidadania das crianças e jovens brasileiros.

Destina-se a administradores, técnicos e educadores, de órgãos públicos ou de organizações não-governamentais, que planejam oferecer ou já vêm oferecendo atividades ou programas extra-escolares para a população infanto-juvenil.

As ações ou programas complementares à escola são os que, oferecidos a crianças e adolescentes, proporcionam atividades culturais, de recreação, esporte, lazer etc., de modo a assegurar seu desenvolvimento integral. São chamadas complementares à escola para lembrar, no próprio nome, o mandato constitucional segundo o qual toda a população de 7 a 14 anos deve estar freqüentando o ensino fundamental. Assim, a proposta de ações complementares reafirma a centralidade da ação educacional *da escola*, pretendendo enriquecê-la e completá-la por outras ações.

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, todas as crianças e jovens brasileiros até 18 anos têm assegurados por lei seu direito ao desenvolvimento integral, englobando o direito à educação, à cultura, ao esporte, ao brincar etc. É responsabilidade de toda a sociedade, e função do poder público em todos os níveis, garantir esses direitos e zelar para que sejam atendidos e respeitados.

No entanto, sabemos que no Brasil atual apenas uma pequena parcela da população infanto-juvenil usufrui livremente de atividades culturais, de esporte ou lazer em



geral. Na verdade, uma boa parcela sequer logra completar os oito anos de aprendizado básico preconizados na Carta Magna, sendo excluída da escola após sucessivas repetências. As crianças pobres frequentemente não dispõem dos recursos materiais e simbólicos que a escola fundamental exige delas, e que não fazem parte da bagagem social e cultural de suas famílias. Assim, enquanto a escola pública precisa ser repensada para respeitar e valorizar os conhecimentos, habilidades e valores próprios de sua clientela, visando oferecer-lhe ensino de qualidade, faz-se necessário proporcionar outros espaços para suprir aqueles recursos às crianças e jovens pobres.

De acordo com o novo aparato legal do país, o poder público municipal é a esfera diretamente responsável pelo atendimento às crianças e jovens. Para assegurar o pleno desenvolvimento da população infanto-juvenil, conforme a Constituição e o Estatuto, cabe ao município — com o apoio do estado e da União — não só envidar todos os esforços para melhorar a qualidade do ensino nas escolas como também coordenar, desenvolver e implementar programas ou ações destinados às crianças e jovens das camadas desfavorecidas, em parceria com setores organizados da sociedade civil.

Diversas instituições públicas e privadas já vêm oferecendo a esse segmento da população programas de atividades visando ocupar de maneira significativa seu tempo fora da escola e, ao mesmo tempo, contribuir para seu ingresso ou regresso e, principalmente, permanência e sucesso na escola. Desses programas foram retirados os exemplos da realidade cotidiana que ilustram os capítulos deste *Guia*.

O capítulo 1 trata do estabelecimento da política municipal para crianças e adolescentes, tendo como pano de fundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (como informação



complementar, os principais tópicos do Estatuto foram transcritos no Anexo 1). Oferece informações sobre a formação dos Conselhos previstos em lei, pistas sobre o processo de mobilização da população local e indicações sobre o papel e importância das associações comunitárias, e organizações não-governamentais de um modo geral, na atuação em parceria com o poder público local.

Qualquer que seja a política municipal definida, visa necessariamente as crianças e jovens de carne e osso, moradores do município. O capítulo 2 apresenta os passos para um diagnóstico da situação local, a partir do qual podem ser melhor planejados os programas para a população infanto-juvenil. Realizado após ou durante a própria discussão sobre a política municipal, o diagnóstico pode envolver os diversos setores da sociedade local. Sobretudo, porém, tanto o planejamento como a própria implementação das ações não podem deixar de envolver as famílias de seu público-alvo mirim: o capítulo 3 lembra a importância e sugere formas de envolver os pais que, na verdade, constituem importante parcela da população local.

No capítulo 4 discutem-se as ações concretas: em que consistem, e de que maneira todo e qualquer programa de atendimento à criança e ao jovem das camadas desfavorecidas pode atuar numa linha complementar à escola, suprindo o desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores, úteis e muitas vezes imprescindíveis não só para seu melhor desempenho na escola como na própria vida.

Esse e os demais capítulos são ilustrados com exemplos retirados de programas vigentes, ou já oferecidos para crianças e jovens em todo o país. Uma relação desses programas, contendo informações resumidas sobre cada um, é apresentada no Anexo 2.



Para garantir o caráter educacional das ações e programas oferecidos, é necessário prever a capacitação adequada dos adultos que monitoram as atividades de crianças e jovens, aqui chamados “educadores sociais”. O capítulo 5 trata das várias estratégias para organização da equipe de educadores sociais e de sua formação.

O capítulo 6 apresenta sugestões e lembretes sobre o espaço físico e os recursos materiais a serem ocupados e utilizados pelas crianças e jovens atendidos, reiterando a importância de contar com parcerias dos mais diversos segmentos da sociedade local.

Planejar e executar ações, formar equipes, organizar o espaço, obter os materiais adequados... tudo isso requer dinheiro. O capítulo 7 apresenta os procedimentos legais necessários à obtenção de verbas públicas e de agências não-governamentais, com informações e exemplos sobre a prestação de contas dos recursos recebidos. Um modelo de formulário para solicitação de recursos, assim como a lista de algumas agências financiadoras, com os respectivos endereços, constituem os Anexos 3 e 4.

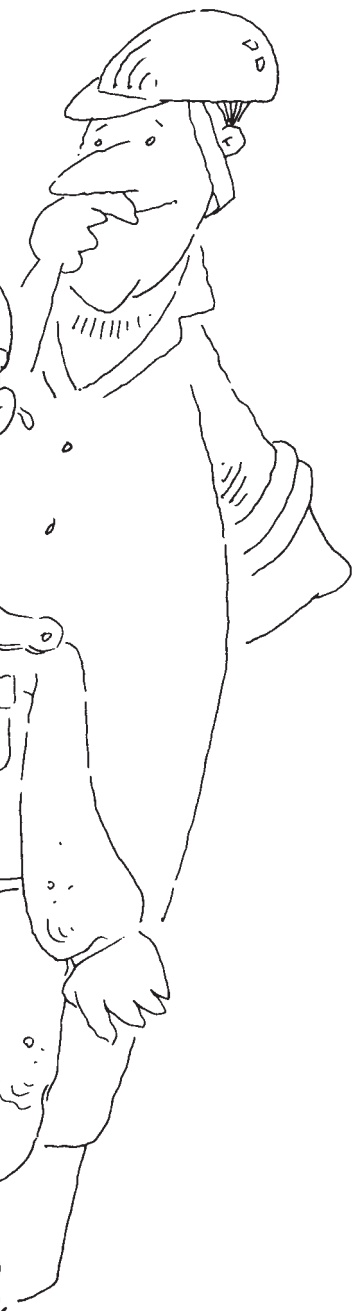
Não é só dos recursos recebidos, entretanto, que os responsáveis pelos programas devem prestar contas: o capítulo 8 lembra a necessidade de avaliação constante do desenvolvimento do programa e de seus resultados, num processo amplo que incorpore as sugestões e críticas de todos os envolvidos, inclusive dos próprios jovens e crianças participantes.

A equipe que elaborou este *Guia* espera que a ação conjunta do poder público, das organizações não-governamentais, pais e demais segmentos da sociedade, em uníssono com a escola, possa levar todas as crianças e jovens a que, de cidadãos de direito que já são, tornem-se cidadãos de fato.



1 O poder público e a sociedade civil: partilhando responsabilidades

1



O Brasil herdou de seu processo de colonização um quadro de profundas desigualdades e injustiças sociais, cuja brutalidade se revela hoje nas precárias condições de vida da maioria das crianças e dos adolescentes pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade.

No que se refere à educação, o período do Império não viu instalar-se, como em outros países, uma rede nacional de ensino nem mesmo a preocupação com a educação de crianças ou adultos. A República herdou um país sem instituições públicas que garantissem os serviços básicos de educação, saúde, moradia etc., num quadro agravado pela presença dos ex-escravos desprovidos de meios de sobrevivência. Esse quadro desumano de “liberdade” foi o berço no Brasil da chamada “questão do menor”.

Na República Velha, quando se acentuaram os problemas sociais gerados pela mudança no modelo econômico, a classe dirigente brasileira passou a encarar a “questão do menor” como “caso de polícia”. Ao longo do período republicano, o “menor” passou a ser visto pelos governantes “como ameaça social, e o atendimento a ele dispensado pelo poder público tinha por fim corrigi-lo, regenerá-lo, reformando-o pela reeducação a fim de devolvê-lo ao convívio social” (Costa, 1989).

Os governos militares instalados a partir de 1964 implantaram a FUNABEM — Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor e suas congêneres estaduais, as FEBEMs. Montou-se uma dispendiosa máquina administrativa para atender às crianças e aos adolescentes “marginalizados”, concebidos como “carentes”. Essa política nacional de bem-estar do menor (Lei 4513/64), com traços preconceituosos e discriminatórios, estabeleceu uma perspectiva assistencialista, ocultando a potencialidade e ignorando os direitos da criança e do adolescente pobres.

Paralelamente, foi se formando um movimento de resistência e luta em favor dos segmentos sociais mais injustiçados. Essa resistência, apoiada predominantemente na denúncia contra a negligência e a transgressão do Estado, fermentou, ao longo de sua dinâmica, propostas alternativas de atendimento e intervenção sócio-educativa, revelando questões como, entre outras, as implicações sociais da repetência escolar, a questão da criança e do adolescente trabalhadores, ou a noção de criança em circunstâncias especialmente difíceis. Gerou-se assim uma nova consciência na sociedade sobre a problemática social da criança e do adolescente das camadas desfavorecidas.

De “menor” a cidadão



No final da década de 80, instituições representativas dos movimentos sociais, do mundo jurídico e das políticas públicas, preocupadas com a promoção dos direitos das crianças e adolescentes, mobilizaram-se para fazer incluir na Constituição brasileira de 1988 os avanços contidos na Convenção de Direitos da Criança da ONU – Organização das Nações Unidas. Essa mesma mobilização da sociedade possibilitou, em 1990, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei que representa um grande avanço na política de atendimento à população infanto-juvenil. Pelo Estatuto, cada criança e jovem é sujeito de direitos, pessoa em condição de desenvolvimento e prioridade absoluta da família, da sociedade e do Estado.

Essa transformação de “menor portador de carências” em cidadão sujeito de direitos dá um novo rumo às políticas de atendimento à infância. É a substituição do assistencialismo por um trabalho sócio-educativo emancipador, visando o resgate da cidadania.

Mudando o rumo da política de atendimento

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a gestão da política de atendimento à infância e juventude ganha uma nova estrutura, com base em dois princípios: descentralização político-administrativa e participação da população, por meio de suas organizações representativas.

Em função do princípio da descentralização, cabe à esfera federal apenas a função de coordenar e estabelecer normas

gerais; às esferas estadual e municipal cabe o planejamento e a execução das políticas e ações de atendimento, além da coordenação das ações desenvolvidas pela sociedade civil.

Assim, a União não executa diretamente programas de atendimento: seu novo papel diz respeito à emissão das normas gerais e a coordenação global da política. Essa coordenação é feita pelo CONANDA – Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo paritário, fiscalizador das políticas e controlador das ações.

Cada estado adapta as normas federais a sua realidade. Exerce também a coordenação de maneira complementar à União, e a execução direta de seus programas ocorre sempre suplementando o trabalho realizado pelo município e pelas organizações não-governamentais (ONGs).

Ao município cabe tanto a coordenação em nível local como a execução direta das políticas e programas, em parceria com as organizações não-governamentais que nele atuam.

Em síntese, o novo perfil básico da política de atendimento definido no Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece:

- ▶ a criação de Conselhos de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente nas três esferas de poder, assegurando a participação da população organizada;
- ▶ a manutenção de Fundos ligados aos respectivos Conselhos nas três esferas;
- ▶ criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- ▶ a municipalização do atendimento.

É interessante observar que houve uma mudança na forma de participação da população organizada: ao invés de simples executora de ações, agora ela é chamada a participar tanto da formulação das políticas como do controle das ações.

As diversas modalidades de atendimento

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a proteção integral à população infanto-juvenil, especificando

seus direitos fundamentais: direito à vida e à saúde, à liberdade, ao respeito e à dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, à profissionalização e à proteção no trabalho (Estatuto..., 1991, Título II, Capítulos I a V – ver Anexo 1).

E prevê, em seu artigo 86, as quatro modalidades das políticas voltadas para esse segmento da população, “através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais”, hierarquizadas com base em critérios como abrangência e perfil dos destinatários: *políticas sociais básicas* para atender ao direito de todos à saúde, à educação, ao esporte, à cultura e ao lazer; *políticas assistenciais*, destinadas às crianças pobres e que delas necessitem; *políticas de proteção especial* para as crianças em circunstâncias especialmente difíceis, em razão de sua conduta ou da omissão de adultos; e **políticas de garantia**, que assegurem a vigência dos direitos no âmbito jurídico-policial.

As políticas sociais básicas são universais e destinam-se ao conjunto da população infanto-juvenil. Educação, saúde, cultura, recreação, esporte, lazer são direitos de todas as crianças e adolescentes e portanto deveres do Estado. Os programas e ações derivados dessas políticas destinam-se prioritariamente à população das camadas desfavorecidas, isto é, à criança e ao adolescente pobres, que têm poucas alternativas de usufruir desses bens sociais.

As políticas assistenciais destinam-se aos segmentos dessa população em estado permanente ou temporário de necessidade ou carência, em razão de privação econômica ou de outros fatores. Derivam da política assistencial programas de alimentação complementar e de abrigo provisório. Alguns desses programas podem se somar àqueles derivados das políticas sociais básicas.

A política de proteção especial dirige-se às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Podem ser incluídas nessa categoria as vítimas de abandono ou tráfico, vítimas de abuso e maus tratos, crianças e jovens em situação de rua e outras. Os programas correspondentes são os plantões de recebimento e encaminhamento de denúncias, eventual abrigo, programas para reabilitação de usuários de drogas, assim como o atendimento ao adolescente infrator.

A política de garantias atua através dos mecanismos legais na proteção da criança e do adolescente envolvidos em situações onde existe conflito de natureza jurídica.

De acordo com a filosofia do Estatuto, as políticas assistenciais e de proteção especial devem ser pensadas sob a ótica da transitoriedade e ter um caráter emancipador. A meta é garantir, com prioridade absoluta, os direitos de todas as crianças e adolescentes.

Definindo a política municipal para a criança e o adolescente



Dentre as providências que o município precisa tomar, para fazer cumprir os requisitos do Estatuto, a primeira é certamente criar uma política municipal dos direitos da criança e do adolescente, mediante lei que deverá ser aprovada na Câmara dos Vereadores após ampla discussão pública. Esta Lei Municipal deve dispor, entre outras, de normas sobre:

- ▶ as diretrizes municipais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;
- ▶ a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- ▶ a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- ▶ a criação do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A Lei Municipal estabelece normas básicas para que, atendidas as peculiaridades locais, sejam efetivados os direitos constitucionais da população infanto-juvenil. E, principalmente, deve organizar as estruturas adequadas para aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente, levando-se em conta os aspectos geográficos, demográficos, culturais e econômicos da região, isto é, deve procurar adequar as linhas gerais de orientação dos serviços e programas propostos às características e necessidades das crianças e jovens locais.

A Lei também cria o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo sua composição de forma a assegurar igual número de membros representantes dos órgãos governamentais e dos não-governamentais. O Conselho tem poder deliberativo em todas as questões relativas ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município, tendo também o

poder de controlar os programas governamentais de outros níveis do governo que atuem no município, assim como os desenvolvidos por instituições não-governamentais. Além de desempenhar um papel consultivo e de assessoria ao poder executivo, as atribuições fundamentais do Conselho são:

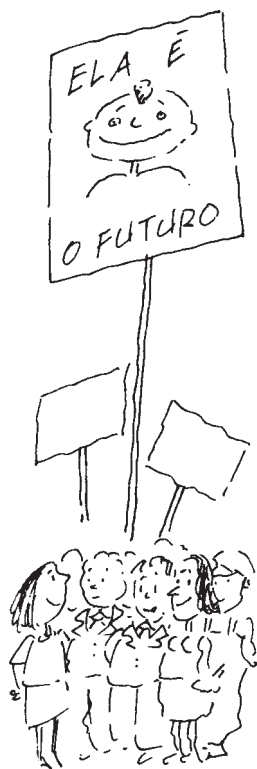
- ▶ operacionalizar a política local de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;
- ▶ controlar e avaliar as ações, tanto governamentais quanto das ONGs, em âmbito local, fiscalizando tanto a aplicação dos recursos quanto o cumprimento da lei no que se refere aos direitos das crianças e adolescentes;
- ▶ fixar critérios para aplicação dos recursos do Fundo.

A Lei cria ainda o Fundo Municipal, vinculando-o ao Conselho, considerando que seus recursos serão aplicados exclusivamente nos termos da Política Municipal de Direitos, obedecendo as diretrizes em nome dela traçadas e subordinando a aplicação de recursos externos no município aos critérios locais.

Finalmente, a Lei Municipal cria o Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, disciplinando sua composição, estruturação e funcionamento. O Conselho Tutelar é um colegiado formado por cinco pessoas escolhidas na comunidade para um mandato de três anos. Sua atuação consiste em atender diretamente a comunidade, examinando os casos de violação ou ameaça aos direitos de crianças e jovens. Acompanhando cada caso, poderá requisitar os serviços públicos necessários, nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança pública, além de fornecer orientação jurídica.

Mobilizar a sociedade para viabilizar o estatuto

Embora caiba ao município a responsabilidade pela concretização da política de atendimento à infância e à juventude, a prefeitura geralmente não tem condições nem recursos suficientes para arcar sozinha com essa responsabilidade. Além disso, numa sociedade democrática, o atendimento previsto pelo Estatuto não deve ser encarado apenas como “prestação de serviço público”, mas como compromisso assumido por toda a sociedade. Faz-se necessário, pois, realizar amplo debate público de modo a *mobilizar e envolver todos os segmentos da*



sociedade na formulação, execução e avaliação de um plano municipal de ação.

A mobilização envolve uma ampla campanha de esclarecimento da opinião pública e uma série de ações concretas conjuntas, por todos aqueles que se interessam em participar. Esse processo é, via de regra, liderado pela administração municipal ou por um de seus órgãos, mas nada impede que uma instituição não-governamental coordene a mobilização. O Brasil tem um exemplo recente de mobilização nacional na Campanha contra a Fome e a Miséria, liderada por uma ONG (embora a figura de “Betinho” seja a mais associada à campanha, em todo o país uma verdadeira multidão de grandes e pequenos empresários, trabalhadores, donas de casa e funcionários públicos, anônimos, trabalham regularmente na distribuição das doações, quase todas também anônimas).

Compreender o que vem a ser uma mobilização efetiva é indispensável para conseguir a adesão dos munícipes, sem distinção de filiação partidária, para um programa que realmente atenda às necessidades básicas e aos direitos de todas as crianças e adolescentes do município.

O que é mobilização e como viabilizá-la

Mobilizar a sociedade civil é deslançar *e manter* um processo que requer dedicação contínua e produz resultados cotidianamente. Ao contrário do que muitos supõem, mobilizar não se reduz à realização de alguns eventos, nem à convocação de pessoas para manifestações públicas. Mobilizar é persuadir cada um da importância de uma causa, acenar com metas claras, conquistar a adesão consciente das pessoas, convocar vontades para atuar na realização de um objetivo comum. Em nosso caso, o propósito é divulgar os direitos assegurados pelo Estatuto, definir uma política para garanti-los e deslançar ações concretas para as crianças e jovens.

Para sentir-se mobilizado e participar, não é preciso que todos os envolvidos estejam reunidos num mesmo espaço físico ou que se conheçam. O que é preciso é conhecer os objetivos, compartilhando o significado e a interpretação, ou seja, ter a certeza coletiva de que “o que faço também é feito e entendido da mesma maneira por muitos” (Toro, 1994, p.30). Mobilizar para obter a participação efetiva da população local consiste em um processo permanente de:

1. informar e motivar todos sobre objetivos claros a serem alcançados, isto é, acenar com metas precisas; no caso, o primeiro objetivo é conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente e verificar em que medida o município está cumprindo essa lei, para decidir o que falta fazer — ou seja, para definir a política municipal para a criança e o adolescente.

A difusão da informação requer o uso dos meios de comunicação adequados à realidade local. Todos os órgãos da administração devem ser mobilizados, mas também, e principalmente, toda a população local. Dependendo da forma como esta se distribui, e do tamanho do município, as informações e a convocação para que todos sejam informados e se manifestem podem ser veiculadas por rádio, TV, jornais, ou faixas, cartazes, conversas diretas com lideranças públicas, empresariais, religiosas, sindicais, comunitárias, o mundo jurídico, jornalistas, organizações, empresas, diretores de escolas etc.

2. apresentar propostas que realmente permitam a participação, individual e coletiva. Isto é, a campanha de mobilização deve indicar maneiras para que cada indivíduo, como pessoa e em função de seu papel, trabalho ou ocupação, possa entrever que tipo de contribuição ele pode dar, em seu dia-a-dia. A participação — e as mudanças duradouras — se constroem no cotidiano. Assim, por exemplo, a mobilização efetiva convoca reuniões em horários e locais em que os interessados possam participar, discutir, trocar opiniões, com o cuidado permanente de dar retorno e divulgar os resultados alcançados, de modo que todos saibam que os demais participantes estão no mesmo barco e sintam que sua contribuição é preciosa.
3. garantir a representatividade para a participação. Mesmo tomando todos esses cuidados, e mesmo em lugares pequenos, não é possível reunir todos os moradores para definir a política municipal. A maneira democrática de conferir constância e consistência à mobilização é formar um grupo ou comissão de representantes de todos os setores interessados.

Processos de mobilização visando o atendimento da criança e do adolescente em consonância com o Estatuto vêm ocorrendo com sucesso e de diferentes formas em muitos municípios do Brasil.

O Município de Ipatinga, cidade mineira do Vale do Aço e sede da USIMINAS, promoveu uma ampla mobilização da sociedade civil com vistas a cumprir todos os mandatos do Estatuto, a começar pela implantação do CMDCA —Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Desde 1990 o governo local vem conferindo prioridade às políticas públicas voltadas para os direitos da criança e do adolescente, atuando em parceria com entidades da sociedade civil. O CMDCA de Ipatinga foi criado a partir de um processo de debates na comunidade local, iniciado com a realização do Seminário “Criança e Adolescente — Cidadania Presente!”, por iniciativa da Prefeitura Municipal.

A partir da realização desse seminário, para o qual foram convidados representantes de todos os partidos políticos, movimentos sindicais e sociais, organizações não-governamentais, formou-se uma Comissão Pró-Conselho, que se responsabilizou pelo estudo e divulgação do Projeto de Lei Federal Estatuto da Criança e do Adolescente, na época ainda em tramitação no Congresso Nacional. A Comissão examinou a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, verificando os artigos que se referem à participação popular, à família, aos direitos fundamentais, bem como à municipalização do atendimento e políticas públicas. Foram feitas reuniões com diversas organizações do município, realizando-se também “Assembléias Populares” nas administrações regionais, para discutir o Estatuto e escolher representantes da população para participar de uma reunião mais ampla.

Os 52 delegados escolhidos participaram, junto a outros 52 técnicos e representantes de órgãos públicos indicados pelo prefeito, da 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em novembro de 1991. O Conselho provisório então formado assumiu as tarefas de acompanhar a elaboração da Lei Municipal, elaborar seu próprio regimento e plano de ação, estabelecer contato com as demais ONGs, creches, escolas etc., organizar o processo de escolha dos conselheiros tutelares e realizar um diagnóstico sobre a situação da criança e do adolescente no município.

Como este é um processo lento e complexo, da 1ª Conferência até a aprovação da Lei Municipal passaram-se dois anos, sendo esta finalmente aprovada pela Câmara Municipal em julho de 1993, criando o CMDCA, os Conselhos Tutelares e o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

A construção de pactos como o Pacto pela Infância ou os Pactos pela Educação aparecem como instâncias mobilizadoras de amplos setores da sociedade civil.

Um exemplo de pacto é o firmado pelo governo mineiro em prol da educação.

PACTO DE MINAS PELA EDUCAÇÃO

O que é um pacto

- Um pacto é um acordo sob um princípio ou um propósito, colocado acima das possíveis divergências entre seus membros.

- Um pacto é um exercício de convivência democrática.

- Trabalhar um pacto significa fazer um grande esforço para criar uma nova forma de pensar, de sentir e de atuar.

O Pacto de Minas pela Educação — um novo jeito de ver, sentir e cuidar da educação — foi firmado em janeiro de 1994, com o objetivo de mobilizar pais, alunos, professores, políticos, empresários, funcionários públicos, trabalhadores, profissionais liberais, movimentos populares, meios de comunicação e todos os cidadãos que se disponham a contribuir, com o que estiver ao seu alcance, para que Minas se comprometa com o desafio de garantir um ensino de qualidade para todos.

Como o Pacto de Minas pela Educação é um movimento sem dono, com uma dinâmica autônoma, cada um pode participar do jeito que achar melhor e que estiver ao seu alcance. O que se pretende é que as pessoas se comprometam com a idéia, de tal forma que:

- ▶ cada Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e cada Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições específicas, priorize a educação como eixo estratégico de sua ação;
- ▶ cada empregador passe a se interessar pela educação de seus empregados e dos filhos de seus empregados;
- ▶ cada associação, clube de serviços e organização não-governamental se ocupe com a educação de seus associados, dos filhos de seus associados e da comunidade em geral;
- ▶ cada sindicato oriente seus filiados sobre a importância do direito à educação e os mobilize para acompanhar as crianças na escola;
- ▶ cada igreja ou movimento religioso reserve um espaço para que seus membros escolham a melhor maneira de garantir a educação em sua comunidade;
- ▶ cada diretor de Delegacias de Ensino, escolas, colegiados escolares apóie a comunidade escolar, envolvendo todos para que participem da campanha.

Articulando parcerias e alianças



Como pode ser depreendido dos exemplos acima, a instauração de uma política municipal efetiva de atendimento aos direitos da população infanto-juvenil passa pela articulação de todas as forças locais, tanto públicas como do setor não-governamental.

Diversos níveis de parceria podem ser articulados de acordo com as necessidades e características específicas de cada município ou estado. No entanto, alguns procedimentos são fundamentais. O poder público deve garantir:

- ▶ diretrizes gerais claras;
- ▶ discussão com os segmentos da sociedade envolvidos;
- ▶ co-responsabilidade nas ações desenvolvidas.

Todos os envolvidos deveriam participar:

- ▶ da elaboração do diagnóstico da situação da criança e do adolescente nas diferentes localidades em que as ações serão desenvolvidas;
- ▶ do levantamento dos equipamentos disponíveis na comunidade;
- ▶ do levantamento de recursos;
- ▶ da definição dos papéis a serem assumidos pelos participantes.

Examinamos a seguir as implicações de algumas possibilidades de parceria.

Parcerias de iniciativa do poder público

Quando o poder público busca entrar em parceria com a comunidade à qual serve, diferentes casos podem se apresentar (para saber mais sobre os programas citados como exemplo, consultar o Anexo 2).

Em um caso freqüente, o poder público tem um projeto definido e busca parceria com outros órgãos governamentais e ONGS.

Exemplo deste caso é o Programa Curumim do Estado de Minas Gerais, que oferece um conjunto de atividades orientadas nas áreas de esporte, recreação e lazer. O elo com a educação formal se dá através do reforço escolar

e da constante preocupação das equipes com o desenvolvimento de estratégias capazes de propiciar, a cada criança ou adolescente atendido, “condições de ingresso, regresso, permanência e sucesso na rede do ensino público”.

O Curumim funciona através de núcleos, instalados em parceria com prefeituras ou ONGS que aderem ao programa, assinando convênios que indicam claramente a contribuição de cada parceiro. A SELT (Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Turismo) fornece assessoria, consultoria e fiscalização técnica na implantação dos Núcleos Curumim e transfere sua tecnologia. Caso a prefeitura ou entidade interessada necessite também de uma cooperação financeira para construção ou manutenção de seu núcleo, a SELT procura, dentro de sua competência e recursos disponíveis no orçamento, propiciar essa cooperação.

Ou, então, o poder público arrola as necessidades em cada região e viabiliza diferentes projetos de parceria.

Em Blumenau (SC), a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente gerou ampla discussão e mobilização dos diversos setores da sociedade civil e do poder público. Nesse processo, criaram-se o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria da Criança e do Adolescente.

Esta, através de seus departamentos de proteção, prevenção e sócio-educativo, desenvolve uma série de projetos (atividades culturais, recreativas e esportivas) que, de forma integrada, buscam atender a criança, o jovem, a família e a comunidade. O Conselho Municipal de Direitos é o órgão que articula esses programas com os das demais Secretarias do município e com representantes da sociedade civil.

A escolha do projeto a ser desenvolvido em uma determinada localidade é feita com o envolvimento da comunidade, que pode optar dentre os já existentes ou sugerir nova alternativa. A Secretaria realiza contatos com representantes da comunidade (associações de moradores, de igrejas, sindicatos etc.), definindo-se conjuntamente o projeto a ser desenvolvido, o espaço a ser ocupado etc., e a comunidade responsabiliza-se por seu acompanhamento.

A abrangência e articulação das políticas municipais dentro da própria Secretaria, desta com suas congêneres e com as entidades da sociedade civil refletem o compromisso do poder municipal com as políticas sociais voltadas para infância e adolescência e explicam seus resultados positivos, permitindo o atendimento de aproximadamente 5.000 crianças e jovens.

Pode inclusive acontecer que o poder público articula a criação de uma ONG.

A Sociedade Cidadão 2000, de Goiânia, é uma entidade de direito privado que atua em parceria com a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário e funciona como instrumento de todas as ações da Prefeitura voltadas para a criança e o adolescente; a sociedade estabelece parcerias com a comunidade e outros órgãos públicos.

O trabalho desenvolve-se em cinco áreas de atuação: Educação Comunitária, Organização Trabalhista nas Ruas, Profissionalização do Adolescente, Encaminhamento ao Mercado de Trabalho e Proteção Especial. Cada área está vinculada a uma Coordenação, que conta com uma equipe de profissionais qualificados advindos de Secretarias do município ou da própria comunidade.

O atendimento é propiciado em Núcleos de Educação Comunitária (NUECs), implantados em parceria com a comunidade do bairro e com o apoio do empresariado: tendo sido definido um valor por criança atendida, o empresário decide o montante de sua contribuição em função do número de crianças que deseja apoiar.

Parcerias de iniciativa de ONGs ou das comunidades

As parcerias entre diferentes ONGs com as comunidades onde atuam devem levar em conta as políticas desencadeadas pelo poder público, buscando uma articulação com este, contemplando as diretrizes nacionais, estaduais e locais. Segundo o Estatuto, todas as organizações que atendem crianças e adolescentes deverão cadastrar-se junto ao Conselho de Direitos local, que deverá garantir essa articulação. Os programas existentes apontam para diferentes casos dessas parcerias.

Um grupo de moradores, organizados ou não, pode solicitar

a ação de uma ONG para auxiliar na resolução de problemas locais.

A ACB – Ação Comunitária do Brasil é uma instituição privada, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, que tem como objetivo capacitar a população e incentivar a organização das comunidades carentes para o autodesenvolvimento, rumo a uma vida melhor. Sua atuação é sempre feita em parceria com as lideranças comunitárias locais, ou seja, em conjunto com comunidades organizadas, atendendo aos reclamos da população da periferia. Não só as sociedade amigos de bairro são seus parceiros, mas qualquer grupo, desde que organizado. Através de convênios, estabelecem-se as responsabilidades de cada uma das partes.

Para o estabelecimento da parceria são percorridas algumas etapas:

- ▶ a comunidade procura a Ação Comunitária, relatando as necessidades do bairro e os tipos de atividades desejadas;
- ▶ a ACB vai até o bairro e faz um diagnóstico, incluindo o levantamento de necessidades e recursos locais, propondo programas;
- ▶ a diretoria ou lideranças da associação da comunidade reúnem-se com os técnicos da ACB para conhecer os programas oferecidos;
- ▶ voltando ao bairro, a diretoria discute com sua comunidade quais dos programas oferecidos pela Ação Comunitária podem ser viabilizados em sua região, atendendo às necessidades locais.

Após essas etapas é então firmado o convênio entre ambas, chamado de Prestação de Serviços e Assessoria Técnica.

Em alguns casos, grupos da comunidade interessados em se associar à ACB têm de providenciar sua organização para poder estabelecer a parceria, como foi o caso de um grupo de mães de uma Escola Municipal de Educação Infantil de um bairro na periferia da Grande São Paulo. Este caso mostra inclusive a importância da participação da escola nesse processo.

A escola em questão fica num conjunto habitacional e sua diretora percebeu que, além do trabalho básico desenvolvido com as crianças, era necessário organizar

um trabalho com as mães que, em sua maioria, eram as únicas responsáveis pelos encargos financeiros da casa e requeriam preparo para exercer atividade remunerada. Convocado o Conselho de Escola, decidiu-se construir, em mutirão, uma sala anexa à escola, que pudesse ser utilizada para cursos destinados às mães. A proposta foi concretizada e iniciaram-se os primeiros cursos de corte e costura e manicure.

No entanto, a diretoria e o Conselho de Escola se depararam com problemas legais, já que o grupo de mães não era organizado. Nesse percurso, ficaram sabendo da existência da ACB. Foram até ela, organizaram o grupo de mães e o primeiro convênio foi firmado. A atual monitora, ou agente do curso, é uma das mães da escola e já foi presidente do Conselho.

Em certos casos, a população já tem uma proposta definida de ação, às vezes já em desenvolvimento, e procura uma ONG para legalizar o programa e viabilizar formalmente o recebimento de verbas.

No Rio de Janeiro, a associação de moradores de uma favela começou a desenvolver atividades de recreação com as crianças e jovens do local; no entanto, não dispunha de espaço nem meios adequados. Na busca de apoio financeiro, deparou-se com dificuldades de ordem burocrática. Assim, contactou a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião, que viabilizou formalmente o Projeto Clube Recreativo União e Lazer. Hoje o programa já se desenvolve em oito favelas. Em cada uma há um espaço próprio chamado “clube”, que recebe diariamente uma média de 40 crianças e adolescentes entre 8 e 16 anos, para atividades que se estendem por quatro horas, pela manhã, tarde ou noite.

As igrejas de diferentes religiões têm tradicionalmente se preocupado em desenvolver programas nas áreas sociais, especialmente de atendimento à infância e juventude. Tais programas, historicamente de natureza assistencialista, têm mudado recentemente sua filosofia, buscando atuar norteados pelos direitos da criança e do adolescente.

A Pastoral do Menor da Arquidiocese de Belo Horizonte apóia e coordena o Projeto Providência e o Centro de Menores Betânia, ambos localizados na periferia da cidade.

Cada um desenvolve diversos programas junto a jovens e crianças, abrangendo desde atividades de recreação, esportes, cultura, reforço escolar, até artesanato e cursos semi-profissionalizantes. Buscando o crescimento e a valorização dos moradores locais, recrutam-se entre eles os educadores que estão em contato diário com as crianças.

Todas essas iniciativas, por parte de moradores e de entidades da sociedade civil, devem estar integradas à política de atendimento do município, monitorada pelo Conselho dos Direitos. Cabe a este não só coordenar as ações voltadas para essa população como, também, buscar fortalecer os vínculos entre essas ações complementares e as escolas freqüentadas pelas crianças e jovens.

Rumo à participação



É através da participação que a população se conscientiza da situação das crianças e jovens do município, dos recursos existentes, e do que é necessário e possível ser feito. Esse processo acaba atraindo e envolvendo na busca de soluções pessoas competentes e criativas, dedicadas a outras atividades fora da administração pública e, portanto, isentas de sua maneira peculiar de encarar a realidade. De uma maneira geral, as relações entre a administração municipal e a população se estreitam, a Câmara de Vereadores se fortalece, a arrecadação melhora, a resistência às mudanças diminui à medida que, dentro e fora do serviço público, um número maior de pessoas passa a ter consciência mais clara dos destinos da coletividade. As administrações municipais que ousaram mudar, que souberam ouvir, envolver e mobilizar as melhores energias que atuam em seu dia-a-dia, atestam que o resultado é um fortalecimento do município.

A implementação da política municipal e a instalação dos Conselhos exige mudanças na cultura política e administrativa vigente, em que predominam estruturas centralizadas e burocráticas, onde políticos, executivos, técnicos e funcionários em geral temem perder poder com a descentralização e a participação da sociedade. A mudança mais notória que a instalação do Conselho introduz é o princípio do *colegiado*: um grupo de pessoas, de comum acordo e coletivamente, é que se encarrega de

formular, normatizar e controlar a política municipal para a população infanto-juvenil. A presença nos Conselhos da metade de seus membros que não pertencem à esfera governamental, assim como as parcerias que vierem a se estabelecer entre o poder público e o setor não-governamental reduzem a distância entre governantes e governados, e o trabalho conjunto emerge como conseqüência natural das responsabilidades compartilhadas e dos desafios assumidos em parceria.

Em suma, garantir a todas as crianças e adolescentes o exercício pleno da cidadania requer mais do que a aprovação de uma lei. O Estatuto da Criança e do Adolescente é apenas o primeiro passo. Equipado com novos instrumentos jurídico-administrativos, o município é que dá os passos seguintes. É função — e dever — da administração municipal discutir, conceber, legislar, planejar, executar e avaliar a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente. No entanto, não logrará uma política eficaz sem o apoio efetivo e o compromisso da população, através de diversas formas de parcerias, onde cada um assume papéis definidos em direção às metas estabelecidas, numa atuação orquestrada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



2 Iniciando ações



Ao aceitar as justificativas expostas para a necessidade e urgência de se deflagrarem ações complementares à escola, os setores sensibilizados e motivados da sociedade, tanto na área governamental quanto não-governamental, certamente arregaçarão as mangas: é hora de concretizar ações e programas para a população infanto-juvenil de sua localidade.

O diagnóstico: a importância de conhecer a realidade



O primeiro passo, tanto para quem deseja desenhar uma política de atendimento à criança e ao adolescente no município, assim como para aqueles que desejam iniciar um núcleo de trabalho com uma determinada população, é sem dúvida a *análise da situação de realidade das crianças e adolescentes*, nesse momento: essa análise é que permitirá visualizar o que fazer primeiro, onde concentrar mais recursos, que tipo de intervenção utilizar e, da mesma forma, detectar os aspectos menos agudos, capazes de esperar algum tempo para uma abordagem sistemática, seja pelo poder público, seja pelas organizações não-governamentais, seja por uma aliança entre ambos.

Quando examinamos as estatísticas gerais do país relativas à situação das crianças e adolescentes, a reação às vezes é de desânimo. No entanto, buscar conhecer a realidade infanto-juvenil em uma determinada região ou localidade não deve servir para assustar nem imobilizar. Pelo contrário, se olharmos apenas para os números do nosso município, as soluções podem parecer “mais possíveis”... Ao fazer um diagnóstico da situação da criança e do adolescente na comunidade local, é possível perceber o que precisa ser feito, o que já está sendo feito, o que é mais urgente fazer, onde aplicar melhor os recursos...

O diagnóstico serve então para realizar intervenções mais adequadas e eficazes.

O diagnóstico é como uma “radiografia” da realidade e constitui um pré-requisito necessário para que as ações alcancem bons resultados. Essa radiografia deve ser feita com o envolvimento e a participação da população e da sociedade civil organizada, revestindo-se também de um caráter político, já que muitas vezes a precariedade de informações contribui para ocultar graves omissões.

Ao mesmo tempo, o diagnóstico serve como “desencadeador” das ações e programas, na medida em que seu processo sensibiliza e conscientiza a sociedade local quanto aos problemas e direitos da população infanto-juvenil.

Através desse diagnóstico ou análise, o objetivo é obter uma visão dos principais problemas a serem enfrentados, tanto em termos de cobertura (atendimento / não-atendimento) quanto no que diz respeito à eficácia das ações a serem desenvolvidas em favor da população infanto-juvenil.

Para elaborar essa radiografia, é preciso definir inicialmente quais são as informações fundamentais de que precisamos, quem vai coletá-las, onde vão ser procuradas, que procedimentos serão utilizados para obtê-las e como vão ser reunidas, organizadas e divulgadas.

O que precisamos/queremos saber?

Se estamos preocupados em desenhar uma política de atendimento que contemple os direitos da criança e do adolescente no município, é importante ter uma visão bem ampla da situação, abrangendo o conhecimento das necessidades específicas dessa população e da forma como está sendo atendida no momento. Além disso, é importante enxergar esse quadro dentro do panorama mais amplo da realidade econômica e social do município. Assim, será pertinente, conforme o caso, colocar questões como as seguintes:

- ▶ Qual é a realidade sócio-econômica do município?
- ▶ Qual é, numericamente, a população infanto-juvenil? Quantos pertencem às camadas empobrecidas?
- ▶ Onde vivem as crianças e adolescentes: com suas famílias, em instituições assistenciais, na rua?

- ▶ Como vivem? Qual é a situação habitacional, de emprego, de salário das famílias?
- ▶ Há crianças e adolescentes inseridos no mercado formal e informal de trabalho? Em que condições?
- ▶ Como está a situação escolar? Há vagas para todos? Quantos estão fora da escola? Dentre os que freqüentam escola, o que fazem depois das aulas?
- ▶ Quais as instituições que atendem crianças e adolescentes empobrecidos? Quantos são atendidos em regime de externato, semi-internato e internato?
- ▶ Que tipos de programas são desenvolvidos? De onde vêm os recursos para essas instituições?
- ▶ Quais os trabalhos de complementação escolar já existentes? Como funcionam e que resultados vêm obtendo?
- ▶ Quais os recursos existentes na área de recreação e cultura?
- ▶ Quais são as condições de saúde das crianças e adolescentes? Como funciona o sistema público nessa área?
- ▶ Como funciona o sistema policial em relação à criança e ao adolescente?
- ▶ E o Ministério Público? E a justiça da infância e da juventude?
- ▶ Os grupos, instituições e órgãos públicos encarregados da atenção à criança e adolescente têm conhecimento do Estatuto da Criança?
- ▶ Já se implantaram os Conselhos Municipais e Tutelares?

Onde e como buscar informações?

As informações podem ser obtidas de várias fontes. As publicações do IBGE fornecem estatísticas mais globais; diversos setores municipais registram dados locais valiosos; muitas vezes, professores ou pesquisadores, tanto do setor público como de organizações não-governamentais, também publicam dados ou resultados de pesquisas localizadas que podem fornecer dados úteis. Outros setores a serem consultados são a polícia, a justiça da infância e da juventude, especialistas ou pessoas com atuação reconhecida e expressiva em favor da criança e,

em muitos casos, as próprias crianças e adolescentes, assim como suas famílias.

Os procedimentos que podem ser adotados para obter as informações necessárias são também numerosos e variam conforme a situação, o nível de detalhamento pretendido e a natureza do grupo que vai realizar o trabalho junto às crianças e jovens. Incluem desde a análise de documentos até a observação direta de um determinado fenômeno, passando por questionários, entrevistas, estudos de caso, dramatização, histórias de vida e outras.

O PROGRAMA CURUMIM

Em Minas Gerais, a SELT – Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo lançou o Programa Curumim, “para garantir às crianças e adolescentes em situação de dificuldade um direito fundamental muitas vezes esquecido: o direito de ser criança” (Minas Gerais, 1994, p.14). Tendo como ponto de partida básico o resgate da dimensão lúdica da criança, visa assegurar-lhe atividades de esporte, recreação e lazer, em horário complementar à escola. Segundo os técnicos da Secretaria, para se implantar um núcleo Curumim, a primeira etapa é coletar informações na comunidade do local onde se quer desenvolver o trabalho.

Para isso, um grupo de educadores vai à comunidade de casa em casa, realizar um trabalho de pesquisa, efetuando um cadastramento familiar que abrange aspectos como: hábitos, costumes, crenças, situação econômica das famílias, bens materiais etc. Com isso, podem conhecer melhor a cultura da comunidade com a qual pretendem trabalhar.

Para compensar as limitações da utilização de questionários, são muito valorizadas as percepções, pontos de vista e os depoimentos que a equipe responsável coleta.

Nessa etapa inicial, a finalidade principal é comprovar:

- ▶ a carência econômica da comunidade em estudo;
- ▶ a inexistência de opções de esporte, recreação e lazer na comunidade.

Muito importante também, nessa fase de coleta, é já procurar envolver a comunidade do local onde se pretende trabalhar com as crianças e jovens.

PROJETO BEIRA DA LINHA

O Centro Educacional Miramangue, instalado na Favela Beira da Linha, em João Pessoa (PB), atende uma centena de crianças e adolescentes no período oposto ao da escola, oferecendo atividades de arte, cultura, lazer e reforço escolar.

O trabalho iniciou-se com um estudo da realidade local e, já nessa primeira etapa, envolveu a comunidade de uma forma muito interessante: garantiu-se sua participação através da realização de uma “Gincana Cultural” na escola pública mais próxima. As tarefas da gincana incluíam trazer a pessoa mais antiga para contar a história da Beira da Linha, listar os nomes dados ao local, mostrar como eram construídas as casas e quais os meios de transporte utilizados, trazer nomes de parteiras, rezadeiras, donos de terreiro de umbanda, professoras, poetas, cantores, plantas medicinais, entre outros. O júri da gincana era composto por pesquisadores, professores e moradores da Beira da Linha.

Foram 20 dias de grande mobilização. Nesse período, o diagnóstico tomou a forma de uma pesquisa participante: ao mesmo tempo que propiciou à comunidade a oportunidade de se autoconhecer, permitiu que comunidade e pesquisadores conhecessem juntos a realidade local.

Após essa atividade, foi feita uma coleta de dados através da aplicação de questionários, organizados e sistematizados pela equipe de pesquisadores. Entre os problemas detectados destacaram-se o analfabetismo generalizado, a falta de perspectiva e projetos de vida das crianças e adolescentes do local.

Um livro foi produzido com os resultados da pesquisa. Ele foi discutido com os moradores, identificando-se os principais problemas e as possíveis soluções. Disso resultou a formulação do Projeto Beira da Linha. Foi a partir da realidade local que se definiram as primeiras áreas de trabalho: alfabetização e reforço escolar, arte, lazer e cultura popular.

Quem vai coletar as informações?

O grupo encarregado de coletar as informações pode variar conforme a natureza da entidade que vai realizar o trabalho

com as crianças (governamental / não-governamental) sua abrangência, o tempo e os recursos disponíveis etc. A coleta, assim, poderá ser feita:

- ▶ pelo próprio grupo que vai posteriormente trabalhar com as crianças e adolescentes;
- ▶ por elementos desse grupo, com a participação de grupos da comunidade que tenham disponibilidade para isso: estudantes, membros de movimentos sociais, religiosos etc.;
- ▶ por equipes ou organizações (governamentais ou não) especializadas na área;
- ▶ por uma comissão de representantes de entidades da sociedade civil, de forma a aglutinar forças interessadas em melhorar a situação das crianças e adolescentes.

O exemplo a seguir é o de uma prefeitura que definiu claramente sua política, incorporando os direitos da criança e do adolescente a seu dia-a-dia.

PROGRAMA MENINAS DE SANTOS

A situação de risco pessoal e social das crianças e jovens do sexo feminino com vivência de rua e/ou prostituição, em Santos, reveste-se de um caráter preocupante. Cidade balneária, com vocação para a prestação de serviços e turismo, Santos abriga o maior porto da América Latina e é parte importante da rota do tráfico de drogas. Além disso, é a cidade com maior percentual de incidência de AIDS no país.

Preocupada com essa situação, a Prefeitura Municipal criou o Projeto Meninas de Santos, para fortalecer a menina em sua capacidade de tomar decisões e desenvolver alternativas de subsistência e enfrentamento da situação, rumo ao resgate da cidadania perdida.

Antes de iniciar o programa, durante três meses foi realizado um levantamento e análise das necessidades do grupo a ser atendido, com a ajuda de estudantes da Universidade Católica local. Esse trabalho consistiu basicamente em três tipos de atividades:

- ▶ coleta e análise de dados sobre as meninas junto às diversas secretarias e serviços públicos, bem como junto a entidades não-governamentais;

- ▶ encontros sistemáticos com as meninas para obter informações sobre sua realidade de vida e, ao mesmo tempo, envolvê-las desde o início na definição e desenvolvimento do projeto;
- ▶ produção de um vídeo, utilizando os dados colhidos de forma a registrar a complexidade da situação, como uma radiografia, antes de qualquer intervenção do projeto. Esse vídeo, além de servir de instrumento para discussão nos grupos de trabalho, também visava sensibilizar a sociedade civil quanto à urgência e necessidade de intervenção nessa realidade.

Independentemente da origem e composição da equipe que vai fazer a coleta de informações, dois pontos essenciais não podem ser esquecidos.

Primeiro, é fundamental *preparar as pessoas da equipe* antes de iniciar o estudo da realidade. Essa preparação vai muito além de divulgar informações sobre os instrumentos e procedimentos a serem usados, abrangendo também leituras, discussão em grupo sobre a conjuntura sócio-econômica do país e do município, as teorias sobre causas da marginalização social de crianças e adolescentes, a nova visão de seus direitos segundo o Estatuto.

O ideal é que as pessoas que forem realizar o trabalho com as crianças/adolescentes tenham participado dessa fase de diagnóstico e conhecimento da realidade. Pode-se dizer mesmo que a preparação para essa investigação da realidade já é o início da capacitação e formação de pessoal para o trabalho com as crianças.

É importante não só utilizar instrumentos e procedimentos diversificados (entrevistas, questionários, reuniões com grupos), como também valorizar as percepções, os pontos de vista e os sentimentos das próprias pessoas que estão investigando a realidade.

Em segundo lugar, é preciso entrar em *contato direto* com as crianças e famílias que provavelmente serão atingidas pelo projeto: pesquisar seus anseios, dificuldades, necessidades, suas perspectivas e visão de mundo. Com isso, já estarão começando a ser envolvidas nos trabalhos futuros...

Como reunir, interpretar e divulgar as informações?

Uma vez delineado o que saber, a forma de pesquisar, e coletadas as informações, a etapa seguinte é sua organização e análise, de modo a obter uma radiografia o mais clara possível da situação das crianças e adolescentes: saber o que há e o que falta é uma etapa de amadurecimento da vontade, do querer fazer.

Muito importante nesta etapa é realizar algum tipo de registro dos resultados obtidos na investigação da realidade e divulgá-los, partilhá-los com a comunidade local.

O registro pode assumir várias formas, desde a confecção de cartazes registrando os dados até a elaboração de um relatório mais completo, dependendo da natureza e das condições do grupo que está realizando o diagnóstico.

Independente da forma como estão registrados os resultados da investigação da realidade, é fundamental apresentá-los e discuti-los com a população. Conhecer a realidade não deve ser privilégio de um único grupo. Quanto mais gente tiver acesso a esses dados, mais rico será o processo de discussão, de sugestão, de participação nas iniciativas propostas. Esses dados devem ser socializados com os grupos e pessoas que foram ouvidos e forneceram as informações, com conselheiros governamentais e não-governamentais, autoridades do executivo, vereadores, técnicos, lideranças trabalhistas, religiosas e comunitárias. Enfim, os resultados devem ser abertos à participação de todas as forças vivas da sociedade local. Nessa etapa, discussões em pequenos grupos, mesas redondas, debates e seminários são bastante indicados.

Esse período deve levar algum tempo e vai estimular o processo de conscientização e sensibilização da sociedade, no sentido de criar um espírito que mova as pessoas e instituições a assumirem, cada uma segundo seu nível e condição, mas em comunhão, a parte que lhes cabe frente à realidade das crianças e adolescentes. E pode, ainda, levar a identificar pessoas interessadas e adequadas para realizar as ações ou programas com as crianças.

O DIAGNÓSTICO DE CRATEÚS

No município de Crateús (CE), no quadro de pobreza e marginalização social típicas dos municípios do semi-árido nordestino, mais de um quarto das crianças em idade escolar (em 1992) não freqüentavam escola por falta de vagas; além disso, só pouco mais da metade de todos os alunos matriculados no 1º Grau em 1991 tinham conseguido aprovação para a série seguinte.

Na luta dos moradores para melhorar essa situação, em 1993 o Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente realizou um primeiro *Diagnóstico da Situação Sócio-Educacional* do município e identificou, entre outras coisas, que a existência de meninos de rua estava ligada à baixa qualidade do ensino. As crianças pesquisadas em situação de risco, que estavam na rua sendo exploradas e se drogando, informaram aos pesquisadores que, no lugar onde moravam, nos bairros periféricos, não havia nada que os atraísse. A inexistência de boas escolas, de espaço de lazer e cultura estava determinando o deslocamento da meninada para a rua.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente aglutinou forças para reverter essa situação (Frente Social Cristã, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude, Centro Espírita, sindicatos, grêmios estudantis), às quais se somaram as Secretarias Municipais de Educação e Cultura, da Saúde, da Ação Social e a Faculdade de Educação local.

Durante seis meses, essas entidades aglutinadas envolveram e mobilizaram a cidade, realizando o diagnóstico da situação infanto-juvenil local.

Esse diagnóstico, discutido com a população e registrado num relatório, deu origem a propostas concretas de melhoria do atendimento à criança e adolescente da região: desde a oferta de uma escola de melhor qualidade para todos até a oferta, em cada bairro, de outras atividades ligadas a cultura, esportes e lazer.

O relatório compreendia, primeiro, a descrição da estrutura física, econômica e populacional do município; em seguida, apresentava um balanço da situação dos setores básicos: educação, saúde e saneamento, habitação e meio ambiente, cultura, esporte e lazer, violência e segurança pública.

Uma seção importante arrolava as informações sobre a organização popular e a percepção da situação infanto-juvenil no município, seguida das conclusões e propostas.

Os resultados obtidos em Crateús vêm sendo favoráveis, o que mostra que, mesmo em condições bem adversas, é possível melhorar a eficácia das políticas públicas.

A análise da situação da população infanto-juvenil local é a base para a tomada de decisões quanto às ações que serão desenvolvidas; entretanto, é importante que seja acompanhada de muita reflexão e do registro da situação física e econômica do município como um todo. No exemplo acima, a equipe em questão achou inadequado tratar da situação da criança e do adolescente sem situá-la como peça de uma engrenagem mais ampla, que muitas vezes a determina.

Propostas de ação e seu planejamento



A divulgação e o debate em torno da radiografia obtida já possibilitam o aparecimento das primeiras propostas de ação. No entanto, estas precisam ser cuidadosamente estruturadas e detalhadas no momento seguinte à divulgação dos resultados do diagnóstico.

Esse é o momento do planejamento, que deverá ter um caráter amplo e abrangente, se o que estiver em questão for a formulação de uma política de atendimento à criança e ao adolescente no município; amplo e abrangente no sentido de contemplar as políticas sociais básicas, a assistência social e a proteção especial, cuidando também de atuar no sentido de melhorar, quando necessário, as ações relativas à defesa jurídico-social dos direitos da população infanto-juvenil. Muitas vezes, porém, é preciso priorizar certas ações, decidindo o que fazer primeiro e onde concentrar mais recursos. O diagnóstico da realidade local é que deve orientar essas decisões.

Além disso, em se tratando de um plano municipal de atendimento, este tem um caráter articulador da participação de órgãos governamentais e não-governamentais, preferivelmente através do Conselho de Direitos, decidindo-se em conjunto o que caberá a cada um dos parceiros, de modo a oferecer o melhor atendimento possível à criança e ao adolescente na região.

O planejamento terá um caráter mais simplificado no caso de um projeto ou programa mais localizado e específico. Neste caso, é bastante adequado conhecer o plano mais amplo do município, buscando a harmonização e integração com ele.

Qualquer que seja o caráter do planejamento, ele deverá prever algumas questões básicas tais como:

- ▶ Com quem estabelecer parcerias ou alianças para realizar o programa ou as ações? (capítulo 1)
- ▶ Como envolver as famílias e a comunidade em geral? (capítulo 3)
- ▶ Como detalhar uma proposta educacional? (capítulo 4)
- ▶ Com quem contar para realizar o trabalho com as crianças e como preparar essas pessoas? (capítulo 5)
- ▶ Como arranjar um espaço e os materiais necessários? (capítulo 6)
- ▶ Onde e como obter recursos? (capítulo 7)
- ▶ Como saber se as ações estão dando os resultados esperados? (capítulo 8).

Os capítulos seguintes tratam de cada uma dessas questões, examinando sempre que possível as diversas alternativas à luz da experiência de programas que buscam propiciar melhores condições a crianças e jovens brasileiros em situação de carência ou risco, em direção à sua plena cidadania.



3

Envolvendo a família

A Constituição Federal, as constituições estaduais, a grande maioria das leis orgânicas municipais, além do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecem que o atendimento com absoluta prioridade aos direitos da criança e do adolescente constitui um dever da família, da sociedade e do Estado.

De fato, a família é o primeiro espaço de referência, proteção e socialização dos indivíduos, independente das múltiplas formas e desenhos com que se apresenta atualmente. A legislação brasileira deixa clara a importância de assegurar à criança o direito à convivência familiar e comunitária.

Assim, um efetivo atendimento à criança e ao adolescente passa pela manutenção dos vínculos com a família e com os elos sócio-culturais da sua comunidade de origem. Não cabe ao Estado nem às outras instituições da sociedade civil, substituir a família no atendimento à criança: ao contrário, como aliados da família, devem contribuir para fortalecê-la.

Quando falamos em família na sociedade brasileira atual, é muito importante perceber as diferenças sócio-étnico-culturais presentes, assim como respeitar politicamente tais diferenças. É preciso evitar categorizações do tipo família “regular” ou “normal” x família “irregular” ou “desestruturada”, que acabam por revelar ou gerar preconceitos os quais, por sua vez, podem dificultar e até inviabilizar ações e programas com as crianças.

Pesquisas recentes mostram por exemplo que, nas famílias dos segmentos populares empobrecidos da sociedade brasileira, as mulheres desempenham um papel expressivo e central: muitas vezes elas são as únicas responsáveis pela subsistência familiar; mesmo quando o pai permanece fisicamente no grupo familiar, é considerado ausente tanto no processo de educação dos filhos quanto na contribuição para a renda familiar.

Nesse contexto, quando consideramos “família



desestruturada” aquela que não contempla o modelo ideal (pai, mãe, filhos), estamos já emitindo uma desaprovação moralista que revela um preconceito; atitudes como essa são incompatíveis com a postura não-assistencialista que deve caracterizar os programas voltados para essas famílias e suas crianças.

As pessoas organizam suas possibilidades no correr da vida e os arranjos são construídos dentro de um universo de dificuldades reais, com laços específicos e conflitos únicos. É preciso respeitar essa realidade, abrindo mão de modelos idealizados de família e valorizando os laços afetivos concretos e singulares.

As ações e programas que vêm obtendo melhores resultados no atendimento à criança e ao adolescente caracterizam-se pela interação regular com as famílias, seja aliando-se a elas inicialmente para atrair as crianças, seja organizando sua participação sistemática nos trabalhos, seja conduzindo a reaproximação da criança com sua família.

Não há dúvida, portanto, de que o “olhar” da família no acompanhamento da criança deve ser sempre estimulado e valorizado. Por sua proximidade e afeto pela criança, ela é a principal aliada dos programas e ações. A pobreza não lhe retira nem os direitos nem os deveres.

Há ainda outro argumento central para tal aliança: não é possível contribuir para o desenvolvimento integral das crianças se não conhecermos sua história de vida e seu contexto familiar. Na verdade, o envolvimento da família é também crucial para o próprio conhecimento da realidade, sem o qual não é possível deslanchar um programa ou ação e obter êxito.

Diversas formas de envolvimento

Diversas ações já em andamento mostram que há diversas possibilidades e maneiras de atuar em harmonia com as famílias das crianças e jovens atendidos, começando pela conquista de sua confiança, passando pela partilha dos resultados que seus filhos obtêm no programa, por sua participação efetiva em decisões, até seu envolvimento em atividades específicas para os pais, ampliando o alcance do programa.

A confiança da família para a adesão das crianças

Alguns programas vêm logrando atrair e conquistar a adesão das crianças aos programas pela obtenção da confiança e credibilidade de suas famílias, em geral por ocasião dos



contatos iniciais para a elaboração do diagnóstico da realidade em que vão atuar.

A Pastoral do Menor, da Arquidiocese de Belo Horizonte, em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, vem desenvolvendo o Projeto de Educação Alternativa, destinado a crianças e adolescentes evadidos do sistema formal de ensino, objetivando seu retorno à escola em condições de lá permanecer.

Os educadores sociais buscam identificar nas escolas as crianças evadidas e procuram localizá-las para conhecê-las e às suas famílias.

Alguns depoimentos de monitores e supervisores do Núcleo de Vila Sumaré, uma favela na periferia de Belo Horizonte, revelam como as famílias estão sendo envolvidas:

Iniciamos os primeiros contatos com as famílias, utilizando as informações fornecidas pela escola. Nossa aproximação foi sempre muito cautelosa, atentos para não invadir a privacidade daquelas pessoas, esclarecendo nossos objetivos sem cobranças, na tentativa de resgatar com eles a importância da escolarização para a vida das crianças.

Sempre fomos muito bem recebidos, ouvimos relatos sobre a experiência escolar dos filhos, as dificuldades e problemas por eles enfrentados...

Após cada visita, sentíamos uma sensação de credibilidade em nossa proposta. Motivados, os pais concordavam em fazer mais uma tentativa naquela “escola diferente”. À medida que contactávamos as famílias, as crianças ingressavam imediatamente no Projeto...

Nosso grande desafio, porém, foi a permanência das crianças: muitas vezes, foi necessário retomar os contatos com as famílias, falando da importância da frequência ao programa para o processo de aprendizagem.

Atualmente, estamos voltados para a criação de um grupo de pais em cada comunidade onde são desenvolvidos os núcleos, na tentativa de resgatar com eles a importância e o valor da alfabetização para a vida daquelas crianças.

Partilhando com a família o trabalho realizado com as crianças

A conquista da família não se encerra nesse contato inicial. A maneira mais simples de envolvê-la ao longo do programa ou ação é dar-lhe a conhecer os resultados que

os filhos vêm obtendo, o que pode ser feito através de visitas, contatos informais com os educadores sociais ou reuniões sistemáticas promovidas pelo programa.

O Projeto Beira da Linha, desenvolvido no Centro Educacional Miramangue em João Pessoa, distribui as atividades educacionais em três áreas: alfabetização, profissionalização e cultura popular.

Na área de alfabetização, o trabalho é feito com crianças fora da faixa etária ideal (9 a 15 anos), que não conseguiram vagas na escola pública ou dela foram excluídas sem aprender a ler e escrever. A meta é alfabetizá-las, reencaminhando-as às escolas de 1º Grau; “os meninos” tomam gosto pelos estudos e encontram mais facilidade de permanecer no ensino público. A alfabetizadora passa três horas com as crianças e visita diariamente as famílias, casa por casa, para conversar sobre seus alunos; muitas vezes leva um livro de literatura infantil para que os pais leiam junto com os filhos.

Outro exemplo de envolvimento familiar vem de um dos programas da Ação Comunitária do Brasil, desenvolvido em Campo Limpo (SP), chamado Sondagem de Aptidões. Esse programa oferece cursos de atividades artesanais para pesquisar e desenvolver aptidões em crianças de 8 a 13 anos.

Nesse programa, o envolvimento dos pais das crianças é fundamental para o sucesso dos cursos. Essa participação reveste-se inicialmente de um caráter de cumplicidade quando, na entrevista inicial, os pais se comprometem a responder pela frequência da criança ao curso. Toma um caráter de orientação quando os pais participam das reuniões bimestrais com o educador social, durante o tempo em que o filho permanece no curso. Nessas reuniões são tratados assuntos ligados à organização do horário da criança (escola + curso + outras atividades), alimentação e higiene. A chamada dos pais para essas reuniões é feita através de um convite elaborado pelas próprias crianças, para virem conhecer os trabalhos que estão realizando.

Envolvendo a família nas decisões

Levar os pais e a comunidade a se envolverem diretamente nas decisões do projeto pode fazer com que se sintam co-responsáveis pelas ações desenvolvidas.

Para os Núcleos de Educação Comunitária, em Goiânia, a participação da comunidade é essencial, tanto na implantação como na rotina diária. É a comunidade que decide o local

da implantação dos núcleos, escolhe os funcionários, as oficinas e até mesmo a rotina de trabalho. Já houve experiência em que a comunidade decidiu trocar a seqüência da rotina, por considerar que a recreação deveria ser a última atividade do dia.

Os pais reúnem-se sistematicamente nos núcleos e discutem junto com a equipe técnica problemas de várias naturezas.

Tornando os pais, também, sujeitos de novas aprendizagens

A participação de seus filhos nos programas ou ações pode levar os pais ou responsáveis a ampliarem, eles também, seu leque de conhecimentos, ou mesmo a adotar novas atitudes, especialmente para com a escola e a educação.

O Projeto Clube Recreativo União e Lazer proporciona atividades de expressão cultural e recreativas a crianças de favelas cariocas. Um dos princípios norteadores do projeto é a participação crítica e ativa de todos os segmentos envolvidos (animadores, coordenadores, pais, crianças e jovens); no caso da família, o projeto estimula os pais para uma participação crítica no processo educativo de seus filhos. A interação com a família é feita através de reuniões mensais com os pais. No início do projeto, os pais estranharam a proposta, por estarem mais acostumados com trabalhos assistenciais ou profissionalizantes, tais como artesanato, datilografia, corte e costura etc. A dificuldade de entendimento dos pais passava também pela falta de experiência própria: poucos tiveram oportunidade de viver esse tipo de atividade quando crianças. Foi necessário então que a equipe do projeto esclarecesse a importância do esporte, da cultura e do lazer na formação e desenvolvimento das crianças e jovens.

Em Crateús (CE), a parceria entre Secretarias municipais e ONGs vem desenvolvendo o projeto Escola/Comunidade. Um dos pontos em que a equipe de dirigentes e educadores vem concentrando esforços é o convencimento das famílias de que educar não é só aprender a assinar seu nome, e que saber só isso não caracteriza um adolescente como apto para o mundo do trabalho: a alfabetização é apenas o primeiro passo, todas as crianças devem concluir o 1º Grau. Outro ponto trabalhado com os pais é a importância de sua presença e participação na escola freqüentada por seus filhos.

Pode ocorrer que, ao longo do trabalho, a equipe responsável perceba a necessidade de dar também assistência aos familiares das crianças atendidas pelo programa. Nesses casos, o procedimento rotineiro é comunicar o Conselho de Direitos

local que, por sua vez, toma as providências necessárias (por exemplo, a inclusão das famílias de programas de assistência ou de proteção especial, conforme o caso). Nada impede, porém, que a equipe do projeto tome ela mesma essa iniciativa.

Desenvolvendo propostas de trabalho diretamente para os pais

Na experiência do Projeto Providência, MG, foi constatado que, das mais de mil famílias visitadas, 25% eram chefiadas por mulheres, em geral abandonadas por seus maridos, sem qualquer qualificação profissional, analfabetas ou quase, e responsabilizando-se sozinhas pelo sustento dos filhos. A equipe do Projeto percebeu então que, além do atendimento às crianças, seria muito importante fazer um trabalho com as respectivas famílias, no caso com as mães. Foi implantado então o Programa Esperança, para atender 40 mães em situação de extrema carência. Foram oferecidos cursos de iniciação profissional em arte culinária e corte e costura, atividades manuais e alfabetização, para capacitá-las a exercerem atividades remuneradas e poderem sustentar melhor os filhos. Nessa mesma direção, foi firmado um convênio com a Prefeitura local para a limpeza das ruas do bairro, em que esta fornece os materiais de limpeza e as mães interessadas executam o trabalho, com remuneração. As ruas do bairro ficam mais limpas e as mães contam com mais recursos e mais esperanças para enfrentar a vida.

Em muitos municípios, como em Blumenau (SC), a política de atendimento à infância e adolescência já está sendo implantada e os Conselhos já em funcionamento. Nesse caso, através da requisição do Conselho Tutelar, as famílias necessitadas são incluídas no Projeto Apoio Social e Econômico às Famílias, da Secretaria da Criança e do Adolescente. O projeto garante o acesso das famílias aos serviços municipais de assistência social, entendidos como “direito do cidadão e dever do Estado, para assegurar às crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária” preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lições aprendidas

Os exemplos acima apontam para a importância do envolvimento da família nas ações oferecidas à população infanto-juvenil. Partilhar com ela o trabalho realizado com as crianças possibilita aos pais conhecerem como as crianças estão interagindo durante as atividades do programa: o que estão conseguindo produzir, como estão incorporando as



novas aprendizagens, que dificuldades estão encontrando, como estão se relacionando com as outras crianças do grupo, como está o seu nível de independência etc.

Esse acompanhamento poderá ajudar os pais a compreender melhor o desenvolvimento de seus filhos, bem como abrir-lhes novas perspectivas na preparação das crianças e jovens para a vida na sociedade atual. Os depoimentos mostram também que, qualquer que seja a estratégia utilizada (reuniões, visitas domiciliares, grupos de pais) é fundamental, para o sucesso do programa, obter a confiança e credibilidade da família.

Principalmente no caso das famílias de crianças em situação de risco social ou de extrema carência, esse envolvimento acaba se revestindo também de um caráter de orientação e apoio mais amplo, através do qual os pais ou responsáveis também podem se tornar sujeitos de novas aprendizagens que venham a ajudá-los no resgate da cidadania.

Essas orientações podem ir desde o fornecimento de informações sobre serviços ou mecanismos legais, até o aconselhamento para enfrentar e solucionar problemas humanos mais complexos vividos no interior das famílias.

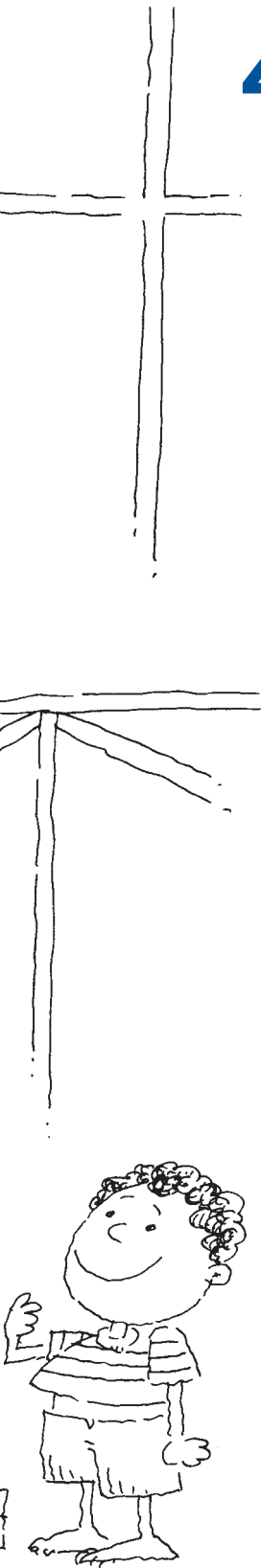
Também se percebe que, muitas vezes, através das ações e programas realizados com as crianças, desencadeiam-se atividades que irão beneficiar indiretamente os pais, quer no aspecto material, quer no aspecto psicossocial mais amplo. Muitos grupos de pais se constituíram nesse percurso, funcionando em geral com reuniões semanais, com dinâmicas de grupo participativas, onde são discutidos e analisados temas que atendem a necessidades das famílias, tais como: educação sexual e gravidez precoce, diálogo familiar, preparação para o mundo do trabalho, drogas, violência familiar, o Estatuto da Criança e do Adolescente etc.

No caso das crianças e adolescentes que freqüentam os programas mas ainda passam boa parte do dia na rua, é importante que se faça com eles um trabalho de aproximação com a família, tentando resgatar os vínculos.

Finalmente, é bom lembrar que o envolvimento e a participação da família nos trabalhos realizados com as crianças contribui para que os educadores e dirigentes dos programas conheçam e compreendam melhor a criança ou o jovem atendidos, seus anseios e dificuldades, levando-os a construir propostas educacionais mais adequadas.



4 Construindo uma proposta educacional



4

Ainda que os programas e ações complementares à escola constituam uma alternativa para manter crianças e jovens ocupados em lugar adequado e seguro, não podem de forma alguma limitar-se a apenas isso. A clientela atendida por esses programas provém das camadas mais pobres da população, que raramente têm acesso aos recursos culturais e educacionais comuns às camadas médias e altas. Assim, têm menores oportunidades de adquirir os conhecimentos tidos como pré-requisitos para os “saberes escolares”, o que é geralmente um fator determinante do “fracasso” e exclusão da escola.

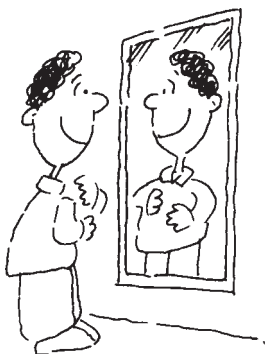
Todo e qualquer programa complementar, portanto, deve ter uma proposta educacional clara e coesa, visando proporcionar às crianças e jovens a oportunidade de adquirir conhecimentos, habilidades, atitudes que favoreçam sua permanência e sucesso na escola (desde o início, os organizadores do programa devem também estabelecer uma relação estreita e sistemática com a/s escola/s freqüentadas por sua clientela, de modo a assegurar uma ação integrada).

No entanto, a proposta educacional das ações complementares não pode reproduzir nem replicar a da escola formal, visto que oferece atividades de outra natureza. Mais do que transmitir conhecimentos específicos, os programas buscam desenvolver valores e atitudes, promover a sociabilidade e a capacidade criativa, estimular o potencial cognitivo, propiciar uma atitude positiva frente ao conhecimento e a vontade de aprender sempre mais. As atividades oferecidas pelo programa devem incentivar o desenvolvimento da autonomia, levando as crianças e jovens a buscar melhorar sua própria qualidade de vida, aprender a tomar decisões, construir relações afetivas saudáveis e reconhecer-se como sujeito ativo e participante dentro de seu grupo social. É na proposta educacional que a equipe explicita esses valores e atitudes que pretende promover.

A proposta educacional, então, é a definição das finalidades mais amplas do programa. Ao defini-la, a equipe estabelece coletivamente os objetivos e metas que propõe alcançar, assim como os meios que utilizará para tanto. A proposta educacional de um programa, na verdade, torna-se a grande estimuladora da equipe de educadores de uma instituição, levando-os a atuar de forma consistente, sem poupar esforços, inclusive, se necessário, com renúncias importantes no plano individual.

É nesta perspectiva que propomos a seguir uma reflexão sobre as atitudes e valores a serem estimulados, não só entre os educandos como também entre os educadores, pois são estes que, através de suas próprias atitudes nas relações com as crianças e jovens, passam lições cotidianas de democracia que, por sua vez, irão permitir o efetivo alcance da cidadania.

Em direção à autonomia e à cidadania



Independentemente de sua área de atuação, a proposta educacional de qualquer programa deve ser direcionada para a conquista gradual da autonomia e da plena cidadania. Uma boa maneira de viabilizar essa conquista é promover junto aos educandos hábitos e atitudes de uma saudável convivência social.

A convivência social é resultado da aquisição de um conjunto de aprendizagens básicas, que funcionam como um preparo, um pré-requisito para as demais que irão se acrescentar ao longo da existência do ser humano. À primeira vista, essas aprendizagens podem parecer que são naturalmente adquiridas, não precisando ser ensinadas. No entanto, nem todos têm oportunidade de aprendê-las no seu cotidiano e, justamente por isso, elas devem merecer atenção especial dos educadores.

Aprendizagens da convivência social

- ▶ aprender a conviver com a diferença
- ▶ aprender a comunicar
- ▶ aprender a interagir
- ▶ aprender a decidir em grupo
- ▶ aprender a zelar pela saúde
- ▶ aprender a cuidar do ambiente
- ▶ aprender a valorizar o saber social

(Adaptado de Toro, 1994)

Aprender a conviver com as diferenças



Essa é a aprendizagem da arte de lidar com as diferenças e conflitos. Alguns educadores ainda têm expectativas diferentes em relação às crianças segundo seu sexo e cor. São atitudes comuns, por exemplo, supor que meninas só têm condições de aprender certas habilidades, ou que crianças negras, ou portadoras de deficiência física, tenham menor capacidade para aprender do que as demais. As atitudes do educador frente a esses preconceitos é que vão, em grande parte, determinar a forma como essas próprias crianças ou jovens vêm a si mesmos e constroem suas expectativas. A forma como o educador interage com os educandos reflete-se diretamente, também, nas relações que estes estabelecem entre si.

Além disso, diferenças de outra natureza — de opinião, gosto etc. — costumam ser “resolvidas” freqüentemente por meio da agressão, especialmente entre jovens. Estes precisam aprender que não existem inimigos, existem opositores com os quais é possível fazer acordos para resolver as diferenças, os conflitos. O outro, por ser diferente, pode ser um complemento ou um oposto, mas não por isso é um inimigo. Ao valorizar a diferença, o educador cria a possibilidade de compartilhar diversos modos de pensar, de sentir e de agir. Essa aprendizagem leva o indivíduo a sentir-se menos ameaçado pelo outro “diferente”, substituindo a reação de agressão por uma interação mais construtiva.

Muitas vezes, as pessoas se agredem psicologicamente sem perceber. O educador social precisa estar atento a sua própria postura para com os educandos, enquanto os orienta para que evitem a agressão física e psicológica.

O educador atento, em qualquer tipo de programa, procura estimular essas atitudes na formação de grupos, buscando o equilíbrio em sua composição, favorecendo a interação saudável de crianças de cor diferente, de meninas com meninos etc.

Aprender a comunicar

Para conviver socialmente é necessário aprender a conversar, pois é através da fala que podemos nos expressar, compreender, esclarecer, conciliar, discordar e assumir compromissos. Numa verdadeira conversa, cada um procura convencer o outro, mas também aceita ser convencido. O educador precisa desenvolver habilidades de ouvir e de conversar com os educandos, bem como planejar momentos e espaços para que as crianças ou adolescentes

sob sua responsabilidade aprendam a conversar entre si, ouvir o outro, esperar sua vez, adequar o tom de voz etc.

Os programas e ações, não importa em que área atuem, podem estimular essa aprendizagem através da metodologia de trabalho adotada. A “roda da conversa”, por exemplo, é uma estratégia interessante para iniciar ou finalizar qualquer atividade. Nesse momento o educador e sua turma podem planejar, discutir ou avaliar juntos o trabalho do dia, exercitando-se ao mesmo tempo na arte da comunicação.

Aprender a interagir

Aprender a interagir pressupõe várias outras aprendizagens: aprender a aproximar-se dos outros, adquirir hábitos de saudação e as regras de cortesia da cultura dominante. Implica também aprender a compreender os sentimentos e as mensagens dos outros e a transmitir aos outros seus próprios sentimentos e mensagens. É preciso aprender a estar com os outros, deliberar, aprender a concordar e a discordar do outro sem criar atritos, sabendo ceder e como agir quando o outro cede. Trata-se de uma aprendizagem para lidar com suas próprias emoções e as dos outros, uma aprendizagem afetiva: aprender a interagir é também aprender a cortejar e a amar, para poder viver a própria intimidade.

Em praticamente qualquer momento, em qualquer área de atividade, novamente é a metodologia adotada que vai permitir a maior interação das crianças ou jovens, levando em conta que a atividade em grupo e a discussão com os parceiros propiciam oportunidades para que desenvolvam essas atitudes e habilidades.

Aprender a decidir em grupo

Aprender a decidir em grupo implica compreender que existem interesses individuais e grupais, que são parte constitutiva do estar no mundo. Para trabalhar em grupo, é preciso aprender a selecionar de comum acordo um interesse que varia segundo o contexto (objetivo, propósito, meta, contrato etc.), utilizando-o como direção geral para o trabalho.

Só é possível chegar a um acordo útil à convivência social, isto é, que gere a obrigação, o compromisso e sirva de orientação para o comportamento do grupo, se todos os envolvidos forem ouvidos e dele participarem, direta ou

indiretamente. A aquisição dessas atitudes e habilidades depende da postura do educador no sentido de partilhar decisões e organizar atividades propícias — como o trabalho em equipes ou a roda da conversa, por exemplo — e deve ser preocupação de todos os programas destinados a crianças e jovens.

Aprender a zelar pela saúde

Aprender a cuidar-se supõe aprender a proteger a própria saúde e a de todos como um bem social, isto é, aprender a importância dos hábitos de higiene e dos comportamentos de prevenção. Implica ter uma percepção positiva do corpo (no nível pessoal e coletivo) como forma de expressão, daí a importância — além, naturalmente, dos programas voltados para a área da saúde e sexualidade — de seu incentivo em programas nas áreas de esporte, ginástica, dança, teatro etc. A convivência social saudável supõe o cuidado com o bem-estar físico e psicológico de si próprio e dos outros, como uma forma de expressar o amor à vida.

Aprender a cuidar do ambiente

Aprender a viver socialmente é, antes de tudo, aprender a estar no mundo. Uma ética de convivência social supõe o cuidado com o ambiente em que vivemos. Não somos “donos” da natureza, mas parte dela; devemos aprender a perceber o planeta como um ser vivo do qual fazemos parte, cuidando e valorizando o ar, as matas, a água, as reservas naturais etc. como uma riqueza comum, que não pode ser utilizada em benefício de interesses particulares.

Não apenas a “natureza”, porém, deve ser preservada: nosso ambiente imediato, o espaço público cotidiano, também faz parte da natureza e deve ser mantido limpo e agradável; precisamos aprender a nos envolver com os cuidados e o destino do lixo e de outros dejetos, com o nível de ruído que provocamos etc., numa atitude de respeito para todos com quem convivemos. Preocupações desta ordem devem permear todos os programas, e não só aqueles voltados à educação ambiental.

Aprender a valorizar o saber social

O saber social pode ser definido como um conjunto de conhecimentos, práticas, habilidades, procedimentos, valores, símbolos, ritos e sentimentos que uma sociedade considera válidos. O saber social é muitas vezes confundido com o saber acadêmico — conhecimento produzido

através de metodologias científica e internacionalmente reconhecidas — classificado em disciplinas e acumulado através de documentos escritos. No entanto, o saber social inclui também o saber cultural, que é produzido na prática ou observação diária dos fenômenos, que se acumula e se aperfeiçoa através do tempo e é transmitido através das rotinas de trabalho e da vida diária. A essa categoria pertencem saberes tão importantes como os hábitos de cuidar das crianças, as formas de organizar a casa, os costumes à mesa, as formas sociais de cumprimentar-se etc. Ambos são igualmente importantes para a convivência social.

O conhecimento e o contato com os saberes culturais e acadêmicos favorece o desenvolvimento de indivíduos mais sensatos, mais vinculados à história e à vida cotidiana da sociedade, mais capazes de compreender os benefícios e possibilidades da convivência social. Os programas destinados ao acompanhamento escolar, cultura e expressão artística, ou de preparação para o mundo do trabalho são especialmente favoráveis ao desenvolvimento dessas atitudes e valores.

Os educadores sociais atentos lançam mão de todas as oportunidades para promover essas aprendizagens, buscando compreender o significado e a origem das tradições e costumes de suas comunidades, de modo a contribuir para a formação de cidadãos confiantes em si mesmos e comprometidos com a sociedade em que vivem.

Como subsídio à discussão e reflexão pelo grupo de educadores, apresentamos aqui características e implicações desta postura educativa, com exemplos de programas já desenvolvidos ou em funcionamento nas diversas áreas de atuação.

Acompanhamento escolar



As crianças das camadas mais pobres, quando entram na escola, encontram sérias dificuldades para dominar as regras básicas desse novo ambiente. A escola pública brasileira historicamente não se preparou para atender a essa clientela. Pensada e organizada para a criança de classe média, toda a cultura escolar aparece como estranha à realidade da criança pobre: impõe novas rotinas, tem uma organização própria e apresenta conteúdos freqüentemente desligados das experiências de vida dos alunos, contribuindo para que estes acabem por formar imagens

negativas de si próprios, acreditando em sua inadequação ao espaço escolar — quando hoje sabemos que a inadequação não é das crianças, mas da escola a elas. De toda forma, a saúde precária, a dificuldade da família em proporcionar apoio e a dificuldade de adaptação ao novo espaço contribuem para que estas crianças “fracassem”.

Os programas oferecidos à população pobre infanto-juvenil têm, portanto, a preocupação de promover seu sucesso na escola. Alguns podem oferecer apenas atividades de acompanhamento escolar, enquanto outros integram essas às demais que oferecem, proporcionando um espaço onde as dúvidas de aprendizagem podem ser resolvidas. Propõem-se a desenvolver nas crianças as competências cognitivas básicas como expressão oral e escrita, cálculo, raciocínio lógico, solução de problemas e capacidade de decisão, além das habilidades de comunicação e interação social.

A característica principal desses programas, no entanto, é que eles são *complementares*, isto é, procuram esclarecer ou aprofundar o que a escola já está ensinando, tendo o cuidado de não competir com ela ou substituí-la. A metodologia adotada alterna momentos de atuação direta do educador num atendimento individualizado e de interação entre as crianças ou adolescentes. Diferentemente do que ocorre na escola, as crianças não são agrupadas por série; o educador procura juntar crianças de diversos níveis, contemplando também a diversidade de sexo e cor, com cuidado para não discriminar o deficiente físico.

Em Betim, MG, o Salão do Encontro oferece, entre outros, um programa de acompanhamento escolar. A professora “do reforço” proporciona na classe um clima de troca entre os alunos, reunindo num mesmo espaço crianças e jovens de perfil variado, inclusive deficientes, cursando em suas escolas séries diferentes. Assim, os participantes têm oportunidade de ensinar colegas e aprender conteúdos nos quais têm dificuldade, discutindo entre si suas dúvidas e recebendo ajuda da professora quando necessário. A consideração e o respeito desse adulto para com as aprendizagens já adquiridas das crianças faz com que as dúvidas e dificuldades não carreguem o peso da “falta” de saber.

É bom lembrar que acompanhar a criança em sua conquista do aprender vai além de ajudá-la simplesmente a fazer as tarefas escolares.

É o que diz uma educadora do Projeto Beira da Linha, de João Pessoa: “Aqui exercita-se a fala, a escrita, a caligrafia — e a arte de ser amigo”. Devido ao alto índice de analfabetismo do bairro, os educadores desse programa priorizaram a busca de vagas nas escolas, a construção de uma biblioteca e a manutenção de uma sala para reforço escolar. A educadora estende a valorização do saber social às famílias dos participantes, visitando-as regularmente e levando livros de literatura infanto-juvenil para que as crianças leiam com os pais.

Alguns dos programas de ações complementares já perceberam que as atividades relacionadas ao acompanhamento escolar podem ser desenvolvidas de uma forma mais efetiva se o espaço a elas destinado for confortável, rico e estimulante. Assim, procuram proporcionar nesse espaço mesas e cadeiras, almofadas e almofadões em número suficiente para acomodar o grupo de participantes. Cartazes, figuras ou painéis decoram as paredes. Livros de literatura e de consulta, atlas, revistas em quadrinhos, jornais, dicionários e enciclopédias estão acomodados em estantes, assim como papéis de diferentes cores e texturas, canetas e lápis de diversos tamanhos e cores. Esses programas procuram oferecer os recursos materiais que freqüentemente não fazem parte do cotidiano dessa clientela — e que podem facilitar não só seu desempenho nas tarefas escolares como ampliar e aprofundar seus conhecimentos.

Familiaridade com o texto escrito

Os programas que propõem atividades de acompanhamento escolar ganham uma nova dimensão na medida em que proporcionam às crianças e adolescentes o contato com material de leitura diversificado, freqüentemente ausente de outros ambientes que freqüentam. Não se trata de “obrigar” alguém a ler isto ou aquilo, mas de seduzir para o mundo da leitura: não se pode perder de vista que o objetivo é familiarizá-los com o texto escrito e, em última instância, levá-los a desfrutar do prazer da leitura.

O relato da coordenadora do Centro da Juventude da UNIBES, em São Paulo, mostra como isso ocorreu com o grupo que atende: “Nós começamos propondo um contato diário de 15 minutos das crianças com livros e/ou revistas. Algumas tinham muita dificuldade para ler e, por isso,

resistiram um pouco a essa atividade. Permitimos que elas trocassem de livros quantas vezes quisessem, podendo simplesmente folheá-los ou lê-los no decorrer desse período.

Após as primeiras semanas, fomos percebendo que as crianças tendiam a ficar cada vez mais tempo com o livro escolhido. E, depois de alguns meses, percebemos que elas passaram a ter prazer com essa atividade, tanto que nos pediram para ampliar o tempo destinado à leitura!”.

As instituições podem encontrar outras soluções para desenvolver atividades de leitura e escrita que possibilitem sua utilização para além dos muros da escola. Por exemplo:

- ▶ criar jornais murais ou de circulação na comunidade, para os quais todos poderão dar sua contribuição, escrevendo notícias locais, textos de anúncios, reportagens, editoriais, eventos, curiosidades, anedotas etc.;
- ▶ criar um clube de leitura, onde os participantes poderão comentar, criticar e recomendar livros ou artigos para serem lidos pelos demais;
- ▶ organizar a “hora da história”, onde crianças e adultos podem se revezar contando histórias lidas ou inventadas para os ouvintes.

Reforço escolar e regresso à escola

Há programas de ações complementares destinados especialmente às crianças que abandonaram ou foram excluídas da escola. Uma estratégia utilizada por alguns deles é procurar nas escolas da região os nomes das crianças que abandonaram os estudos nos últimos anos e visitá-las em suas casas, convidando-as para participar das atividades oferecidas.

Esta população requer um trabalho específico, pois seu histórico escolar de “fracasso” precisa ser levado em conta.

A Pastoral do Menor, MG, desenvolve o Projeto Educação Alternativa para essa população, na tentativa de ajudá-la a retornar à escola. A filosofia que embasa o projeto considera a criança como agente ativo e transformador da realidade, sujeito do processo de ensino-aprendizagem. O projeto consiste em proporcionar um efetivo contato com a leitura e escrita significativa, em classes que as crianças freqüentam até obterem domínio suficiente para voltar à

escola. As educadoras procuram desenvolver a confiança das crianças em seu próprio potencial e trabalham conteúdos a partir dos conhecimentos que já possuem. Assim, o retorno das crianças à escola ocorre em condições diferentes de sua experiência de passividade anterior. Sua volta ao ensino regular é acompanhada pelos educadores do projeto, que também buscam estabelecer diálogo com a equipe docente da escola.

É importante ressaltar que a grande riqueza dos projetos de acompanhamento escolar está na possibilidade de a criança — sujeito da aprendizagem — vivenciar e compartilhar idéias, encontrando um espaço onde as dificuldades são entendidas como obstáculos a serem vencidos.

Outro tipo de apoio à escola pode vir das faculdades ou universidades, que podem oferecer oficinas ou estimular a criação de clubes de ciência e cultura, montados nas próprias escolas, universidades ou outros espaços, sempre com o objetivo de atender crianças das escolas públicas locais. Este tipo de complementação escolar abre espaços que atraem as crianças e jovens pelos desafios que colocam, favorecendo o estabelecimento de vínculos entre os conteúdos escolares e a vida real.

Esporte



Em nossa sociedade, é comum pensar que apenas as classes média e alta procurem o esporte como *hobby* ou recreação; no entanto, esta é uma necessidade de qualquer criança ou jovem, independente da camada social a que pertence.

A prática do esporte, além de favorecer a consciência do próprio corpo, seus limites e possibilidades, desenvolve o espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo. Aprender a convivência com o grupo, as regras necessárias à organização das atividades, a partilha de decisões e emoções, reconhecendo os limites do espaço físico e da convivência social, encontrando soluções em conjunto para os problemas, é essencial para uma vida em sociedade. A prática do esporte é, assim, um exercício de democracia.

Sua prática favorece ainda o desenvolvimento de habilidades específicas que podem contribuir para um melhor desempenho escolar, como a atenção, capacidade de concentração e coordenação motora.

Ao mesmo tempo que incute regras preestabelecidas, o esporte joga com o inusitado, o que o torna um atraente desafio. Sua prática permite às crianças e jovens aprenderem a lidar com as próprias emoções, tanto com a frustração da derrota quanto com a alegria da vitória. A motivação do jogo ocorre na integração dos elementos da equipe que, ajudando-se mutuamente, fortalecem-se enquanto grupo e na conquista do objetivo comum. Sua prática também se reflete na saúde física, uma vez que propicia o aumento da resistência orgânica, equilibra o crescimento, desenvolve a capacidade auto-reguladora e descarrega tensões.

A Prefeitura de Crateús (CE), criou um programa para incentivar a prática do esporte nas escolas, como uma forma de reverter o quadro de violência e evasão escolar. A escola tornou-se mais atrativa, na medida em que passou a ser usada pela população local; a participação da comunidade aumentou, houve maior integração entre os jovens e a conservação do local passou a ser alvo do interesse dos participantes do programa. A agressividade, anteriormente diagnosticada, foi desviada para o trabalho corporal, a movimentação física e a conquista da vitória nos jogos.

É importante que as modalidades esportivas oferecidas tenham significado para a clientela a que se destinam e utilizem o máximo de recursos físicos e humanos disponíveis na comunidade — a quadra de esportes da sociedade amigos do bairro, o espaço de um clube, um terreno disponível etc. Os educadores sociais podem ser moradores do local, desde que tenham o domínio mínimo da modalidade escolhida. As empresas situadas no bairro ou próximas podem ser envolvidas pelo programa, fornecendo monitores, espaço físico, recursos materiais etc.

Para implantar cada núcleo do Programa Curumim, em Minas Gerais, a equipe responsável faz um levantamento dos recursos locais, levando em consideração o universo de conhecimentos e experiências do grupo a ser atendido, despertando seu interesse para aprender. Desde o início das atividades, asseguram oportunidades para que as crianças expressem suas opiniões e estabeleçam regras comuns. Os educadores procuram estabelecer um período do ano para desenvolver esportes individuais (natação, capoeira, atletismo etc.), fixando outro período para a aprendizagem de esportes coletivos, com formação de

times; e, periodicamente, promovem competições para as diversas modalidades esportivas.

É bom lembrar que, ao planejar atividades esportivas, o educador precisa estar atento para a diversidade de sua clientela, evitando atitudes preconceituosas como “dar futebol para os meninos e queimada para as meninas”. O fundamental é buscar integrar todos em atividades compatíveis com sua faixa etária e interesse, promovendo a auto-estima, a cooperação mútua e a solidariedade.

Recreação



Nos espaços urbanos há um aglomerado de construções, as ruas são muito movimentadas e as crianças têm pouco espaço livre. Em muitas comunidades rurais ou na periferia urbana, onde ainda há espaço físico disponível, a situação sócio-econômica não favorece o lazer, pois desde cedo as crianças e jovens necessitam trabalhar para complementar a renda familiar. Assim, praticamente não há tempo destinado à recreação. Além disso, as necessidades básicas de sobrevivência fazem com que, para a população de baixa-renda, muitas vezes o lazer ou a brincadeira assumam a conotação de “perda de tempo” ou mesmo “pecado”. No entanto, a recreação, o brincar e atividades afins são fundamentais para o desenvolvimento integral.

Especialmente no caso de crianças e jovens, o brincar não é apenas uma forma de ocupar seu tempo. É um elemento facilitador para a socialização, uma vez que, na espontaneidade e liberdade do jogo, a criança interage com o grupo, buscando cumplicidade e companheirismo. É através do jogo e da brincadeira que a criança aprende as regras básicas da convivência social e, no fundo, se prepara para o grande jogo da vida. Além disso, a brincadeira é um treino para a liberdade de escolha do uso do tempo, possibilitando o exercício da autonomia. Ensinar a brincar, assim, significa ajudar a descobrir preferências, organizar o tempo livre e desfrutar o prazer do jogo.

Para os adolescentes, a recreação assume forma diferente, sendo o brincar substituído por conversas, jogos, organização de festas, atividades como ouvir música, dançar ou outras, características de cada comunidade. Para os jovens, a idéia de ter um clube de lazer ou um grêmio, organizado por eles mesmos, dentro ou fora da escola, é extremamente gratificante.

No Rio de Janeiro, as crianças e jovens de favelas que freqüentam o Clube Recreativo União e Lazer participam de conversas informais sobre assuntos de seu interesse, assistem vídeos, fazem passeios e visitas a espaços culturais, além das atividades esportivas, torneios, festas inter-comunitárias etc.

É possível oferecer atividades de recreação ao ar livre ou em espaços internos, através de jogos de salão. O Programa Cidade Mãe, da Prefeitura Municipal de Salvador, dentre inúmeras outras atividades, coloca à disposição das crianças e jovens jogos como dama, dominó, gamão, totó (pebolim) e outros.

Nos Núcleos instalados pela Sociedade Cidadão 2000, em Goiânia, considera-se o brincar como elemento facilitador e fundamental para a socialização. Os educadores fazem um planejamento mensal, distribuindo no tempo os jogos de mesa ou de pátio e atividades de desenvolvimento psicomotor, como jogos com rodas, bolas, corrida de arcos, quebra-pote, caixinhas-surpresas e outros jogos típicos do local. Reservam um horário da rotina diária para as brincadeiras e jogos, em que as crianças são divididas em grupos por faixa etária, desenvolvendo as atividades em espaços diferentes.

Cultura e expressão artística



O resgate da cultura popular insere o indivíduo no coletivo, ampliando sua consciência de mundo e sua visão de ser humano. A comunidade que deixa de se reconhecer enquanto parte da história do lugar onde vive vê-se desenraizada e com poucas expectativas em relação ao futuro, gerando-se em muitos casos um clima de insatisfação, violência ou apatia.



Os programas que valorizam o saber social da comunidade procuram conhecer as raízes de seu acervo cultural, desenvolvendo o trabalho através da utilização de diferentes linguagens. Propõem a redescoberta da origem dos moradores e da história local, resgatando a memória coletiva, através de atividades de música, teatro, dança, artesanato em pintura, cerâmica etc.

Em Santa Cruz, RN, o grupo teatral Arte Ativa decidiu trabalhar diretamente nas unidades escolares. Para tanto, escolheu uma linguagem típica do local, o teatro de rua,

apresentando-se nas escolas com um espetáculo que une humor e seriedade. A apresentação completa-se com uma oficina de trabalho para a comunidade escolar, onde a arte e a didática andam juntas, e da qual alunos, pais e toda a comunidade escolar participam, refletindo, por exemplo, sobre a necessidade da permanência da criança na escola e a importância da continuidade dos estudos.

Outro grupo de teatro e expressão corporal, “Gaviões de Rua”, de Umarizal, RN, também atua nas escolas, levando a elas seu espetáculo e oferecendo a possibilidade de que as crianças pratiquem a capoeira ou o teatro.

Em alguns lugares, a dança e o teatro mesclam-se em espetáculos buscando resgatar as raízes da origem e força do povo brasileiro.

O Grupo Daruê Malungo, atuante na periferia de Recife, conta histórias africanas e indígenas para crianças, mesclando-as com a música e dança desses povos; assim, levam seus espectadores a reencontrar-se com mitos e crenças de seus ancestrais, relendo-os sob a ótica do cotidiano. A leitura diária, a criação em conjunto dos espetáculos e o uso das histórias na transformação do cotidiano favorecem a integração dessas crianças com seu espaço e têm contribuído para maior interesse pela escola.

Em Teresina, o CCEPLAR – Centro Cultural de Educação Permanente Lineu Araújo mantém um espaço aberto para as crianças e adolescentes exercerem diversas atividades culturais: oficina de artes plásticas, produção de textos, música, dança e conto. Além disso, no Centro existe uma biblioteca aberta ao público que oferece atividades de leitura e interpretação, criação de histórias e jogos educativos.

No resgate da cultura popular, outra possibilidade é desenvolver atividades de expressão artística sob a lona de um circo. O circo convida ao exercício corporal, traz o prazer e a alegria da brincadeira, além de representar um elo de comunicação com a população.

Em São Paulo, a Secretaria do Menor (na gestão 1987/1990) manteve o programa Circo-Escola Enturmando, armado nos bairros periféricos da cidade. A proposta educacional desse trabalho, calcada na solidariedade e valorização da auto-estima, oferecia atividades compatíveis com a idade,

desenvolvimento físico e emocional das crianças e jovens: equilíbrio, malabarismo, trapézio, representações teatrais etc.

Outros programas associam atividades de várias áreas, juntando, por exemplo, recreação, cultura e expressão artística.

A Secretaria do Menor de São Paulo (na gestão 1987/1990) criou também o programa A Turma Faz Arte, destinado às crianças pobres da periferia e dos cortiços urbanos. O nome do programa, propositadamente escolhido, dava a dupla dimensão da proposta educacional, que pretendia estimular a criação artística e, ao mesmo tempo, a traquinagem e a travessura. Os educadores diziam: “queremos crianças arteiras; se mais tarde vierem a ser artistas, melhor para elas”. As atividades eram realizadas nas ruas, praças e outros espaços ociosos das zonas urbanas e periféricas, visando complementar o horário escolar através do lazer criativo, incentivando a sociabilidade. As atividades desenvolvidas eram literatura, dança, teatro, música, artes plásticas e brincadeiras, tais como construção de pipas, brinquedos de sucata, sacos de feijão, pernas de pau etc.

E alguns programas, ainda, oferecem atividades de áreas diferentes, mas com uma sólida proposta de integração.

A UNIBES em São Paulo mantém convênio com a Prefeitura para a manutenção de um Centro da Juventude (CJ), destinado às crianças e jovens dos grupos de 7 a 14 e dos 14 aos 18 anos. Para as do primeiro grupo, oferecem-se acompanhamento escolar, artes plásticas, música, educação física e recreação. As atividades de todas as modalidades são planejadas girando em torno de um mesmo tema, por um determinado período que varia segundo o interesse despertado pelo assunto. O tema pode ser sugerido pelos freqüentadores ou detectado pelos educadores sociais, a partir do que percebem na interação com as crianças. A forma de trabalhar o tema escolhido também é decidida em comum acordo com o grupo, num momento diário a que chamam “roda da conversa”.

As ações complementares na área da cultura, assim, são sempre significativas para a comunidade em que se desenvolvem, permitindo-lhe resgatar sua história e origem. No entanto, nunca é demais lembrar que essas atividades são especialmente propícias para desenvolver habilidades

de convivência social, como a aprendizagem da comunicação, da interação, da decisão coletiva, do cuidado com o ambiente etc. E não se pode esquecer também a importância de sua articulação com a escola, lugar privilegiado de transmissão cultural.

Saúde e sexualidade

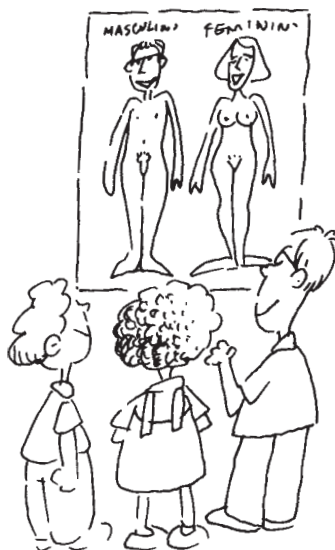
O desenvolvimento corporal sofre muitas mudanças na fase da infância e adolescência, requerendo da criança e do jovem que se adapte ao crescimento físico do corpo, à diferença de proporção entre seus membros ou, ainda, às mudanças hormonais da adolescência.

Embora seja impossível pensar em nosso corpo como algo alheio a nós mesmos, muitas pessoas desconsideram cotidianamente as sensações que dele advêm. Nossa cultura não favorece um contato tranqüilo e equilibrado conosco mesmo, e a conseqüência é que só cuidamos do corpo quando sentimos dor.

Na tentativa de reverter este quadro, as ações de saúde preparam o jovem para a convivência social saudável e para lidar com o contexto de realidade, abrindo um espaço de orientação, informação e discussão de questões que estão muito presentes na vida de cada um.

Observando a preocupação de adolescentes com sua sexualidade, uma escola de Campinas, SP, iniciou um trabalho de orientação paralelo às aulas. Este trabalho deu bons resultados e foi incorporado pela Secretaria de Educação do Município como um de seus programas. O Programa de Orientação Sexual estende-se atualmente a todas as escolas de ensino fundamental regular e supletivo do município. Os professores que aí atuam recebem apoio e orientação de uma equipe especializada e oferecem uma aula semanal extra para as crianças e jovens. As escolas são obrigadas a abrir espaço para essa atividade, mas o programa é opcional para as crianças e jovens. Técnicos da Secretaria constataam que os jovens têm sentido que lhes é dado um espaço para discussão de problemas importantes, levando-os ainda a se envolverem mais com a escola, tornando-se mais participativos.

Vários programas relacionados à sexualidade, tanto dentro quanto fora da escola, dirigem-se mais especificamente à prevenção da gravidez precoce entre adolescentes, que constitui um fator significativo para seu abandono da escola.



A partir da constatação de que a gravidez deriva menos de um ato deliberado da jovem e mais de sua relutância ou escassa capacidade de negociação para recusar a investida masculina ou propor medidas de prevenção, a organização de grupos de jovens dos dois sexos para discussão franca e aberta da questão tem contribuído para o fortalecimento da auto-estima das meninas, tornando-as mais aptas a tomar decisões autônomas quanto ao próprio corpo e ao sexo, levando os meninos e rapazes a uma atitude mais responsável frente ao exercício da sexualidade.

Programas de âmbito municipal também podem ser montados para atuar na saúde preventiva. Esses programas em geral envolvem amplas campanhas para divulgar certos conhecimentos, assim como informações específicas para funcionários de outras áreas que não a saúde — como por exemplo os programas de detecção de comprometimento da visão e audição em crianças, a ser percebido pelas professoras. Tais programas requerem uma boa dose de trabalho articulado, de registro e documentação, entre vários órgãos públicos.

Finalmente, a atuação na área da saúde também pode envolver o respeito à tradição e cultura locais.

Os Núcleos de Educação Comunitária de Goiânia, cuja proposta dá ênfase à expressão cultural, também desenvolve ações na área da saúde. Em um dos núcleos, por exemplo, oferece-se atendimento de saúde com o uso de ervas medicinais, uma vez que é comum na região o uso de tratamentos alternativos. Para tanto, o núcleo mantém, além da horta de leguminosas, uma outra com tais ervas, cuja responsabilidade fica a cargo de um grupo de crianças sob orientação do educador.

Iniciação ao mundo do trabalho



A criança brasileira desde cedo é lançada ao mundo do trabalho pela necessidade de sobrevivência própria e de seus familiares. Tentando suprir necessidades imediatas, ocupa-se em geral com atividades mecânicas e limitadoras. Na visão tradicional assistencialista, os programas oferecidos aos jovens da faixa dos 14 aos 18 anos buscam educá-los *para* o trabalho, oferecendo aprendizagem ou modelos de profissões em geral artesanais e limitadoras, não contribuindo para que tenham perspectiva de um

futuro diferente. Em geral, envolvem os jovens em ocupações que pouco estimulam seu potencial cognitivo ou criativo, não favorecendo sua formação integral ou o acesso ao conhecimento e à consciência crítica da realidade.

No entanto sabemos que, se incorporarmos ao presente a visão de uma futura condição ocupável, criamos um quadro de atitudes, valores e comportamentos propícios a tal ocupação; e quanto mais consistente o projeto de futuro, tanto mais êxito o indivíduo obtém no desempenho das atividades cotidianas.

Educadores que atuam junto a jovens com essa perspectiva notam que, após um certo tempo de participação no programa, os jovens passam a expressar espontaneamente pretensões crescentes, expectativas de ocupação e de alcance de postos muito superiores aos que mencionavam inicialmente. Tal resultado é alcançado através da proposta de educação *peelo trabalho*.

Esta proposta visa não só desenvolver no jovem habilidades básicas e prepará-lo para a atividade remunerada, mas também, e principalmente, propiciar oportunidades para que forme uma visão mais abrangente e crítica da realidade, facilitando a aquisição de conhecimentos específicos sobre o mundo do trabalho.

Para os educadores que desenvolvem programas e ações nessa linha, a obtenção de um produto final é conseqüência de todo o processo pelo qual os jovens passam, não seu fim único. O central a essa proposta é a efetiva participação do educando em todas as etapas do processo.

Em Goiânia, os Núcleos de Educação Comunitária, construídos nos bairros que estavam gerando o maior número de meninos nas ruas, oferecem aos jovens oficinas de várias modalidades, escolhidas de acordo com as características da população local; assim, num determinado núcleo há uma oficina de cerâmica, no outro de tecido etc. A decisão sobre qual oficina deve ser implantada, o início do trabalho e as normas de funcionamento são discutidas com os jovens. A coordenação deste projeto considera que os educadores têm importante papel nessa discussão, pois é a partir de

sua postura que o grupo de adolescentes pode se fortalecer, assumindo responsabilidades, descobrindo a necessidade da divisão de tarefas, criando regras comuns.

Ainda no enfoque da educação pelo trabalho — e não para o trabalho —, há um segundo momento, também importante, que deve acontecer com o grupo: é o momento de decisão sobre o que fazer com o produto, como fazer, e porque tomar esta e não aquela decisão. Quando se propõem discussões deste nível, o educador e o educando estão aprendendo sobre os mecanismos que movimentam a sociedade da qual fazem parte — em última instância, formada por eles mesmos.

Em Aracati, CE, o programa desenvolvido concilia a educação pelo trabalho com a preocupação de reintegrar à escola adolescentes evadidos. Tendo-se constatado um número elevado de jovens analfabetos com pouco estímulo para voltar a frequentar as aulas, foram construídas salas anexas às escolas onde, além de aulas de reforço com metodologia diferenciada, oferece-se um espaço para oficina de reciclagem de papel. Os jovens aprendem a utilizar os equipamentos e a reciclar o papel, transformando-o em brinquedos e materiais de papelaria. O produto do trabalho é comprado pela Prefeitura local, para ser utilizado nas creches, e a renda resultante é partilhada entre os próprios jovens, que se sentem participando tanto da população economicamente ativa quanto da comunidade escolar.

A proposta pedagógica deste tipo de ação precisa estar especialmente atenta para não reforçar a discriminação por sexo ou cor com relação a tipos específicos de trabalho: não é o caso de propor preferencialmente atividades braçais para jovens negros, nem de destinar as jovens a atividades tradicionalmente atribuídas ao sexo feminino como manicura, costureira etc., mas de oferecer a todos oportunidades de experimentar diversos tipos de ocupação, estimulando cada uma e cada um a escolher a mais adequada a seus interesses e habilidades.

Além disso, é preciso planejar momentos para que os jovens tenham acesso a informações que dizem respeito ao desenvolvimento de seu trabalho: conhecimentos teóricos sobre o que estão aprendendo, conhecimentos ligados à prática de determinados ofícios — como cálculo,

leitura de instruções, consulta em catálogos etc. — e conhecimentos ligados à sociabilidade, às relações pessoais e trabalhistas, formas de associativismo, relações de amizade no trabalho etc. Isso é importante quando consideramos que o adolescente que está sendo atendido tem freqüentemente um histórico de abandono escolar e requer orientação para não ser expulso também do mercado de trabalho, especialmente nos grandes centros urbanos.

Alguns programas com essa visão voltam-se especificamente para adolescentes em situação de rua.

No Paraná, a ASSOMA - Associação dos Meninos de Curitiba oferece oficinas nas área de horta, aves, padaria, lavanderia, confecção, marcenaria e serigrafia. As crianças ocupam meio período do dia com o trabalho na oficina e, no outro, freqüentam a sala de aula de apoio ou a escola regular. Fundamentando seu trabalho, o grupo responsável afirma que “a participação dessas crianças e adolescentes na gestão do trabalho, no conhecimento relativo ao trabalho realizado e no produto de seu trabalho confere sentido existencial aos acontecimentos e tarefas do dia-a-dia, permitindo-lhes a construção de um projeto de vida”.

Ao contrário do que nos faz pensar uma certa retórica sensacionalista divulgada pela mídia, dentre as crianças e jovens que perambulam pelas ruas das cidades apenas uma pequena fração encontra-se efetivamente sem vínculos familiares ou lar fixo. A grande maioria, na verdade, são crianças e adolescentes sem opção de atividade ou lazer em seus bairros, e que constituem precisamente a clientela preferencial das ações e programas aqui descritos.

Quanto àqueles — felizmente não tão numerosos — efetivamente de rua, a proposta pedagógica a eles destinada deve enfatizar as relações afetivas e o relacionamento entre criança e adulto, além de favorecer a aquisição de conhecimentos culturais e acadêmicos.

As ações para essa clientela específica propiciam pois um clima favorável ao resgate da auto-estima e à construção da identidade, ao desenvolvimento do espírito de equipe e do respeito ao próximo. Uma formação educacional e cultural básica deve ser planejada, objetivando fornecer

instrumentos para que o próprio jovem possa melhorar suas condições de vida, enquanto as atividades lúdicas, pedagógicas e profissionalizantes buscam integrá-lo na comunidade, promovendo a cidadania.

Educação ambiental



Sabemos hoje o quanto a ação humana devastou o meio ambiente. Tanto isto é verdade que a avaliação que os ambientalistas fazem a respeito da situação do planeta é preocupante. Tentando reverter esse quadro, eles pleiteiam o respeito ao equilíbrio do ecossistema, divulgando a noção de que o homem é parte do ambiente e interfere em suas transformações, tentando desenvolver uma consciência individual e coletiva que considere as relações entre as pessoas e o ambiente à sua volta.

Tal consciência não é dada, mas sim construída através de um permanente processo de aprendizagem, que veio a ser conhecido como educação ambiental. Numa visão mais abrangente, esta é compreendida então como o processo de levar os educandos à reflexão não somente sobre as relações entre as pessoas e a natureza, mas levando em conta também as próprias relações sociais, o modo e a qualidade de vida das populações. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento da noção de que cada um é responsável pela conquista de melhores condições de vida e por melhores condições do ambiente em que vive.

Tem-se ouvido falar muito de programas de educação ambiental. É preciso distinguir, no entanto, programas pontuais voltados à conservação ou preservação do meio ambiente, daqueles que realmente incorporam uma dimensão educacional. Fala-se sobre coleta, reciclagem e reaproveitamento do lixo, uso de adubos orgânicos, uso adequado das águas e destino dos esgotos, fazem-se comparações entre o clima atual e o de antigamente, luta-se pela preservação de espécies de animais etc.; mas os programas *de educação ambiental* são aqueles que incorporam ativamente, ao processo desencadeado, as crianças e jovens da localidade, buscando sempre uma apreensão crítica da realidade, a sistematização dos novos conhecimentos obtidos e sua aplicação na prática cotidiana.

Tentando envolver a comunidade escolar, alguns projetos preocupam-se em promover a discussão destes temas com pais e alunos e, a partir disso, promover na própria escola uma ação.

É o caso da SOS Amazônia, uma ONG do Acre que atua em parceria direta com a escola pública de um conjunto habitacional da periferia da capital. Numa avaliação da situação do bairro em torno da escola, a SOS detectou a falha de coleta do lixo e uma insensibilidade da população para com a questão. O Projeto de Coleta Seletiva e Tratamento do Lixo teve início na escola com projeção de vídeos e palestras sobre problemas do meio ambiente, particularmente a respeito do lixo doméstico. Alunos e professores visitaram o lixão da cidade e locais de reaproveitamento do lixo, percebendo as conseqüências para o ambiente quando não é tratado, assim como o barateamento no custo de produtos feitos com material reciclado. Os moradores foram sendo envolvidos gradativamente, através de cartas e do contato direto com os alunos. No início, estes traziam o lixo reaproveitável para a escola; hoje a coleta é feita nas casas por um funcionário da Prefeitura. O material, organizado e registrado, é em parte vendido, para ser reaproveitado. Outra parte é reutilizada na própria escola, em uma oficina de reciclagem do papel; sacos plásticos servem para plantar mudinhas, num trabalho orientado pelos coordenadores de Educação Ambiental, que desenvolvem semanalmente, em todas as classes, atividades ligadas ao projeto. Tais atividades têm envolvido de tal forma os alunos, que os professores da escola procuram introduzir no currículo temas ligados à educação ambiental.

Ao contrário do exemplo anterior, em que a ação se iniciou na escola estendendo-se para a comunidade, outro programa partiu do envolvimento desta para mobilizar os educadores escolares.

As crianças da escola rural da Ilha de Búzios, próxima a Ilhabela, SP, também foram envolvidas por questões ambientais. A Ilha é considerada uma área de preservação, portanto protegida por lei. No entanto, um diagnóstico feito pelo Projeto Anima, subsidiado por um órgão governamental, detectou degradação do solo devido ao mau uso, ateamento de fogo na mata nativa e ataques a animais silvestres. Além disso, as questões de saneamento

básico eram preocupantes, uma vez que as águas estavam contaminadas e o esgoto corria a céu aberto. Diante de tal situação, a equipe interdisciplinar que atua no projeto escolheu iniciar suas ações pela questão do saneamento básico, uma vez que implicava a saúde dos moradores.

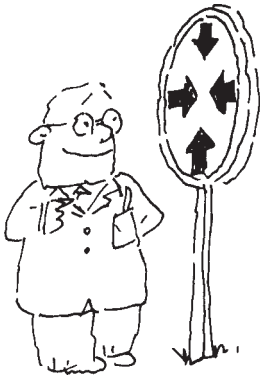
As crianças e jovens da comunidade participavam espontaneamente das ações da equipe no local, acompanhando as visitas, revelando as questões culturais que mantinham tais atitudes. À medida que foram se envolvendo com os profissionais, os jovens receberam novas informações sobre o espaço que ocupam. Levaram o interesse por esses conteúdos às salas de aula, envolvendo as professoras numa série de perguntas. Na busca de subsídios para esclarecer as dúvidas das crianças, as educadoras pediram ajuda à equipe e foram convidadas a participar do projeto. A partir desse trabalho integrado, observou-se que elas puderam construir uma prática que valoriza os conteúdos relacionados ao cotidiano da comunidade, fortalecendo o interesse e a participação das crianças. Além disso, manteve-se e tem se ampliado o envolvimento destes jovens em atividades extra-classe, por exemplo, no cuidado da horta, implantada a partir do trabalho de educação ambiental.

É importante lembrar que todas as ações complementares podem ser estendidas às crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais. Em Betim, tais crianças convivem normalmente com outras, desenvolvendo suas potencialidades e sendo estimuladas pelo grupo a produzirem mais. A experiência tem demonstrado que o grau de independência é maior quando existe uma convivência com crianças de desenvolvimento normal, sem discriminação. Além disso, sendo respeitadas em seu ritmo, enriquecem a convivência do grupo com seu modo próprio de compreender a realidade.

Uma prioridade, várias possibilidades

Os exemplos apresentados apontam diferentes caminhos escolhidos por instituições ou comunidades para construir e desenvolver sua proposta educacional. No entanto, todos têm em comum uma prioridade: assegurar o sucesso escolar de seus participantes.

Todos os programas com proposta pedagógica bem



elaborada prevêem um modo de se relacionarem com a escola freqüentada pelos participantes. Vários condicionam a inscrição da criança à matrícula na escola. Outros, desenvolvidos em localidades com menos recursos, buscam, através de seus educadores, conseguir vagas nas escolas públicas para crianças e adolescentes desassistidos.

Em alguns programas, os educadores sociais freqüentam eles mesmos as reuniões da escola, para conhecer os conteúdos que vêm sendo trabalhados e buscar dados sobre o aproveitamento da criança.

A Aldeia SOS de Poá abriga crianças órfãs ou aquelas cujos familiares não as podem manter. As crianças freqüentam uma escola pública do bairro e, no período alternado ao da escola, recebem aulas de reforço escolar na própria Aldeia. A coordenadora da escola mantém contato sistemático com os educadores do projeto, enquanto a professora do reforço participa das reuniões de pais da escola. Os dados apresentados pela instituição mostram que o índice de reprovação é muito baixo, cerca de 4%.

Alguns programas desenvolvem atividades apenas em uma região, rural ou urbana, para um grupo grande de crianças; outros atuam em vários locais com grupo menores de participantes; outros ainda iniciaram com um pequeno grupo de participantes e foram expandindo seu raio de ação, à medida que novas necessidades foram surgindo, novos recursos materiais e humanos foram sendo captados ou atraídos e a equipe dirigente foi tendo mais clareza e segurança na condução do programa.

No que diz respeito a carga horária e duração, as soluções também variaram. Geralmente aqueles destinados às atividades nas áreas de cultura e expressão artística, esportes, acompanhamento escolar são freqüentados por tempo indeterminado e a critério da clientela. Já as oficinas de desenvolvimento de habilidades para o trabalho têm duração predeterminada e fixa, embora algumas mantenham um sistema de acompanhamento dos jovens que as freqüentaram.

Alguns programas iniciam suas atividades dirigidas para uma área específica e, à medida que novas necessidades vão se apresentando, expandem seu raio de ação. Assim, pode-se ampliar oficinas oferecidas a partir de sugestões

dos próprios usuários ou de suas famílias, como é o caso do programa de preparação para o trabalho da Ação Comunitária do Brasil.

Ou então, um programa de acompanhamento escolar pode passar a oferecer também atividades esportivas. O programa A Turma Faz Arte, de São Paulo, começou oferecendo apenas atividades artísticas nas ruas e, aos poucos, foi criando a infra-estrutura para a implantação dos circos-escola, surgindo então o programa Enturmando.

É bom lembrar que as mudanças na forma ou no tempo de atuação devem ser sempre discutidas com os participantes e seus familiares; na verdade, são estes que muitas vezes propõem as mudanças, por ocasião da avaliação permanente do programa.

Lições aprendidas



Todos os programas que pretendem oferecer um apoio para a permanência da criança na escola e ajudá-la a ter um bom desempenho preocupam-se em desenvolver tanto habilidades quanto valores, evitando uma visão fragmentada dos aspectos cognitivos, afetivos e morais — ou seja, visam de fato o desenvolvimento integral das crianças e jovens que atendem. Para isso, os educadores envolvidos são constantemente estimulados a repensar seus próprios valores, tanto em relação aos educandos quanto a questões mais amplas sobre a sociedade que os cerca.

A situação em que se encontra a maioria das crianças e jovens hoje, em nosso país, só será realmente revertida se nos colocarmos questões acerca da ética, da solidariedade, da liberdade, da igualdade de direitos, da harmonia, criatividade, integração e responsabilidade.

Vale a pena lembrar o artigo terceiro do Estatuto da Criança e do Adolescente, de cuja redação, de forma direta ou indireta, cada um de nós participou: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”.



5 Organizando a equipe de trabalho



5

É na interação com o legado cultural da humanidade e com os outros, isto é, nas relações sociais cotidianas, que o indivíduo se constitui enquanto sujeito. A interação ocorre tanto de modo formal ou informal, dirigido ou espontâneo, e é central a qualquer processo educacional: o educando constrói seu conhecimento na interação com o que aprende, com os colegas e com o educador. Assim, todos os que participam de um programa de atendimento sócio-educacional, atuando direta ou indiretamente com crianças e adolescentes, são considerados educadores sociais, conscientes de seu papel central e co-responsáveis pelos resultados do trabalho desenvolvido.

É pois, importante que todos os educadores envolvidos em um programa para crianças e adolescentes — coordenadores, professores, monitores, estagiários, merendeiras, faxineiros, vigias etc. — participem do processo de discussão das propostas de atuação e do planejamento das ações. É claro que nem sempre é necessário que todos os profissionais participem de todas as discussões, mas é fundamental que todos sejam envolvidos pela filosofia do programa para que se crie um clima solidário e consistente de trabalho, ou seja, para que constituam uma verdadeira equipe.

Para que o processo flua de forma efetiva em direção à construção coletiva de uma proposta educacional, é fundamental que a equipe seja constituída por pessoas competentes e realmente comprometidas.

Na definição do perfil dos integrantes da equipe, além da qualificação mínima, algumas características parecem ser imprescindíveis aos profissionais, não importando a natureza do trabalho ou sua área de atuação:

- ▶ gostar de crianças e adolescentes e saber se relacionar bem com eles;

- ▶ ter disposição e tato para trabalhar com pessoas das camadas desfavorecidas;
- ▶ ser paciente e saber tratar o outro com atenção e respeito.

Estratégias para montagem da equipe



Diferentes estratégias podem ser adotadas para constituir o grupo que se propõe a desenvolver um programa de cunho sócio-educacional. Cada uma delas apresenta vantagens e desvantagens que devem ser cuidadosamente analisadas antes de selecionar a mais adequada, de acordo com cada contexto.

Com recursos humanos da própria localidade

Organizar uma equipe com pessoas que pertencem ao mesmo universo social e cultural da criança e do adolescente pode ser um fator que facilita a aproximação entre educador e educando. Essa estratégia também é interessante porque leva implicitamente à valorização, crescimento e autoconfiança dos membros da comunidade. No entanto, o fato de o quadro de educadores ser composto por uma maioria de pessoas que certamente não têm formação na área de educação coloca em destaque a necessidade de criar, simultaneamente à admissão, um programa de capacitação e de formação em serviço.

Há várias estratégias para constituir uma equipe com pessoas da própria comunidade.

A instituição seleciona as pessoas que vão constituir a equipe

Quando os organizadores já detêm conhecimento prévio dos moradores do local onde o programa será desenvolvido e se propõem a capacitar as pessoas que forem escolhidas, é possível selecioná-las privilegiando o critério de sua maior facilidade de interação com a clientela a ser atendida.

O Projeto Providência, da Pastoral do Menor (Belo Horizonte), forma as equipes nas várias comunidades em que atua quase que exclusivamente com moradores da própria localidade. Um dos dirigentes, ao comentar seus critérios para selecionar um educador, diz: “se eu tivesse

cinco candidatos analfabetos aqui na comunidade, eu escolheria o de melhor potencial e não chamaria a professora titulada da cidade”.

A comunidade faz a indicação e a instituição faz a seleção

Quando não há grande conhecimento prévio dos moradores, uma boa estratégia é sugerir à comunidade organizada que indique possíveis candidatos, que serão então selecionados pelos dirigentes do programa.

A Ação Comunitária do Brasil (Campo Limpo, SP) constitui as equipes de trabalho com pessoas da própria localidade, aliando a estratégia da indicação pela comunidade à seleção por um dos dirigentes do projeto. A comunidade escolhe entre seus moradores três candidatos a uma determinada vaga e envia esta lista tríplice à instituição. Os candidatos passam então por uma entrevista com um dirigente, que os avalia e seleciona aquele que se revela mais envolvido com a comunidade, representa melhor seus anseios e tem mais qualificação para o cargo pretendido.

A instituição faz o levantamento dos recursos humanos da localidade e posteriormente os contrata

Os organizadores do programa, em geral por ocasião do diagnóstico para conhecimento da realidade local, podem incluir neste o levantamento dos moradores com potencial, qualificação ou determinação para atuar no programa, convidando-os posteriormente para a seleção.

Em Iguatu (CE), a Prefeitura (1989-92) mapeou a região para identificar e localizar os recursos humanos potencialmente recrutáveis para um programa de ações complementares à escola. De acordo com as habilidades de alguns moradores, interesse e disponibilidade para atuar nos programas em vista, em cada localidade foram criadas então oficinas de dança, teatro de fantoche, teatro de rua, canto coral, dança folclórica, artesanatos diversos, que as crianças e adolescentes freqüentavam nos horários alternados às aulas regulares.

Com recursos humanos da instituição responsável pelo programa

O órgão ou instituição responsável pelo programa pode montar a equipe com os recursos humanos de seu próprio

quadro funcional. Neste caso, podem-se selecionar pessoas que, além dos pré-requisitos fundamentais — isto é, gostar de crianças e jovens e de atuar junto às camadas mais pobres —, tenham também uma formação de nível superior em áreas relacionadas à educação.

O Programa Curumim, em Minas Gerais, iniciou-se com uma equipe constituída por pessoas interessadas em participar de um trabalho dessa natureza recrutadas entre os funcionários da própria Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo e de outros órgãos governamentais do município de Belo Horizonte. À medida que o projeto foi se desenvolvendo e se ampliando, novos elementos foram sendo contratados: estagiários com nível superior e/ou pessoas com experiência nessa área de trabalho.

Com recursos humanos das instituições parceiras

É possível montar a equipe a partir dos recursos humanos disponíveis nas instituições ou órgãos com os quais os dirigentes do programa estabelecem convênios ou parcerias. Esta é uma alternativa que, dependendo da forma como é firmado o convênio, permite à organização utilizar-se dos recursos humanos do município ou, ao município, oferecer um amplo atendimento às crianças e adolescentes desfavorecidos dispendendo relativamente poucos recursos financeiros.

Em Blumenau, a Secretaria responsável pelos programas de prevenção e proteção à criança e ao adolescente proporciona atividades relacionadas às áreas de esporte, cultura e lazer, fazendo uso, sempre que possível, dos recursos humanos já existentes nos espaços educacionais das empresas conveniadas. Assim, por exemplo, crianças e adolescentes desenvolvem atividades esportivas sob a responsabilidade da equipe do SESC – Serviço Social do Comércio. Academias ou clubes particulares (em contrapartida a alguma isenção ou redução de impostos municipais), em determinados dias da semana, além de oferecer o espaço físico, colocam seus profissionais disponíveis para desenvolver projetos do município relacionados ao esporte e lazer para as crianças e adolescentes de baixa renda. O mesmo ocorre com alguns institutos de línguas ou artes, que colocam suas equipes de profissionais à disposição do projeto alguns dias

da semana, para proporcionar aulas de língua estrangeira, música ou dança em seu próprio espaço.

A partir da mobilização de equipes de diferentes parceiros

Em certos casos, o programa não tem uma equipe própria para proporcionar o atendimento à clientela, contando apenas com um pequeno grupo de pessoas, cujo papel é mobilizar e envolver as equipes das diferentes Secretarias ou outras instituições, de acordo com as necessidades dos vários subprojetos desenvolvidos, em geral em diferentes locais.

Em Campinas, a Secretaria de Governo desenvolve projetos intersecretoriais dentro do PAICA – Programa de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente sem ter uma equipe para cumprir essa tarefa. Ali, a estratégia utilizada é manter um pequeno grupo de pessoas responsáveis pela mobilização de recursos humanos das diversas Secretarias, para atender às diferentes necessidades detectadas por ocasião do diagnóstico realizado em cada comunidade.

5

Unindo diversas estratégias para montar a equipe

Para constituir uma equipe de trabalho, pode ser interessante fazer uso simultâneo de diversas estratégias. As pessoas podem ser recrutadas e contratadas a partir de indicações da própria comunidade, de convênios com a universidade, parcerias com as Secretarias Municipais, com empresas, assim como pode haver pessoas prestando serviço voluntário e temporário de diferentes naturezas.

Um programa pode, ao mesmo tempo, recrutar a maioria de seus atuantes entre os moradores locais, que trabalharão junto, por exemplo, com estagiários voluntários de uma instituição parceira, ex-alunos contratados do próprio programa, instrutores do SENAI, funcionários de Secretarias etc.

Em Betim (MG), os convênios feitos com a Prefeitura ajudaram o Salão do Encontro a organizar sua equipe de trabalho; paralelamente, os monitores são moradores da localidade selecionados a partir de suas habilidades artesanais, ou então são ex-alunos do Salão que se tornaram mestres artesãos. Todos são legalmente registrados de acordo com a legislação trabalhista. Os professores são funcionários da Secretaria de Educação,

o médico e o dentista são comissionados pela Secretaria de Saúde. Eventualmente, algum artista ou artesão presta assessoria a uma das oficinas, voluntariamente ou sob contratação temporária.

Atitudes e valores da equipe de educadores



Um programa de capacitação deve ter como objetivo prioritário a garantia das condições mínimas necessárias para que todas as pessoas envolvidas cresçam pessoal e profissionalmente, de forma a constituir uma equipe de educadores sociais que tenham em comum a mesma filosofia de trabalho e atuem em harmonia.

Qualquer que seja o programa e a filosofia que o embasa, a capacitação necessariamente proporciona ao grupo de profissionais informações sobre as características da clientela a ser atendida.

Sabemos que a escola freqüentemente não consegue motivar crianças e jovens das camadas pobres para uma aprendizagem efetiva, adequada a sua realidade; não consegue, assim, mobilizar seus recursos nem despertar expectativas. Pelo contrário, muitas vezes os alunos e suas famílias concluem que eles é que são inadequados à escola, que não têm “recursos intelectuais” a serem mobilizados.

O programa de capacitação das equipes que vão trabalhar com essas crianças e jovens deve prover momentos de reflexão individual e discussão coletiva sobre as características da clientela, já que sua postura e atitudes são fatores que podem influenciar decisivamente nos resultados do trabalho:

- ▶ as crianças e adolescentes envolvidos por esses programas são em geral provenientes de um meio social no qual as expectativas de um futuro melhor são escassas ou inexistentes;
- ▶ em geral, essa clientela caracteriza-se por certa instabilidade emocional, dificuldade de estabelecer relacionamentos significativos, baixa tolerância às frustrações. São imediatistas, têm dificuldades para canalizar a agressividade em termos construtivos e apresentam baixos níveis de auto-estima e autoconfiança.

Qual o papel do educador frente a uma clientela com tais características?

O fundamental é que o educador procure entender o educando como sujeito de sua história e da história de seu povo, procure conhecer *o que ele sabe, o que ele traz de conhecimentos e de quê ele é capaz*. É com base nesses conhecimentos, habilidades e capacidades que o educador vai planejar e estruturar a ação educativa, de modo que o educando possa superar suas dificuldades, participando ativamente desse processo enquanto sujeito.

A personalidade do indivíduo é formada na interação entre ele e o meio físico e social em que vive: sua comunidade, seus colegas, pais, professores e outros agentes de socialização. Através da interação, a criança e o adolescente aprendem a assumir papéis e atitudes daqueles com quem entram em contato. Essas interações condicionam não só a maneira pela qual respondem aos outros, mas também como se conduzem consigo mesmos.

Nessa perspectiva, o educando deixa de ser entendido como um poço de problemas e passa a ser visto “como um feixe de potencialidades abertas para o futuro, que o meio pode inibir ou fazer desabrochar. Aquilo que ele pode ser não é determinado só pelo seu passado, (...) mas também pelos novos estímulos que agora e amanhã sobre ele possam atuar” (Maria Amália Medeiros, *apud* Costa, 1990).

O papel do educador social é, portanto, o de criar um meio rico, aberto a toda classe de estímulos, sem preconceitos de qualquer gênero ou espécie, de modo que as crianças e adolescentes sob sua responsabilidade possam superar suas dificuldades e abrir uma janela para o futuro, idealizando um projeto de vida melhor.

Como preparar os educadores sociais para que atuem nessa direção?

A capacitação deve proporcionar as condições necessárias para que a equipe de profissionais passe a acreditar na possibilidade de construir um futuro melhor para as crianças e adolescentes aos quais se destinam as ações do programa em questão. Para isto, precisa levá-los a criar formas de conviver, pensar, sentir e agir democraticamente primeiro entre si próprios, para depois trabalhar com esse objetivo junto aos educandos.

Durante a capacitação, haverá pois momentos de reflexão, discussão e ação sobre as formas de construir a convivência social e a democracia desejada. A convivência social e a democracia são construídas pelo homem: em um programa que aposta numa sociedade mais justa, é fundamental que cada um aprenda a construí-la através de sua atuação no cotidiano.

Nesse sentido, ao se prepararem para desenvolver sua atuação, os educadores sociais estarão ao mesmo tempo desenvolvendo ou ajustando suas próprias atitudes e promovendo junto aos educandos hábitos e atitudes de uma saudável convivência social (ver capítulo 4), permanecendo atentos a toda e qualquer oportunidade para promover a convivência democrática, tanto entre si quanto entre as crianças e jovens com os quais atuam.

Programando a capacitação da equipe



Uma forma necessária de capacitação dos educadores é promover reuniões periódicas de toda a equipe. Independente do tamanho desta e da estrutura de sua organização, é importante reservar momentos semanais ou quinzenais para que todas as pessoas que trabalham em cada núcleo ou setor se reúnam e discutam seus problemas coletivamente, de modo que o grupo possa caminhar junto em direção aos objetivos propostos pelo programa.

As diferentes formas de viabilizar capacitação específica dependem em grande parte das características da instituição ou órgão responsável pelo programa, assim como do tamanho e estrutura da equipe a ser montada ou recém-montada. Alguns aspectos, entretanto, são comuns a todas as formas de capacitação: é preciso garantir efetiva coordenação e uma unidade na linha de trabalho, e prever um processo constante de avaliação.

A coordenação dos encontros pode ficar a cargo do dirigente, de um coordenador pedagógico ou de um membro mais antigo e experiente da equipe.

O Salão do Encontro (Betim, MG) tem uma coordenadora pedagógica que se reúne semanalmente com sua equipe de professores para discutir os problemas e planejar suas

ações. Além disso, diariamente a coordenadora e os dirigentes do projeto circulam entre as diversas dependências do espaço, conversando com todos os funcionários. Vão assim se inteirando dos problemas e, ao mesmo tempo, incentivando o grupo na busca de soluções coletivas. Essa prática faz com que todos, desde o mais humilde funcionário até o mais alto dirigente, sintam-se mutuamente apoiados e percebam que seu trabalho é reconhecido e valorizado. A fala de um dos educadores reflete o clima do projeto: “nós aqui sentimos orgulho pelo nosso trabalho”.

No projeto Clube Recreativo União e Lazer, do Rio de Janeiro, uma equipe pedagógica acompanha sistematicamente o trabalho dos clubes montados em diversas favelas, assessorando as reuniões de planejamento e participando de algumas atividades pedagógicas, além de organizar os encontros de formação dos educadores. Há um coordenador geral que se reúne semanalmente com a coordenação de base e a assessoria. Este coordenador é responsável por garantir a unidade do projeto na diversidade das realidades apresentadas pelas várias comunidades. Em cada clube há ainda uma coordenação em nível das crianças/adolescentes, eleita por elas, que decide, junto com os adultos, os caminhos do clube.

Quando o projeto reúne um número significativo de profissionais e/ou de núcleos, há necessidade de manter uma mesma linha de trabalho entre as várias equipes. Diferentes estratégias podem ser utilizadas com esse propósito.

A equipe central é responsável pelo programa de capacitação dos recursos humanos do projeto

Devido à variedade de programas destinados à criança e ao adolescente, em 1987–1990 a Secretaria do Menor do Estado de São Paulo montou um Núcleo de Formação Profissional para capacitar os diversos profissionais necessários. Técnicos em seleção e treinamento de pessoal encarregaram-se da capacitação de todos os envolvidos nos diversos programas, seja funcionários da própria Secretaria ou de outros órgãos públicos, seja profissionais de ONGs ou outras instituições privadas que atuavam nos programas. A intenção principal da proposta

de capacitação era a de desencadear mudanças no modelo assistencialista que vigorava então, proporcionando uma nova visão do contexto social relativo à criança e ao adolescente. Através de estratégias diversas (aulas expositivas, dinâmicas de grupo, jogos dramáticos etc.), trataram-se de temas como o papel do Estado, legislação e Judiciário, família, saúde e sexualidade etc. No desenvolvimento dos trabalhos das várias equipes, a Secretaria foi avaliando os resultados e fazendo as necessárias correções de rumo, no sentido de garantir uma atuação educativa coesa e coerente de todos os participantes.

A equipe central coordena um programa de formação continuada e dá assessoria pedagógica e administrativa às equipes dos núcleos

A Pastoral do Menor (MG) promove a formação em serviço das equipes de seus 38 núcleos visando promover a autogestão em cada um deles. Para isso, a iniciativa em cada núcleo é valorizada e as características de cada comunidade são respeitadas. Uma equipe central, constituída por duas pedagogas, uma psicóloga e uma assistente social, é responsável pela capacitação pedagógica, técnica e administrativa das equipes dos vários núcleos, o que é feito em reuniões bimestrais com os coordenadores dos núcleos e mensais com todos os educadores.

Os educadores sociais de todos os núcleos reúnem-se mensalmente na sede central para receber subsídios e discutir temas ligados à filosofia do projeto e também para avaliar e replanejar os trabalhos. Em sistema de rodízio, um núcleo sedia uma “animação cultural”, uma espécie de oficina, onde os professores aprendem a desenvolver uma determinada atividade para poder depois proporcioná-la aos educandos. São oferecidas, por exemplo, oficinas de fantoches, cantigas, teatro, sucata, tapeçaria etc. Além disso, quinzenalmente há reuniões internas nos núcleos para troca de experiências e busca de soluções para os problemas do cotidiano. Algumas vezes, essas reuniões destinam-se a um curso específico para os professores, ministrado por um técnico ou um especialista contratado pelo próprio núcleo. Anualmente, a equipe central seleciona cinco núcleos para receberem um acompanhamento mais próximo, através de visitas quinzenais da equipe central.

Diferentes equipes centrais proporcionam formação e capacitação do pessoal dos núcleos, de acordo com o projeto desenvolvido em cada um

A Ação Comunitária do Brasil (Campo Limpo, SP) conta uma equipe diversificada de especialistas para promover a formação em serviço dos profissionais envolvidos nos diferentes projetos, desenvolvidos de acordo com as solicitações da comunidade. A estratégia utilizada por essa instituição é promover um treinamento inicial com uma carga horária de 16 horas, distribuídas ao longo das quatro primeiras semanas de trabalho do educador, seguida de encontros mensais na sede central para todos os participantes de um mesmo projeto (o mesmo projeto pode estar sendo desenvolvido em vários núcleos simultaneamente). O objetivo da capacitação inicial é o de oferecer as informações básicas sobre a filosofia do projeto e suas áreas de atuação e, ainda, colocar os participantes frente a algumas situações-problemas do cotidiano, para que tenham a oportunidade de refletir sobre as melhores condutas em cada caso.

A formação continuada em serviço visa proporcionar momentos coletivos de troca e reflexão sobre a prática. Os educadores recebem nessas reuniões subsídios específicos, de acordo com o projeto em que estão envolvidos. Além das reuniões em nível central, as supervisoras visitam sistematicamente os núcleos, dando orientação e assessoria nas áreas técnica e administrativa, sempre que necessário.

Os resultados de um programa de capacitação, é bom lembrar, não são imediatos. Portanto, ele deve ser pensado em etapas, de curto, médio e longo prazo, sempre considerando as características do grupo e as metas do programa a ser desenvolvido. Qualquer que seja a forma de capacitação, porém, deve sempre visar ampliar os conhecimentos da equipe e sua consciência social e política.



6 Organizando espaço e materiais

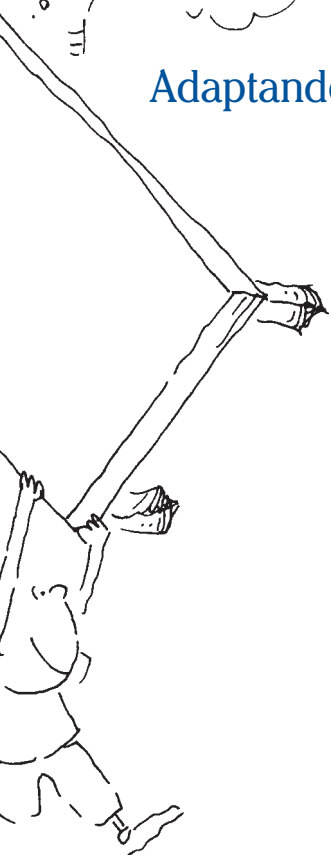


Quando dirigentes de órgãos públicos ou de organizações privadas se propõem a desenvolver um trabalho de atendimento às crianças e adolescentes das classes desfavorecidas, é comum associar essa idéia à construção de prédios ou edificações. No entanto, essa não é uma condição necessária para o desenvolvimento de um bom trabalho de cunho sócio-educacional. Com uma boa dose de imaginação e criatividade aliada à racionalidade, é possível encontrar alternativas que, além de representar uma economia de investimento, podem redundar num maior envolvimento da sociedade na busca de soluções para seus problemas.

Adaptando espaço existente

Como proceder para localizar um espaço já existente que possa servir aos objetivos do programa? O primeiro passo é fazer um mapeamento dos espaços comunitários existentes em cada localidade, para identificar e localizar quais estariam em condições de abrigar os programas em vista: salão paroquial, galpões vazios, salão da associação amigos do bairro, salas ociosas em escolas, sindicatos, clubes esportivos etc. Desde que limpos, bem iluminados e arejados, podem perfeitamente ser usados para essa finalidade. É importante verificar o fornecimento de água potável e a necessidade de adaptar banheiros e chuveiros, bem como providenciar espaço para preparação da merenda, de forma a proporcionar condições mínimas de conforto tanto à clientela quanto aos profissionais.

Às vezes, locais de uso privado ou específico ficam ociosos durante parte do tempo e podem ser utilizados durante uma parte do dia. Por exemplo, o Pelotão Esperança (Crateús, CE) desenvolve um trabalho de atendimento a crianças e jovens no espaço cedido pelo quartel do Exército



da região. O quartel oferece o espaço, uniforme para os jovens, atendimento médico, enquanto as professoras e a alimentação são cedidas pela Prefeitura local.

Envolver a comunidade na obtenção do espaço

É muito importante envolver e articular a comunidade com o programa. Seus representantes devem indicar e participar das decisões sobre a escolha dos locais e colaborar nas negociações para a cessão dos espaços comunitários.

O projeto Cidadão 2000, de Goiânia, inicia seus trabalhos fazendo reuniões com a comunidade onde o núcleo será implantado. Nessas reuniões são levantados os espaços comunitários disponíveis e aqueles que já desenvolvem algum trabalho com crianças e adolescentes e que, com o programa, poderão enriquecer e ampliar suas atividades. Assim, de comum acordo, a comunidade decide o melhor local para a instalação do núcleo, sempre levando em conta critérios de localização, acesso e características físicas. Uma vez escolhido o local, ele é adaptado para atender cinco grupos de crianças e adolescentes divididos por faixa etária. Há núcleos instalados em igrejas, centros espíritas, sedes de sociedades amigos do bairro etc.

Estabelecer convênios para utilizar recursos existentes

O município de Blumenau utiliza a estratégia de isentar da cobrança de algum imposto municipal as instituições que cedem seus espaços em alguns dias da semana para que as crianças e adolescentes do programa de ações complementares da Prefeitura ali desenvolvam atividades culturais, de esporte, lazer, recreação etc. Assim, diversas academias de esportes, institutos de línguas, clubes recreativos, o SESC, o SENAI etc., através de convênios com o município, “emprestam” seus espaços e muitas vezes cedem também, por alguns dias ou horas, seus profissionais para colaborar com o programa.

Estabelecer parceria com a comunidade para adquirir o espaço

É possível estabelecer parcerias entre o órgão público e a comunidade para adquirir ou construir, sob a forma de mutirão, os espaços necessários ao desenvolvimento do

programa. O Projeto Educação Alternativa, desenvolvido com o apoio da Arquidiocese de Belo Horizonte, tem um de seus núcleos instalado num espaço adquirido pela comunidade em parceria com a Igreja. Esses casos precisam considerar os aspectos legais envolvidos, especialmente quanto à propriedade do novo espaço.

Construindo espaço próprio para o programa



Quando não há na região espaço razoável disponível para desenvolver um programa de ações complementares à escola, e o órgão público ou a instituição responsável conta com recursos suficientes para construir um imóvel destinado especificamente a abrigá-lo, é interessante desenvolver um projeto arquitetônico que contemple as características da proposta educacional do programa, prevendo sua expansão de acordo com o estudo-diagnóstico da comunidade previamente realizado.

A SELT – Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo do Estado de Minas Gerais, responsável pelo Programa Curumim, desenvolveu um projeto arquitetônico padrão que atende especificamente à concepção pedagógica do programa. De acordo com as características de cada caso, a SELT pode construir ou fazer as adaptações necessárias: construção de uma quadra, dois ou três módulos para salas de atividades, cozinha ou vestiário etc.; em outras palavras, o Núcleo Curumim pode ser estruturado, integrado ou semi-integrado.

O Curumim estruturado destina-se às grandes áreas (5.000 a 30.000m²), compõe-se de um galpão central, quatro salas para as atividades e vários equipamentos: campo de futebol, quadra poliesportiva ou de vôlei, quadra de areia, play-ground, espelho d'água com duchas, piscina, bancos, jardineiras etc., que podem ser implantados no todo ou em parte, conforme o projeto.

O Curumim semi-integrado destina-se a áreas menores, de 500 a 5000m². Esta opção garante uma área mínima coberta e pelo menos uma sala para atividades.

O Curumim integrado é uma alternativa mais econômica pois, ao invés de ser construído, ocupa uma construção já existente, podendo ocorrer alguma adaptação arquitetônica para o atendimento do programa.

A rua também é espaço para as ações



É possível, ainda, utilizar a rua como espaço de ação social e educativa. Alguns programas, voltados seja para crianças de rua seja para crianças na rua, têm procurado descriminalizar e resgatar a rua como um espaço de sociabilidade e convivência.

Uma possibilidade é utilizar a rua para promover atividades de recreação e lazer nas regiões onde este é o único espaço viável para atender ao mesmo tempo um grande número de participantes.

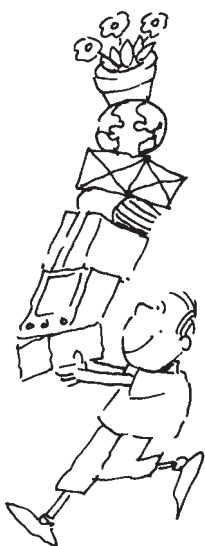
Em Campinas, o PAICA – Programa de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, detectou a ausência de espaço de lazer nos bairros periféricos. Organizaram-se então reuniões com representantes de sociedades amigos de bairro, Secretarias municipais, ONGs, escolas e postos de saúde, discutindo a importância do lazer e do esporte. A rua foi a opção encontrada para propiciar essas atividades à população infanto-juvenil, instituindo-se as ruas de lazer, onde se proporcionam jogos, brincadeiras, música, dança e diversas atividades de expressão artística.

A rua também é o espaço por excelência para desenvolver programas de atendimento às crianças e jovens que nela já se encontram.

A Secretaria do Menor do Estado de São Paulo (1987-1990) criou um programa cujo espaço de funcionamento era a rua. Para desenvolvê-lo, criou-se a figura do educador de rua, para estabelecer vínculos com as crianças e adolescentes que se encontravam em situação de abandono; de acordo com as necessidades específicas de cada um, estes eram encaminhados aos serviços públicos de saúde, abrigo e educação. A Secretaria também oferecia programas opcionais culturais, esportivos e de lazer.

Recursos materiais

Uma das preocupações básicas em relação ao espaço deve ser a de proporcionar um ambiente agradável, rico e estimulante. Os materiais didático-pedagógicos e os recursos audiovisuais devem estar em boas condições e serem atraentes. Isto não significa que, para pôr em

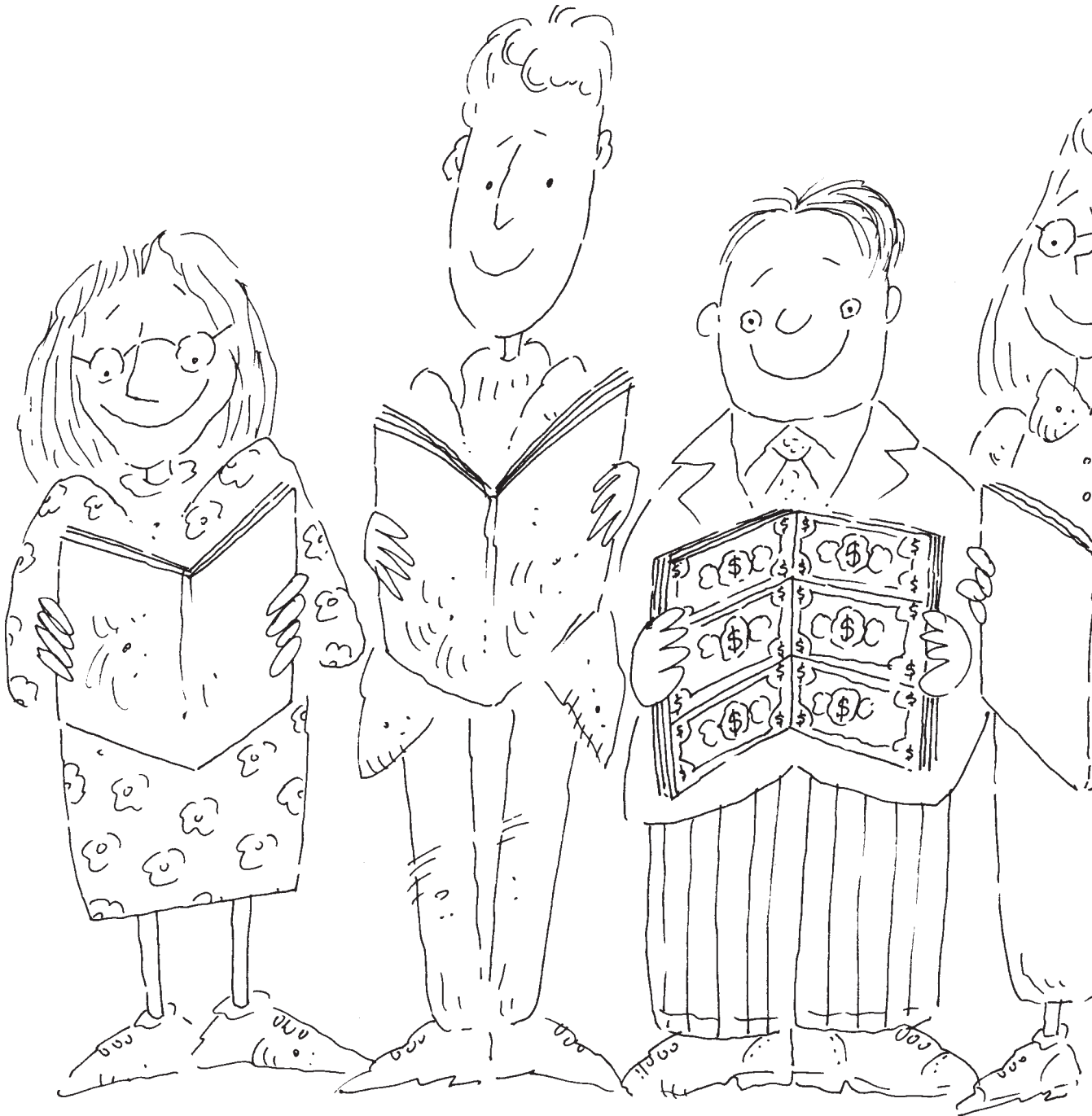


prática um programa, seja preciso ter desde o início uma grande variedade de materiais. O programa pode iniciar-se com os recursos disponíveis e, aos poucos, ir ampliando a quantidade e variedade. Na medida do possível, a organização dos espaços onde se desenvolvem ações complementares deve prever: uma biblioteca, que pode ser iniciada com um pequeno acervo de literatura infanto-juvenil, livros de consulta, enciclopédias, dicionários, revistas, gibis etc., que os participantes possam consultar livremente ou sob a orientação de um profissional; um aparelho de TV e vídeo-cassete para a transmissão de programas de cunho cultural ou para simples recreação; aparelhos de som, mimeógrafo, ventilador ou aquecimento e outros recursos tecnológicos que permitam aos participantes tirar o melhor proveito dos programas.

O Projeto Arte/Educação do CCEPLAR de Teresina começou suas atividades em uma sala de residência particular, onde algumas crianças reunidas ouviam histórias, brincavam e cantavam. Aos poucos, o programa foi se ampliando e essa casa transformou-se em um centro cultural, dotado de um auditório para 200 pessoas, sala de projeção, camarins, salas para oficinas de arte, equipado com biblioteca, brinquedoteca, TV, vídeo-cassete, aparelhos de som etc. O Centro oferece uma programação semanal variada, com freqüência livre aos participantes.

Mais importante que o espaço físico

É importante frisar novamente que a falta de recursos físicos e materiais de modo algum é pretexto para que os dirigentes de programas ou responsáveis por políticas públicas deixem de se empenhar no sentido de promover as ações necessárias para garantir os direitos das crianças e dos adolescentes. O mais importante é ter a vontade política, a coragem e a competência técnica para enfrentar com criatividade e determinação os problemas. Certamente, de acordo com as peculiaridades de cada município e de cada comunidade, diferentes soluções serão encontradas.



7 Garantindo recursos financeiros



Para que os programas de atendimento à criança e ao adolescente não fiquem só nas boas intenções e no papel, é necessário que os responsáveis (poder público ou organizações não-governamentais) atendam aos pré-requisitos legais e garantam os recursos financeiros necessários a seu início e manutenção. Na verdade, é preciso estabelecer uma política de captação de recursos, definindo com quantos e quais a instituição pode contar, onde e como obtê-los.

De um modo geral, seja qual for a fonte de recursos, a instituição precisa cumprir certos procedimentos legais, como o que determina o parágrafo único do artigo 90 do Estatuto:

Parágrafo único: As entidades governamentais e não-governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, na forma definida neste artigo, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual manterá registro das inscrições e de suas alterações, do que fará comunicação ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária.

Procedimentos legais

Para que uma instituição possa funcionar, ela precisa existir legalmente e efetuar seu registro, bem como o de seus programas, junto ao CMDCA. Sendo este o principal responsável pelo atendimento à criança e ao adolescente no município (ver capítulo 1), para que ele possa formular uma política adequada à realidade local, seus integrantes precisam conhecer os trabalhos e programas que vêm sendo desenvolvidos. Por isso é preciso cadastrar tanto as instituições quanto os programas junto a esse órgão.

Por outro lado, para que o atendimento à população



infanto-juvenil no município se traduza em um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, é importante que as instituições elaborem seus programas de acordo com as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo CMDCA, de forma a evitar a pulverização e o desperdício de recursos.

O processo de legalização de uma instituição requer alguns procedimentos burocráticos:

- ▶ elaborar seu próprio estatuto, isto é, o conjunto de normas que irão reger sua atuação; é interessante nesta etapa buscar assessoria de advogados, juízes, outras entidades já regulamentadas, ou junto ao próprio CMDCA; depois de elaborado, o estatuto deverá ser registrado no Cartório de Registro Civil local;
- ▶ registrar em ata os procedimentos da reunião de fundadores ao criar a instituição, geralmente definida como organização sem fins lucrativos; esta ata, por sua vez, também deverá ser registrada no cartório;
- ▶ inscrever-se no Cadastro Geral dos Contribuintes (só é possível obter o CGC depois de registrado o estatuto);
- ▶ providenciar um atestado de idoneidade moral dos dirigentes da instituição; esse atestado pode ser obtido junto à Delegacia Policial local.

O estatuto e a ata de criação, o CGC e o atestado constituem a documentação mínima necessária para legalizar a instituição e cadastrá-la no Conselho. No entanto, a instituição poderá desenvolver um ou mais programas. Para que estes possam entrar em vigor, também devem ser registrados, percorrendo-se novas etapas de inscrição junto ao CMDCA. Com pequenas variações, para autorizar o funcionamento dos programas, em geral os Conselhos estabelecem critérios relativos às condições do espaço onde o programa será desenvolvido e à apresentação de um plano de trabalho.

Quanto ao espaço, o CMDCA requer boas condições de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança. Em alguns casos, solicita uma planta ou croquis do espaço físico a ser utilizado, descrevendo e localizando suas dependências, bem como suas condições de uso.

Um Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente procede à seguinte rotina para efetuar o

registro de uma organização ou programa de atendimento social:

- ▶ faz uma entrevista inicial com os dirigentes da organização;
- ▶ solicita o preenchimento de um formulário específico, com informações sobre localização, caracterização geral da instituição, tipo e regime de atendimento e dados sobre a clientela atendida;
- ▶ solicita a apresentação dos seguintes documentos:
 - Demonstrativo de instalação (planta ou croquis);
 - Plano de trabalho (que deve ser compatível com a área e conforme o ECA);
 - Prova de constituição legal (ata de fundação registrada, estatuto registrado, CGC e prova de idoneidade moral dos dirigentes).
- ▶ a equipe técnica do Conselho visita a instituição, redigindo um parecer.

Finalmente, com parecer favorável e cumpridos esses procedimentos, o Conselho emite o registro da instituição ou do programa.

Não se pode esquecer que é necessário fazer o registro de cada novo programa, bem como informar o CMDCA sobre as alterações que forem ocorrendo nos programas já em funcionamento.

O plano ou projeto de trabalho

A apresentação de um Plano de Trabalho detalhado e preciso é fundamental. Na verdade, uma vez aceito, o Plano não apenas constitui o registro do projeto de atendimento a ser desenvolvido: esse mesmo plano constitui também o projeto a ser encaminhado às agências ou outras instituições para solicitar recursos. Dada sua importância, detalhamos a seguir os itens que devem constar do projeto. Uma minuta para ser preenchida é apresentada como exemplo no Anexo 3; é preciso lembrar, porém, que determinadas agências fornecem elas próprias seus formulários. De toda maneira, um projeto deve apresentar características básicas, como as seguintes:

- ▶ apresentação da instituição: um breve histórico, descrevendo sua principal atividade, finalidades e área

de abrangência (se uma determinada comunidade, um bairro, toda a cidade, uma região etc.); naturalmente, é preciso fornecer também dados como endereço, responsável, registro etc.;

- ▶ apresentação do programa: contendo uma breve justificativa, apoiada no diagnóstico da situação da criança e do adolescente na região (ver capítulo 2), explicando o por quê do programa a ser desenvolvido ou do programa já em desenvolvimento a ser ampliado;
- ▶ objetivos gerais do programa, elaborados de acordo com os princípios estabelecidos pelo Estatuto e apoiados no diagnóstico realizado. Na verdade, a proposta educacional (ver capítulo 4) definida pela equipe já explicita as necessidades básicas de aprendizagem que vão ser atendidas pelo programa, inclusive as aprendizagens da convivência social, os valores e atitudes a serem desenvolvidos;
- ▶ objetivos específicos: metas a serem atingidas ou resultados esperados; deverão traduzir, se possível também em termos quantitativos, os resultados que o programa pretende alcançar, num determinado período de tempo; é fundamental que as metas incluam o acompanhamento da frequência e desempenho escolar dos participantes do programa;
- ▶ clientela a ser atendida: indicar a faixa etária abrangida, bem como os critérios para a inscrição das crianças ou jovens no programa;
- ▶ envolvimento de outros segmentos: mencionar eventuais outras pessoas/grupos que serão envolvidos pelas atividades, especialmente a maneira como se pretende envolver a família e a escola da clientela atendida;
- ▶ descrição das atividades propostas: apresentar brevemente os princípios pedagógicos que embasam as atividades propostas, que devem ser coerentes com os objetivos citados; especificar as áreas a serem desenvolvidas, atividades em cada uma delas, carga horária, turmas, turnos etc.;
- ▶ metodologia de trabalho: aqui devem ser detalhados os caminhos estabelecidos para o desenvolvimento do programa, tais como:
 - quantos núcleos/grupos serão criados inicialmente? Haverá um núcleo/piloto?

- local: breve descrição do espaço a ser ocupado e de sua organização;
 - recursos materiais: quantos e quais serão utilizados;
 - recursos humanos: composição e organização da equipe do programa, inclusive eventuais parcerias/ assessorias/consultorias; indicar estratégias de recrutamento, forma de contratação e política de capacitação;
- ▶ acompanhamento e avaliação permanente: descrever os procedimentos a serem adotados para avaliar se as metas definidas estarão sendo atingidas, inclusive as relativas ao desempenho escolar dos participantes;
 - ▶ orçamento e previsão de custos: a instituição deverá fazer uma estimativa dos custos do programa, distribuídos ao longo de determinado período de tempo, especificando os gastos por item ou elemento de despesa; além disso, devem ser indicadas outras fontes às quais se está solicitando ou que já fornecem recursos ao programa;
 - ▶ cronograma de desembolso físico-financeiro: neste quadro deve ser especificada a periodicidade desejada para a liberação dos recursos, relacionados aos diversos itens listados no orçamento; na verdade, as agências financiadoras em geral têm normas próprias de parcelamento, que eventualmente podem ser negociadas.

Captação de recursos



Toda essa trabalhadeira é necessária para que uma instituição possa obter financiamento para o funcionamento de seu programa. Após cadastrar-se junto ao CMDCA, ela pode se candidatar aos recursos do Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como aos de outras agências ou organizações. Tanto no caso de organismos do poder público quanto das ONGs, a garantia de recursos para manutenção dos programas de atendimento à criança e ao adolescente exige uma política de captação de recursos. Essa política vai definir onde e como obter os recursos financeiros necessários.

As fontes de financiamento, de uma maneira geral, podem ser verbas públicas, verbas de organizações ou agências financiadoras nacionais ou internacionais, doações de pessoas físicas ou jurídicas, e recursos da própria receita da instituição.

Verbas públicas

Os recursos financeiros provenientes do poder público estão geralmente alocados nos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, criados por lei e regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Há Fundos nas três esferas do poder público: federal, estadual e municipal. Funcionam como mecanismos facilitadores de captação e distribuição de recursos para os programas. Como captadores, esses fundos podem receber recursos de um conjunto diversificado de fontes, tanto do poder público como de pessoas e organizações da sociedade civil.

Como distribuidores, de acordo com o Estatuto, os fundos devem destinar seus recursos prioritariamente para:

- ▶ programas de atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou em estado de necessidade;
- ▶ capacitação de recursos humanos desses programas;
- ▶ local para viabilizar a política de atendimento;
- ▶ apoio a processos de mobilização social dos diversos segmentos da sociedade; promoção e defesa dos direitos da infância e adolescência;
- ▶ atividades de diagnóstico da situação local da população infanto-juvenil e de avaliação das ações em desenvolvimento.

Embora os programas sejam geralmente financiados por Fundos Municipais, nada impede que busquem e recebam recursos de Fundos das outras esferas. É o caso de alguns programas desenvolvidos no município de Belo Horizonte, com recursos do Fundo Estadual de Minas Gerais.

É importante lembrar que o Fundo certamente privilegiará os programas que estiverem de acordo com as prioridades da política de atendimento à criança e ao adolescente estabelecida pelo CMDCA (o livro *10 medidas para a Infância Brasileira*, publicado pelo UNICEF, fornece mais informações sobre o funcionamento dos Fundos).

Além dos Fundos, outros órgãos federais, estaduais e municipais atuam na linha de cooperação técnico-financeira, prevendo em seu orçamento verba para

programas de atendimento à infância e à adolescência; estão neste caso, por exemplo, as Secretarias da Criança e da Família (estadual e municipal), o Conselho Nacional de Assistência Social, a Comunidade Solidária (órgão federal que substituiu a antiga LBA) e outros.

Verbas de origem não-governamental

Várias instituições, empresas e agências não-governamentais, em nível nacional e internacional, financiam programas voltados para crianças e adolescentes, assim como embaixadas e consulados de vários países (exemplos de tais agências, com os respectivos endereços, são apresentados no Anexo 4).

Geralmente, para obter recursos dessas agências, é necessário estabelecer um primeiro contato através de carta, descrevendo brevemente a entidade, os objetivos do programa e a clientela atendida. Em geral, quando a agência demonstra interesse, solicita o envio do Projeto ou Plano de Trabalho para apreciação, além de outros documentos que julgue necessários. A apreciação e o julgamento dos projetos levam em muitos casos de seis meses a um ano para serem emitidos.

Dada essa demora e as demais dificuldades advindas do financiamento externo, as instituições estão cada vez mais recorrendo a empresas privadas locais; de fato, um número maior do que se imagina de pequenos e grandes empresários vêm demonstrando solidariedade e interesse em colaborar com programas sociais; além disso, muitos são sensibilizados para a questão pela própria mobilização em torno da política municipal para a criança e o adolescente (ver capítulo 1).

Verbas geradas pela própria instituição

Algumas instituições têm procurado aliar aos recursos externos recebidos, tanto de órgãos governamentais quanto não-governamentais, a verba resultante da venda de bens gerados pelo trabalho de adultos atendidos por alguns de seus programas, tomando entretanto o cuidado de nunca utilizar para isso o trabalho infantil. Uma instituição cujos recursos advêm em grande parte de produtos do trabalho adulto é o Salão de Encontro em Betim (MG).

O funcionamento desta instituição, que pode ser

considerada um centro de desenvolvimento social, é um exemplo de como operar apoiando-se fundamentalmente em recursos próprios — a renda é decorrente da venda do artesanato produzido pelos adultos atendidos em suas oficinas (couro, marcenaria, tear mineiro e chileno, bonecos e flores, tapeçaria, cerâmica e cestaria) —, apenas complementados por outras verbas.

O que define a economia do Salão do Encontro como empreendimento de caráter social é o objetivo básico da instituição, de melhorar a qualidade de vida de uma faixa da população, caracterizada por baixo poder aquisitivo e escassa qualificação profissional ou educacional, residente em áreas carentes de infra-estrutura urbana. A instituição implantou atividades geradoras de renda onde, através do trabalho, a população local tem oportunidade de instrução e participação em programas assistenciais, estes extensivos a seus familiares. Os participantes das oficinas de artesanato são remunerados de acordo com as normas trabalhistas, e o produto resultante é comercializado pela instituição. Suas ações ocorrem, pois, em dois níveis: o primeiro compreende atividades produtivas para os adultos da comunidade, de geração de renda, com funções educacionais e de capacitação profissional; e o outro, atividades educacionais e programas de saúde para crianças e jovens.

Assim, cerca de 70% das despesas são cobertas pela venda dos produtos das oficinas; os 30% restantes provêm de verbas obtidas através de convênios com Fundações do tipo Kellogg's e Vitae, além de doações de pessoas físicas ou jurídicas. Além disso, a instituição também mantém convênios com órgãos públicos. Um convênio com a Prefeitura, em contrapartida à criação de uma pré-escola, proporciona os recursos humanos necessários no que se refere aos professores e alguns monitores. Há um monitor para cada oficina: um pouco mais da metade dos monitores são funcionários regularmente registrados do Salão, e os demais são concursados como servidores ou auxiliares administrativos pela Prefeitura e comissionados junto ao Salão do Encontro.

Contribui, ainda, para o equilíbrio financeiro da instituição uma preocupação constante de controle e reutilização dos recursos materiais. A maior parte dos materiais necessários ao trabalho são adquiridos com o produto da venda dos

objetos produzidos; uma boa parte, porém, consiste no aproveitamento de “sobras” de outras oficinas ou na utilização não-convencional de recursos naturais disponíveis no local. Assim, cadernos são montados a partir de folhas usadas de computador, enfiadas por uma ripa de madeira vinda da carpintaria; os pincéis da oficina de pintura são fabricados pelos alunos utilizando crina de vaca e bambu; e até mesmo as cinzas do forno da tinturaria servem de adubo para a horta.

De forma geral, é importante que as instituições estabeleçam uma política de captação, diversificando as fontes dos recursos para a manutenção de seus programas.

Prestação de contas



Obtidos os recursos, é importante adotar procedimentos que favoreçam sua otimização e a eficiência de sua utilização, para que o programa atinja suas metas. Através desses procedimentos, podem-se evitar desperdícios e perdas indevidas, reduzindo os custos ao mínimo. Os instrumentos utilizados nesses procedimentos servem de ferramentas na hora da prestação de contas dos recursos obtidos, tanto para a equipe interna como para as agências financiadoras.

Essas ferramentas ou procedimentos de controle devem atender às peculiaridades de cada organização, levando em conta sua dimensão e a complexidade das ações ou programas desenvolvidos.

O quadro a seguir exemplifica um instrumento de caixa mensal utilizado por uma instituição para controle interno.

AGÊNCIA FINANCIADORA	Mês/Ano			
	Saldo Ant.	Entrada	Saída	Saldo final
Fonte A	x.xxx,00	xxx,00	xxx,00	x.xxx,00
Fonte B	x.xxx,00		xxx,00	xxx,00
Fonte C	xx.xxx,00		xxx,00	xx.xxx,00
TOTAL	xx.xxx,00	xxx,00	x.xxx,00	xx.xxx,00

Esse quadro síntese de entrada e saída lembra, por exemplo, que nem todas as fontes financiadoras fornecem recursos mensalmente, embora as despesas sejam constantes... Mais uma razão para manter o controle detalhado dos gastos por

ítems e por fonte financiadora, como os do quadro abaixo:

CONTROLE DE DESPESAS dos recursos providos da Fonte A		
A - DESPESAS GERAIS		
Conta de água	
Conta de luz	
Manutenção do prédio e de equipamentos	
Pequenas despesas (correio, condução etc.)	
Supermercado	
Material de escritório	
Material educacional e/ou de capacitação	
TOTAL A	
B - GASTOS COM PESSOAL		
Administrativo	
Técnico	
Benefícios	
Encargos Sociais	
Autônomos	
Serviços do contador	
TOTAL B	
TOTAL GERAL (levar para coluna "saída" do caixa mensal)	

Em muitos casos, é preciso manter os registros de despesa separados segundo a fonte financiadora: a maioria delas exige que se abra e movimente uma conta bancária exclusiva para os recursos que fornece. No caso de a organização receber verbas de mais de uma fonte, deverá manter contas bancárias diferentes para cada verba. Além disso, o tipo de despesa que pode ser efetuada varia conforme os critérios das agências financiadoras. Na maioria dos casos, elas requerem não só o controle rigoroso dos gastos, como só admitem reembolsar custos materiais ou de pessoal que sejam diretamente ligados ao programa financiado: por exemplo, no caso de um programa de atividades esportivas, dentre as despesas com “manutenção física do prédio” só poderiam ser custeadas aquelas relativas à manutenção da quadra de esportes; os demais gastos com a manutenção da sede são considerados contrapartida da instituição que mantém o programa.

De uma forma geral, o financiamento é formalizado através de um contrato firmado entre a agência financiadora e a instituição que desenvolve programas sociais. Nesse contrato são especificadas as responsabilidades de cada parte, o valor total da verba, bem como o cronograma de liberação. A periodicidade na liberação das verbas pode variar conforme a agência financiadora (trimestral, semestral)

mas, de qualquer forma, a liberação de cada nova parcela dos recursos depende da prestação de contas da etapa anterior.

Normalmente, na prestação de contas, a agência financiadora solicita extrato bancário, bem como notas fiscais, recibos ou outras comprovações de cada uma das despesas efetuadas. O modelo apresentado a seguir é o de um formulário utilizado por uma agência financiadora para o controle da utilização da verba doada.

DESCRIÇÃO DE DESPESAS			
Este documento certifica que a quantia de R\$ _____, transferida pelo _____ no dia _____ para o Banco _____, na cidade de _____, foi utilizada para _____.			
A prestação de contas da quantia acima é composta de uma Lista de Despesas acompanhada de todos os recibos e/ou notas fiscais originais comprovando os gastos discriminados na referida lista; estes, assim como o resumo pormenorizado das despesas e relatórios internos, encontram-se anexos a este documento.			
<input type="checkbox"/> A despesa total foi de R\$ _____, portanto os fundos transferidos pelo _____ foram plenamente utilizados.			
<input type="checkbox"/> A despesa total foi de R\$ _____, portanto existe uma diferença de R\$ _____.		Esta diferença: <input type="checkbox"/> Está sendo devolvida a _____, através do cheque nº _____ do Banco _____, anexo a este documento. <input type="checkbox"/> Será utilizada para dar continuidade a este mesmo projeto.	
Encontram-se também anexos todos os extratos bancários do período, para que seja feita a devida reconciliação bancária.			
Assinatura:			
Data:			
A Lista de Despesas inclui os seguintes itens:			
No. FATURA	DESCRIÇÃO DA DESPESA/COMPRA EFETUADA	DATA DO RECIBO	VALOR R\$

Entretanto, não é só dos recursos que a instituição deve prestar contas. Mesmo que a agência financiadora não o solicite, é fundamental, tanto para si mesma e para sua equipe como para a comunidade onde atua, proceder regularmente à avaliação de sua própria atuação e dos resultados do programa, como veremos a seguir.



8

Avaliando ações e programas



A realização de programas e ações com crianças e jovens, qualquer que seja seu nível de abrangência, constitui uma intervenção deliberada numa determinada realidade social. — Como detectar o impacto dessa intervenção?

É fundamental, para a equipe envolvida em qualquer programa, preocupar-se continuamente com estas questões: – Como saber se estamos atingindo os resultados a que nos propusemos? – Como os participantes, seus pais e a escola percebem nosso trabalho? – Onde estamos errando ou acertando?

Para poder responder a essas questões, é necessário prever um acompanhamento contínuo durante a realização das ações, bem como a avaliação de seus resultados e impacto após um certo período de tempo. Esse acompanhamento deverá apontar até que ponto estamos atingindo os objetivos a que nos propusemos inicialmente, quais os pontos fortes e fracos do programa, o que precisa ser alterado, tendo em vista seu aperfeiçoamento. Através da contínua coleta de dados sobre o próprio trabalho, estaremos obtendo, também, informações e indicadores para a melhor compreensão crítica da realidade onde estamos intervindo.

Trata-se, portanto, de um esforço de conhecer para agir de forma mais eficaz.

Tanto por motivos de natureza teórica (eficiência e eficácia do processo) como por razões de natureza política (democratização das relações), é importante conduzir essa avaliação da forma mais participativa possível, envolvendo pais, escola, grupos da comunidade e as próprias crianças e adolescentes. Suas diferentes visões, principalmente daqueles que não estão executando diretamente o programa, podem apontar ângulos não vislumbrados pelos

executores (incluindo premissas que questionam a organização), prevenindo uma visão corporativista e conferindo maior credibilidade aos resultados apresentados.

Conduzida dessa forma, a avaliação assume o caráter de retroalimentação constante para a tomada de decisões, corrigindo rumos e aperfeiçoando as ações, iluminando possibilidades e limites do programa.

A avaliação como acompanhamento do processo



Durante o desenvolvimento do programa, a avaliação toma o caráter de acompanhamento e controle das ações em curso. Ao longo do caminho, questões de gerenciamento e organização, bem como de execução das atividades educacionais com as crianças e jovens, podem se mostrar inadequadas, exigindo redefinição. Pequenos detalhes, dúvidas, modificações percebidas como necessárias vão permitindo ajustes, reorientações e replanejamento. Muitas vezes, porém, as avaliações concentram-se nas dificuldades e críticas, esquecendo-se dos acertos. A percepção e registro dos êxitos, dos impactos positivos, dos bons resultados, mesmo se de pequena monta, são importantes para realimentar o entusiasmo e compromisso da equipe.

A avaliação de percurso deve ser feita coletivamente, pela equipe reunida. Nos encontros, feitos com uma periodicidade adequada à realidade de cada programa (frequência diária, semanal, quinzenal, mensal etc.), os integrantes da equipe que executa o programa, de preferência junto com representantes de outros grupos envolvidos, mesmo se indiretamente (participantes, pais, escola, comunidade), podem se perguntar, por exemplo:

- Como está a frequência das crianças? Que providências estão sendo tomadas em relação às que freqüentam irregularmente? e quais podem ser tomadas em relação às que abandonaram o programa?
- Como está a organização dos grupos, o tamanho das “turmas”, a proporção de crianças ou jovens por educador? Está sendo possível dar a devida atenção a cada um e a todos os educandos?
- Como está o envolvimento e interesse das crianças e jovens nas atividades? Elas / eles se expressam em

relação ao que fazem? Manifestam satisfação ou críticas? Estão tendo oportunidade para isso?

- Como está a distribuição das atividades no tempo? A forma como estão sendo trabalhadas as atividades é adequada aos princípios da proposta educacional? Quais as dificuldades e quais os acertos dos educadores na condução dos trabalhos? E das outras pessoas que têm contacto com as crianças ou jovens?
- O espaço está adequado e os recursos materiais suficientes?
- Como os pais estão vendo o programa? Relatam mudanças de atitude ou comportamento das crianças em casa?
- Como estão as crianças na escola? O que dizem seus professores de seu desempenho?

Essas perguntas são apenas sugestões. As questões da avaliação coletiva irão variar de acordo com as áreas educacionais que o programa abrange, bem como os objetivos a que se propõe. Para ser capaz de respondê-las, porém, a equipe precisa de uma boa dose de observação direta das crianças e jovens, proporcionando se possível a oportunidade de auto-avaliação dos próprios participantes. As reuniões também podem ser estabelecidas com diferentes composições (reuniões de educadores sociais e técnicos, de educadores e pais, de educadores com professores da escola etc.).

No programa Cidadão 2000, em Goiânia, a avaliação dos trabalhos desenvolvidos com as crianças nos NUECs – Núcleos de Educação Comunitária é realizada de forma contínua durante o desenvolvimento do programa, com a participação de diversos segmentos envolvidos: educadores, técnicos, pais, comunidade, escola e as próprias crianças.

Em cada núcleo são realizadas reuniões semanais internas, envolvendo todos os educadores, a coordenação local e um elemento da equipe técnica, discutindo-se assuntos ligados ao funcionamento geral do núcleo e relativos ao trabalho educacional propriamente dito. Através dessa sistemática, a equipe acompanha a realização das ações, identifica resultados positivos, dificuldades, necessidades e redireciona os rumos do projeto, quando necessário.

Esses dados são partilhados sistematicamente com os pais, que opinam, sugerem e também avaliam os resultados do trabalho: “Percebemos que as crianças têm aprendido mais rápido na escola e têm tido mais vontade de ir às aulas”; “Já não se vê mais tantas crianças brigando ou brincando pelas ruas do bairro”. Avaliam também que a frequência ao núcleo ajuda no desenvolvimento da responsabilidade, desinibe as crianças e ajuda-as a melhorar o tratamento com os colegas.

Apesar de não haver ainda se estabelecido uma interação sistemática dos núcleos com as escolas que as crianças freqüentam, os professores e diretores têm uma percepção dos reflexos do trabalho do núcleo nas crianças: observaram que, com o enriquecimento das experiências lá vividas, os “assuntos” ou conteúdos das relações melhoraram; os materiais na escola ficam mais organizados e o relacionamento com os professores ficou menos agressivo. No entanto, sentem que falta integrar o conteúdo pedagógico e discutir posturas; gostariam de influir mais na escolha das crianças que freqüentam os núcleos, pois constatam que às vezes aquelas que mais precisam acabam não o freqüentando.

As próprias crianças também avaliam seu crescimento nos núcleos: “Aqui eu aprendi o que não sabia, a mexer nos canteiros...”; “Na escola eu não entendia nada, aqui o professor tem mais paciência”... “Hoje acordei às 7:30 da manhã e fui fazer minha tarefa de casa e eu não dei conta, eu levei para o núcleo e eles me ensinaram, por isso esse núcleo é muito bom, para todas as crianças que não dão conta de ler eles ensinam...”.

A avaliação como interpretação de resultados

Ao término das ações organizadas por um certo período de tempo (um semestre, um ano), é importante realizar uma avaliação mais ampla e abrangente do programa, para verificar o alcance dos objetivos propostos e identificar os pontos fracos e fortes, tendo em vista seu aperfeiçoamento e continuidade. Nesse momento as várias “faces” do programa devem ser analisadas, os dados colhidos no acompanhamento das ações sistematizados e as diferentes pessoas ou grupos envolvidos devem ser informados da síntese feita.



Pode-se “olhar” para a proposta educacional e perguntar:

- O que pretendíamos trabalhar com as crianças (autonomia, confiança pessoal, melhoria no desempenho escolar, iniciativa, sociabilidade, respeito às regras, criatividade, expressão artística, cuidados corporais...)? O que conseguimos?
- Que pistas ou indicadores temos para saber se as modificações de comportamento pretendidas estão realmente ocorrendo? Em que medida ou extensão?
- Em que medida a participação das crianças e jovens em nosso programa está se refletindo em seu desempenho na escola?

Essas pistas ou indicadores podem ser obtidos observando as crianças diretamente nas atividades, ouvindo seus depoimentos, ouvindo os pais ou as pessoas que convivem com ela em casa, ouvindo as professoras da escola que freqüenta, ouvindo os colegas do grupo...

Nessa mesma perspectiva, e dependendo da realidade de cada programa, os outros aspectos que também contribuam para seu sucesso devem ser igualmente analisados: a administração e seu gerenciamento, o funcionamento das parcerias, o treinamento dos educadores, o envolvimento dos pais e da comunidade local, interação com a escola, espaço e materiais utilizados etc.

É muito importante também que neste momento se faça uma reflexão sobre as fontes e a forma através da qual os recursos financeiros foram obtidos e administrados (buscamos o menor custo possível para o máximo de benefícios?).

O processo de avaliação do programa Curumim (MG) é feito de duas maneiras: sistemática e assistematicamente. Ambas têm como princípio a melhoria da qualidade de atendimento do programa.

A avaliação assistemática ocorre diariamente, quando os educadores se reúnem para avaliar o desenvolvimento do trabalho com as crianças e adolescentes após o término das atividades. Há a participação de todos: coordenador, monitores, cozinheira, vigia, uma vez que todos são considerados educadores. Nesses momentos, os educadores têm oportunidade de trocar experiências,

conhecimento e críticas construtivas, abrindo-se um espaço para a cooperação e a reflexão, para a busca de soluções conjuntas dos problemas do dia-a-dia. Com isso, as pessoas reforçam sua autoconfiança, agindo com maior segurança: uma vez que tomam decisões coletivas, fortalece-se cada um e a equipe como um todo.

A avaliação sistemática, realizada periodicamente, é feita mediante outros procedimentos, como questionários, formulários ou entrevistas, ampliando-se a participação para incluir os grupos direta ou indiretamente envolvidos no programa. Através dos dados coletados e analisados, percebem-se as necessidades, interesses, sugestões e críticas das famílias, dos educadores e das próprias crianças e adolescentes.

Essa análise leva ao estabelecimento de prioridades e à exclusão do que é inviável, iluminando assim os limites e as possibilidades do programa. É realizado também um julgamento e interpretação dos resultados que vêm sendo obtidos com as crianças. Para isso, são levantadas as pistas ou indicadores que mostram como ou quanto os objetivos iniciais estão sendo atingidos e como cada grupo está visualizando esses resultados. Todo esse processo de avaliação funciona como uma retroalimentação constante para a tomada de decisões, eventualmente alterando e aperfeiçoando as ações.

Lembramos que, independente da realidade específica de cada programa, ou do momento ou caráter que a avaliação assuma, esta somente se concretiza como instrumento útil para o planejamento e a administração quando existe uma noção bastante clara a respeito dos objetivos e metas perseguidos pelo programa, que em última instância estabelecem os critérios para o processo avaliativo. Ou seja, os resultados devem ser avaliados tendo como parâmetro os objetivos e metas propostos inicialmente.

É importante também que ela seja conduzida de forma o mais participativa possível e que não fique confinada unicamente aos resultados finais do programa, mas se mantenha como acompanhamento do processo. Finalmente, é importante lembrar que a função principal da avaliação é servir de retroalimentação para a tomada de decisões, corrigindo rumos e aperfeiçoando as ações.

Referências bibliográficas

- BRASIL criança urgente: a lei 8069/90; o que é preciso saber sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. 2.ed. Rio de Janeiro: IBPS; Columbus, 1994. (Coleção Pedagogia Social, 3).
- COSTA, Antonio Carlos Gomes da. *A criança e o adolescente na lei orgânica municipal: o que nós, como comunidade, podemos fazer para assegurar a inclusão dos direitos da infância e da juventude na lei básica do município?* Brasília: Fórum- DCA, 1989.
- _____. *Aventura pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa.* São Paulo: Columbus Cultural, 1990.
- _____. *Educação pelo trabalho: ferramental teórico e organização das atividades práticas.* Belo Horizonte: FEBEM/MG, 1984.
- _____. *É possível mudar: a criança, o adolescente e a família na política social do município.* São Paulo: Malheiros, 1993. (Série Direitos da Criança, 1).
- COSTA, Antonio Carlos G., SEDA, Edson Moraes, COELHO, João Gilberto L. *A criança, o adolescente, o município: entendendo e implementando a Lei nº 8069/90* Brasília: Fórum- DCA, 1990.
- COSTA, Antonio Carlos G. *et alii.* *Lugar de criança é na escola... aprendendo.* Rio de Janeiro: CECIP; Brasília: UNICEF; MEC, s.d.
- ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ONGs. Educação para todos: e as ONGs? contribuições e desafios de Jomtien. *Contexto & Educação*, Ijuí, v.7, n.26, p.21-47, abr/jun.1992.
- ENSAIO n.1. [n. temático Avaliação e políticas públicas em educação]. Rio de Janeiro, v.1, n.1, out/dez. 1993.
- ESTATUTO da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069 de 13.07.1990: Constituição e legislação relacionada. São Paulo: Cortez, 1991.
- FRAGOSO F^o, Carlos, JESUS, Debora M. de, SOUZA, Silvia Regina E. *Educação alternativa: da utopia à realidade.* Belo Horizonte: FUMARC, 1993.
- KALOUSTIAN, Sílvio M. (org.) *Família brasileira: a base de tudo.* São Paulo: Cortez; Brasília: UNICEF, 1994.
- MENDEZ, Emilio Garcia, COSTA, Antônio Carlos G. *Das necessidades aos direitos.* São Paulo: Malheiros, 1994. (Série Direitos da Criança, 4).
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Esportes, Lazer e Turismo. *Projeto Olê-Olá: curso de capacitação de agentes comunitários de esporte e lazer.* Belo Horizonte: SELT/MG; Brasília: UNICEF, 1994.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Menor. *3 anos de experiência.* São Paulo, 1989.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Menor. *Creche / Pré-escola.* São Paulo, 1992.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Menor. *A turma faz arte / Enturmando.* São Paulo, 1992.
- SIMPÓSIO ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO. *Educação para todos, todos pela educação.* Brasília: MEC; UNICEF; UNESCO, 1994.
- TOFFLER, Alvin. *Aprendendo para o futuro.* São Paulo: Artenova, 1977.
- TORO, José Bernardo. *La construcción de nación y la formación de educadores en servicio.* Bogotá, 1994. mimeo.
- UNICEF, OFICINA DE IDÉIAS. *10 medidas básicas para a infância brasileira.* São Paulo: ABRINQ ; CBMM ; UNICEF, 1994.



Anexo 1 Estatuto da Criança e do Adolescente

seleção de artigos do Livro I, Títulos I e II

Das disposições preliminares

Artigo 3º

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.



Artigo 4º

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.



Artigo 7º

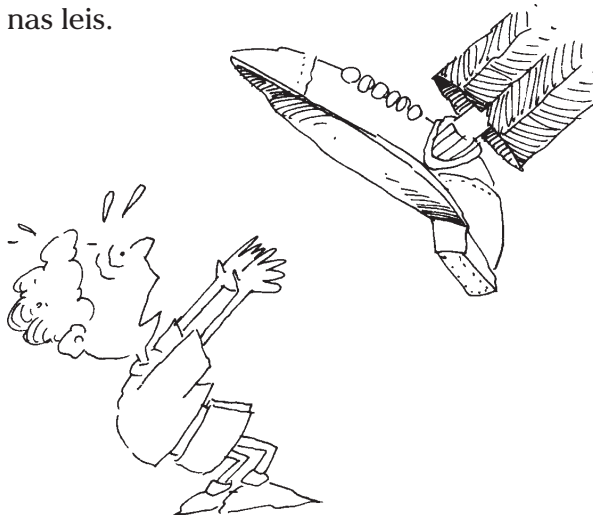
A criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.



Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

Artigo 15º

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.



Artigo 16º

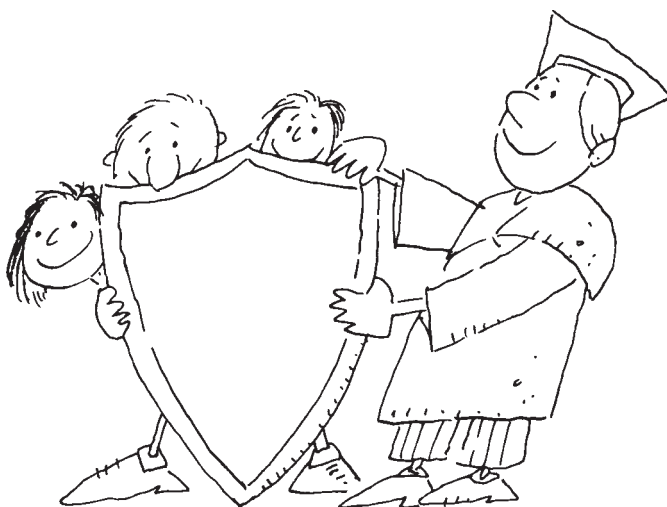
O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II – opinião e expressão;
- III – crença e culto religioso;
- IV – brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI – participar da vida política, na forma da lei;
- VII – buscar refúgio, auxílio e orientação.



Artigo 17º

O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.



Artigo 18º

É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.



Artigo 57º

O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.



A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – direito de ser respeitado por seus educadores;
- III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V – acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único – É direito dos pais ou responsável ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.



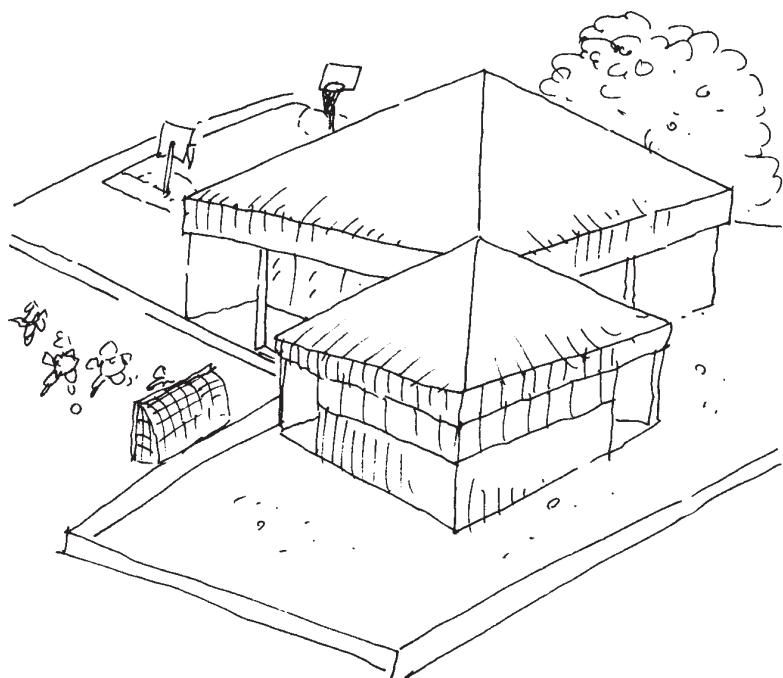
Artigo 58º

No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.



Artigo 59º

Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

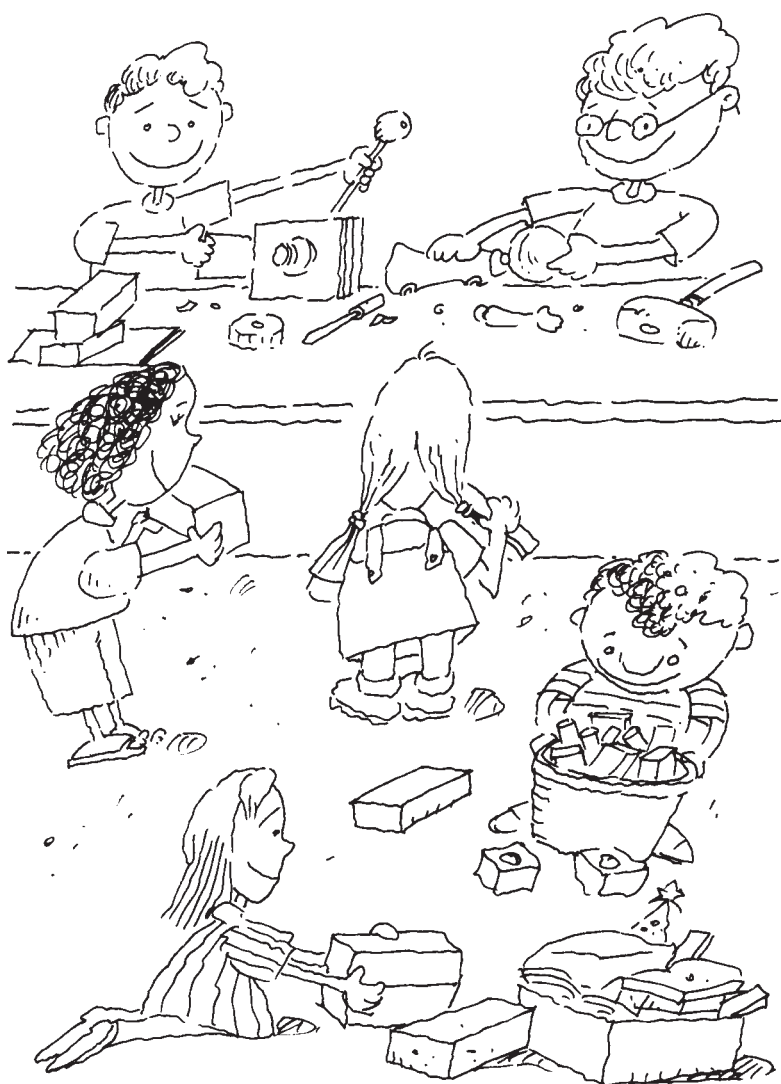


Artigo 68º

O programa social, que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não-governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

Parágrafo 1º – Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

Parágrafo 2º – A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.





Anexo 2 Programas e ações complementares à escola

visitados/registrados em 1994/1995



ALDEIA SOS DE POÁ
SOS – Kinderdorf Internacional
Aldeia SOS de Poá
Av. Nossa Senhora de Lourdes, 85
CEP 08850-000 Poá SP
Telefone (11) 4636-6341

ARTE VIVA
Companhia Teatral Arte Viva
Centro de Produção Cultural Mestre Antônio da Ladeira
Rua Lorival Praxede Ferreira, 43 – Bairro Paraíso
CEP 59200-000 Santa Cruz RN
Telefone (84) 291-3735

PROJETO BEIRA DA LINHA
Instituto Pia Sociedade do Pe. Nicola Mazza
(missionários católicos italianos)
Rua Padre João Félix, 10 Alto de Mateus
CEP 58090-565 João Pessoa PB
Telefone (83) 233-2643 Fax (83) 212-8666
E-mail donmazza@zaz.com.br

BLUMENAU: PROGRAMAS DA SECRETARIA MUNICIPAL
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente
Rua Itapiranga, 368 Bairro Barra Velha
CEP 89036-230 Blumenau SC
Telefone (47) 326-6869 / 326-6865

CASA DO MENOR
Casa do Menor
Rua Padre Chico, 308
CEP 04747-090 São Paulo SP
Telefone (11) 5686-3288

CCEPLAR- CENTRO CULTURAL DE EDUCAÇÃO
PERMANENTE LINEU ARAÚJO

CCEPLAR – Centro Cultural de Educação Permanente Lineu
Araújo
Rua Raimundo da Paz, 142 – 150 – Bairro dos Noivos
CEP 64046-100 Teresina PI
Telefone (86) 232-1038

CENTRO DA JUVENTUDE
UNIBES – União Brasileiro-Israelita do Bem-Estar
Social
Rua Rodolfo de Miranda, 287 Bom Retiro
CEP 01121-010 São Paulo SP
Telefone (11) 3311-7300 Fax: (11) 3311-7300 Ramal 233
E-mail infancia_unibes@ig.com.br

CENTRO DE MENORES BETÂNIA
Associação Comunidade Betânia
Rua Cipriano de Carvalho, 574 Bairro Betânia
CEP 30570-000 Belo Horizonte MG
Telefone (31) 3374-2233

CIDADÃO 2000 NÚCLEOS DE AÇÃO COMUNITÁRIA
(NUECS)
Sociedade Cidadão 2000 pelos Direitos da Criança e do
Adolescente: o programa nasceu vinculado à Secretaria
Municipal de Ação Social, formando-se posteriormente a
sociedade civil sem fins lucrativos para geri-lo.
Sociedade Cidadão 2000
Rua 25 A, esquina República Líbano s/nº
Setor Aeroporto
CEP 74070-150 Goiânia GO
Telefone (62) 524-2627 Fax (62) 524-2630

PROGRAMA CIDADE-MÃE
Prefeitura Municipal de Salvador
Praça Salvador s/nº
CEP 40020-010 Salvador BA
Telefone (71) 324-6000 / 324-6221

CÍRCULOS DE CULTURA E OFICINAS DE RECICLAGEM
DE PAPEL
Fundação Irmã Porto
Av. Coronel Alexanzito, 640
CEP 62800-000 Aracati CE
Telefone (88) 421-2409

CLUBE RECREATIVO UNIÃO E LAZER
Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos
Bento Rubião

Av. Beira Mar, 216 - sala 701 Bairro Castelo
CEP 20021-060 Rio de Janeiro RJ
Telefone (21) 2262-3406 / 2262-3003 Fax (21) 2533-0837
E-mail cddbhr@bentorubiao.org.br

PROGRAMA CURUMIM
Secretaria do Estado do Trabalho, da Assistência Social, da
Criança e Adolescente
Rua Martim de Carvalho, 94 Bairro Santo Agostinho
CEP 30190-090 Belo Horizonte MG
Telefone (31) 3292-2000 Ramal 2091

DARUÊ MALUNGO
Centro de Educação e Cultura Daruê Malungo
Rua Passarela, s/nº Campina do Barreto
CEP 50110-500 Recife PE
Telefone (81) 3444-3455 Fax (81) 3434-1222

PROJETO EDUCAÇÃO ALTERNATIVA
Mitra Arquidiocesana de Belo Horizonte / Pastoral do Menor
Av. Brasil, 2079 – b
CEP 30140-002 Belo Horizonte MG
Telefone (31) 3261-3400 Fax (31) 3261-1422 Ramal 2235

PROJETO ESCOLA – COMUNIDADE
Secretaria de Educação do Município de Crateús
Rua Coronel Totó, 544 Bairro São Vicente
CEP 63700-000 Crateús CE
Telefone (88) 692-3309

ESCOLA OFICINA: EDUCAÇÃO PELO TRABALHO
ASSOMA – Associação Meninos de Curitiba
Av. Senador Salgado Filho, 1050 Bairro Guabiratiba
Cep 81510-000 Curitiba PR
Telefone (41) 296-1489 Fax (41) 296-7886
E-mail assoma@bol.com.br

GRUPO TEATRAL OS GAVIÕES DA RUA
Grupo Teatral Gaviões da Rua
A/c Da Paz Coringa
Av. Pedro Abílio, 437
CEP 59865-000 Umarizal RN

PROGRAMA ILHA DE BÚZIOS
ONG Projeto Anima
Rua Briaxis, 07
CEP 04544-080 São Paulo SP
Telefones (11) 3845-8054 / (12) 9766-0465
E-mail projetoanima@bol.com.br

MENINAS DE SANTOS
Secretaria de Ação Comunitária do Município de Santos
Rua Augusto Severo, 07 - 14º andar
CEP 11010-050 Santos SP
Telefone (13) 3219-6769
E-mail seac.7@santos.sp.gov.br

PROGRAMA DE ORIENTAÇÃO SEXUAL
Secretaria de Educação do Município de Campinas
Avenida Anchieta, 200 - 9º andar
CEP 13015-904 Campinas SP
Telefone (19) 3743-4200

PELOTÃO ESPERANÇA
40º Batalhão de Infantaria do Exército Brasileiro
Rodovia BR 226 - km 03
CEP 63700-000 Crateús CE
Telefone (88) 691-2590

PROGRAMA PROVIDÊNCIA
Pastoral do Menor da Arquidiocese de Belo Horizonte
Rua Espírito Santo, 1059
CEP 30160-922 Belo Horizonte MG
Telefone (31) 3273-3014 Fax (31) 3273-8502

PROGRAMA DE REAPROVEITAMENTO DO LIXO DOMÉSTICO
S.O.S. AMAZÔNIA
Rua Pará, 51 Bairro Cadeia Velha - Caixa Postal 1271
CEP 69900-440 Rio Branco AC
Telefone/Fax (68) 223-1036

SALÃO DO ENCONTRO
Serviço Assistencial Salão do Encontro
Rua João da Silva Santos, 34
CEP 32630-730 Betim MG
Telefone (31) 3532-5100 Fax (31) 3532-4911
E-mail salaodoencontro@terra.com.br

PROGRAMA SONDAÇÃO DE APTIDÕES
Ação Comunitária do Brasil
Rua Cabaxi, 374 Campo Limpo
CEP 05792-000 São Paulo SP
Telefone (11) 5843-2900 Fax (11) 5841-0368
E-mail info@crianca-as.org.br

A TURMA FAZ ARTE / ENTURMANDO
Secretaria do Menor do Estado de São Paulo,
atualmente extinta

Programas e ações complementares à escola

ganhadores de prêmio / menção honrosa nas quatro edições do Prêmio Itaú-Unicef - 1995, 1997, 1999 e 2001

1995

VENCEDORES

CPCD – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (MG)

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola (SP)

MOC – Movimento de Organização Comunitária (BA)

MENÇÕES HONROSAS

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Lavras (MG)

ASA – Ação Social Arquidiocesana (PI)

Associação APJ – Aprender Produzir Juntos (MG)

Associação Beneficente São Martinho (RJ)

Associação Comunitária Monte Azul (SP)

CAATINGA – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhos e Instituições Não- Governamentais Alternativas (PE)

Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e ao Adolescente (BA)

CTA – Centro de Trabalhadores da Amazônia (AC)

Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (RS)

Núcleo de Trabalhos Comunitários da PUC – Pontifícia

Universidade Católica (SP)

1997

VENCEDORES

Lar São Domingos (AL)

FUNDARTE – Fundação Municipal de Artes de Montenegro (RS)

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CE)

5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental (SP)

CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia (AC)

MENÇÕES HONROSAS

AMAT – Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins (PA)

Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê (BA)

Associação Projeto Roda Viva (RJ)

APROESP – Associação de Professores e Servidores Públicos do Estado de São Paulo (SP)

Coletivo Refazendo (PE)

CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes (BA)

Fundação Athos Bulcão (DF)

Fundação Museu do Homem Americano – FUMDHAM (PI)
Fundação TERRA – Fundação do Trabalho Educacional com
Recursos Renováveis e Arte (CE)
Missão Ramacrisna (MG)

1999

VENCEDORES

Conselho de Monitoramento do Trabalho Infantil no Garimpo
Bom Futuro (RO)
Comunicação e Cultura (CE)
CECIP – Centro de Criação e Imagem Popular (RJ)
Instituto Socioambiental (SP)

MENÇÕES HONROSAS

Associação Educativa Livro em Roda (PB)
Associação Meninos do Morumbi (SP)
APMI – Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (PR)
Avante, Qualidade, Educação e Vida – ONG (BA)
Centro Brasileiro da Criança e Adolescente – Casa de Passagem (PE)
Centro de Cultura Luiz Freire (PE)
Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa (CE)
Fórum Mineiro de Saúde Mental (MG)
Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (RJ)
PROAME – Programa de Apoio a Meninos e Meninas (RS)

2001

VENCEDORES

FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e
Educativa (RJ)
Centro das Mulheres do Cabo (PE)
CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes (BA)
Diocese de Santarém (PA)

DESTAQUE ESPECIAL DO JÚRI

ABMP – Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de
Justiça da Infância e da Juventude (RS)

MENÇÕES HONROSAS

Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Professor
Avelino Marcante (SC)
Associação Educativa Livro em Roda (PB)
Associação Menino Jesus de Praga (CE)
Associação Projeto Roda Viva (RJ)
AMEPPE – Associação Movimento de Educação Popular Integral
Paulo Englert (MG)
APADV – Associação de Pais e Amigos dos Portadores de
Deficiências Visuais e Associadas (MG)
Comissão Pró-Índio do Acre (AC)
Grupo Primavera (SP)
Instituto Avisa Lá – Formação Continuada de Educadores (SP)
ISMEP – Instituto Social das Medianeiras da Paz (PE)

CPCD – Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento

1º lugar

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 95
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Ser Criança

O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD), iniciou sua atuação em 1984, formando educadores populares e organizando centros de atendimento infanto-juvenil em espaços ociosos, conjuntamente com a administração e comunidade local.

O programa “Ser Criança”, que em 1995 atendia a 480 crianças e adolescentes de 7 a 14 anos nos municípios mineiros de Curvelo e São Francisco, foi o vencedor do *PRÊMIO ITAÚ-UNICEF 95 – EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO*, concorrendo com 406 programas apresentados por organizações não-governamentais de todo o país.

O Centro é freqüentado pelas crianças e jovens nos horários alternados à escola pública, e mantém relatórios do desenvolvimento e freqüência escolar de suas crianças, em estreito contato com as escolas. Além de cuidar da alimentação, saúde e acompanhamento escolar (disponibiliza espaço, tempo e monitoria para os deveres escolares), o CPCD também oferece atividades de expressão artística, teatro, coral, leitura de livros, recreação, esporte, confecção de brinquedos e jogos didáticos, bem como o cultivo de horta e uma oficina de reciclagem de papel.

Sua atuação é estreitamente vinculada aos princípios que o norteiam: a crença no diálogo e na troca, respeitando e valorizando a criança e sua cultura. Diariamente, os vários grupos reúnem-se em rodas com os educadores para conversar, trocar notícias, comentar fatos e, principalmente, planejar o que vão fazer. Tarefas e prioridades definem-se coletivamente, incentivando-se cada um a se dedicar mais àquilo em que tem maior interesse.

Ao longo da semana as crianças participam de todas as modalidades oferecidas, em sistema de rodízio. No fim do dia a roda se forma de novo para a avaliação do que foi feito, dos resultados, da própria participação, dos insucessos... E procedem à “memória” ou sistematização dos acontecimentos do dia — oralmente, por escrito, desenhando ou encenando — num processo de elaboração coletiva da história do grupo e de fortalecimento de cada um.

Essa atitude e prática educativa foi contagiando as escolas públicas por um caminho singular: as crianças começaram a levar para a escola uma mochila contendo brinquedos e jogos didáticos feitos no CPCD; sendo por isto, e pelo bom desempenho escolar, valorizadas pelos colegas e professoras. Assim foi se estabelecendo uma efetiva parceria entre o Centro e as escolas. Além do atendimento a crianças e jovens, o CPCD atua também na capacitação de professores e na formação de agentes comunitários, envolvendo, em 1995, 220 famílias e 20 escolas públicas de 1º Grau.

CPCD – Centro
Popular de Cultura e
Desenvolvimento
Rua Paraisópolis, 82
31010-330
Belo Horizonte – MG
Tel (31) 3463-4682 /
3463-6357
Fax (31) 3463-0012
E-mail cpcd@cpcd.org.br

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola

2º lugar

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 95
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Toda Criança e
Adolescente Sem-
Terra Estudando
em Sua Terra

Desde 1987 a equipe do Setor de Educação da ANCA vem lutando por uma escola pública de qualidade nas áreas de assentamento de trabalhadores rurais em inúmeras regiões do país. Tem por objetivo mobilizar as próprias crianças e adolescentes filhos de sem-terra na luta pelo direito à escola pública e de qualidade nos acampamentos e assentamentos; com suas próprias palavras, “juntar o estudo com trabalho e preparar as crianças e jovens para a cooperação, dentro do mundo da produção... conhecer a caneta e a enxada, afinando estudo e trabalho”.

O Setor de Educação também sensibiliza os pais para a importância da educação escolar, promovendo, junto às comunidades assentadas, encontros de discussão de temas que incluem o Estatuto da Criança e do Adolescente. Nestes eventos realizam oficinas de arte e cultura, passeiam pela cidade, elaboram documentos e planejam manifestações públicas.

Sua atuação é bastante significativa na negociação junto a órgãos governamentais, prefeituras ou secretarias de educação para conseguir recursos para implantar e melhorar escolas. Essa iniciativa vem se multiplicando e disseminando nas comunidades rurais, onde se percebe hoje uma postura quase automática de implantação de escolas públicas e grupos de discussão sobre educação nos novos assentamentos que vêm surgindo.

Há cerca de 750 escolas nos assentamentos distribuídos por 22 Estados do país, com 1500 professores que, em 1996, atendiam aproximadamente 38 mil crianças. O Setor de Educação da ANCA desenvolve intenso trabalho de capacitação dos professores que lecionam nas escolas dos assentamentos, com a proposta de contribuir para um ensino coerente com o meio rural e com o resgate da cidadania. Para subsidiar o educador são desenvolvidas oficinas e produzidos materiais especiais. Os professores, integrados à comunidade, participam também de grupos de discussão locais e de encontros regionais organizados com o apoio de universidades e em parceria com os respectivos departamentos ou secretarias de educação. Desta forma garante-se uma abertura de horizontes e um processo de discussão mais amplo, levando a práticas coerentes com a reflexão e condição de todos os envolvidos.

ANCA – Associação
Nacional de Cooperação
Agrícola
Al. Barão de Limeira,
1232 – Campos Elíseos
01202-002
São Paulo – SP
Tel/Fax (11) 3337-3953
E-mail
anca@cidadanet.org.br

MOC – Movimento de Organização Comunitária

3º lugar

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 95
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Capacitação de
professores rurais

Oferecer ensino a partir da realidade vivenciada pelos alunos no campo, para o entendimento e participação na sociedade mais ampla: essa meta é perseguida com garra pela equipe do MOC – Movimento de Organização Comunitária, atuando diretamente junto aos professores das escolas rurais públicas nas microrregiões de Feira de Santana e Serrinha, BA.

O MOC iniciou sua atuação de desenvolvimento comunitário em 1967, com projetos de geração de renda, alimentação, saneamento e educação, com apoio de várias agências estrangeiras ou internacionais (da ONU e da Alemanha, Bélgica, Espanha, Estados Unidos, Holanda e Portugal). O trabalho na área educacional consistia na alfabetização de jovens e adultos, o que foi se modificando e tomando rumos mais significativos, passando a incidir sobre as raízes, mais do que os efeitos, do analfabetismo no campo. A partir de 1993, a proposta de contribuir para a melhor qualidade da escola básica rural assumiu a forma de um programa de formação de seus professores.

A capacitação docente é desenvolvida em parceria com a Universidade Estadual de Feira de Santana e as prefeituras dos municípios. Em 1995, 45 professores lecionavam em 37 escolas participantes do programa, que alcançava mais de 1.700 alunos.

A equipe de capacitação do MOC, composta de uma pedagoga e três professoras (de Português, Matemática e Ciências), trabalha com assessoria de professores da Universidade e em estreita sintonia com os coordenadores pedagógicos das administrações municipais. Proporcionam também treinamento e acompanhamento sistemático da prática dos professores, elaborando coletivamente materiais didáticos e de apoio.

Nesse processo, a relação entre a escola e a comunidade assume nova qualidade: os professores tomam contato direto com a rotina, o trabalho, os costumes dos moradores, considerados ponto de partida para a aquisição de conhecimento. E os pais dos alunos passam a valorizar a escola e a perceber que, mesmo quando são analfabetos, têm sua contribuição a dar.

Cada unidade de estudo em sala de aula segue um roteiro de “conhecer — analisar — transformar” conteúdos básicos, sempre a partir do cotidiano local. Na etapa de “conhecer”, cada aluno leva para os pais perguntas sobre determinado aspecto da realidade. Frequentemente, pais são convidados a vir à escola para explicar ou relatar algo, configurando uma efetiva participação na vida escolar. A etapa de análise consiste no aprofundamento e ampliação das informações obtidas, gerando conhecimento novo que é então transferido para a vida prática, num processo dialético onde escola e comunidade se completam.

MOC – Movimento de
Organização Comunitária
Rua Pontal, 61
44017-170
Feira de Santana – BA
Tel (75) 221-1393
Fax (75) 221-1604
E-mail moc@uol.com.br

Lar São Domingos

1º lugar

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 97
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Ninho de Pássaro
Criação,
Construção e
Exercício da
Cidadania

Vindas de favelas onde se concentram os mais elevados índices de pobreza, prostituição infantil, mendicância e meninos de rua de Maceió, os jovens atendidos no Lar São Domingos encontram espaços para o lúdico, para o imaginário e para o afeto. Com práticas educativas que se apoiam na arte e na cultura, a entidade procura resgatar a auto-estima e o processo de socialização, criando e recriando formas de aprendizado em um constante exercício de cidadania.

Criado há mais de 70 anos, em 1994, o Lar São Domingos resolve abrir suas portas aos novos princípios preconizados pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, ultrapassa as práticas assistencialistas baseadas no senso comum, na caridade e no improviso. A instituição reformula suas regras abandonando o modelo institucionalizante de atendimento em sistema de internato/abrigo, para se adequar às novas concepções pedagógicas com atendimento em meio aberto. 420 participantes de 7 a 17 anos matriculados na rede oficial de ensino da região, freqüentam diariamente a instituição em períodos alternados aos das escolas públicas.

As atividades de reforço escolar são variadas: trabalham com a linguagem verbal por meio de um livro, texto ou história, fatos do cotidiano; e com a linguagem plástica e atividades cênicas: banda Afro Timbalê e capoeira, ou as danças folclóricas Coco de Roda, Pastoril e Baiana. Ainda oferecem o teatro de bonecos com espetáculos mensais para as famílias. Para os jovens acima de 14 anos são também oferecidos cursos pré-profissionalizantes que funcionam durante dois dias da semana: marcenaria, gráfica, informática, construção de brinquedos pedagógicos e padaria.

Co-participantes da ação educativa, as 200 famílias beneficiam-se de assistência social, médica, odontológica e psicológica, além das atividades esportivas, culturais e dos cursos de alfabetização de adultos, e da orientação para o acesso ao mercado de trabalho.

O Lar São Domingos desenvolve parcerias com o Unicef, com a Universidade Federal de Alagoas, que capacita e cede estagiários; com a Secretaria Estadual de Educação que oferece orientação técnica; e as Secretarias Municipais de Cultura e Educação que concedem instrutores.

Audacioso, o projeto também se preocupa em instrumentalizar seus professores, capacitando-os sistematicamente para a sempre renovada tarefa de ensinar.

Lar São Domingos
Av. Gustavo Paiva, 4291 -
Mangabeiras
57032-000
Maceió - AL
Tel / Fax (82) 325-1444
E-mail
lardomingos@ig.com.br

FUNDARTE – Fundação Municipal de Artes de Montenegro

Prêmio da categoria de Ações Complementares à Escola

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 97
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Projeto Dançar

A FUNDARTE teve sua origem em 1973, no Conservatório de Música de Montenegro; desde então vem construindo um significativo trabalho no campo da educação por meio da arte. Das sapatilhas de balé também florescem sensibilidade, concentração, autoconfiança, cooperação, respeito e muitos passos em conjunto. Música, Artes Plásticas, Teatro e Dança, bem como atividades de formação de professores e inúmeros projetos sociais estão incluídos no programa.

Arte não é luxo, nem está reservada às elites! É uma expressão universal rica de possibilidades que pode tornar-se uma forte aliada da Educação. É partindo desse pressuposto que, em 1996, surge a proposta de usar a dança como um recurso pedagógico: nasce o Projeto Dançar.

Expor suas intenções às escolas e aos familiares dos futuros participantes bem como conhecer a demanda e o perfil da população-alvo foram os pontos de partida para o início do projeto. Para obter qualidade, o trabalho precisava integrar as famílias e formar parcerias com as escolas da região de onde vinham as crianças. Para a construção do projeto houve uma enorme campanha de arrecadação. Cada um tirou do fundo de suas gavetas o que restou de antigas fantasias, e o que faltou, foi gentilmente ofertado por uma empresa da região.

São 60 crianças e adolescentes em idades de 07 a 14 anos acompanhados por um professor de balé clássico, uma supervisora, três diretoras e dez professores das escolas envolvidas — que participam ativamente e alimentam o Projeto — além de uma psicopedagoga que estende seu atendimento aos familiares e à equipe profissional das escolas.

Problemas de aprendizagem e repetências múltiplas foram critérios para a seleção dos participantes. Pretende-se utilizar a dança como um meio para enfrentar essas dificuldades. Os movimentos do corpo harmonizados em dança exigem organização emocional, equilíbrio, coordenação, despertam criatividade e curiosidade. O crescimento pessoal que é um fruto da dança não é um mero acaso, é um reflexo dessa arte.

Nas aulas sempre há uma boa conversa sobre fatos do cotidiano de cada um e, sobretudo as dificuldades e os avanços escolares; os boletins são enviados pelas escolas à FUNDARTE e o professor de balé está atento! História da Dança, exploração dos diferentes materiais utilizados em aula, ritmos e música, pequenos projetos como *As obras de Monet e a Dança*, também fazem parte do currículo. Montam-se espetáculos para a comunidade.

FUNDARTE – Fundação Municipal de Artes de Montenegro
Rua Capitão Porfírio, 2141
95780-000
Montenegro – RS
Tel (51) 632-5223
E-mail
fundarte@terra.com.br

CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará

Prêmio da categoria de Mobilização pela Educação

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 97
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Educação, Faça
Valer Esse Direito

Com base no ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, o CEDECA – Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, vem atuando desde 1994 em 10 comunidades do interior do Ceará e em Fortaleza, buscando mostrar que a Educação é um direito de todos e pode ser reivindicada, ou melhor, exigida. Tem como objetivo intervir juridicamente nas situações específicas de violação dos direitos da criança e do adolescente, particularmente nos casos onde está implicada uma responsabilidade direta ou indireta do poder público.

O Projeto Educação, Faça Valer esse Direito detecta áreas onde há déficit no número de vagas oferecidas em relação ao número de crianças em idade escolar; realiza um cadastramento dessas crianças para posterior divulgação dos dados e busca uma solução administrativa para a questão; se não obtém respostas satisfatórias, o CEDECA faz apelo a uma ação judicial. Como resultado deste conjunto de intervenções, mais de 2500 crianças foram matriculadas em escolas da região desde 1994.

Sensibilizar pais e agentes comunitários para uma luta em defesa da educação significa informá-los e capacitá-los sobre o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente, e planejar conjuntamente a mobilização. Membros da comunidade formados pelo CEDECA têm atualmente uma participação permanente em Fóruns, Conselhos e outras articulações pela qualidade do ensino. Carros de som, *folders*, cartazes, passeatas, visitas domiciliares, teatro de bonecos, rádios comunitárias são utilizados na campanha que atinge diferentes setores da comunidade.

Estão envolvidos no processo aproximadamente 7000 pessoas: entidades de moradores, grupos religiosos e entidade sindicais, outras ONGs, grupos da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, entidade estudantil, Comissões de Educação da Câmara Municipal de Fortaleza e da Assembléia Legislativa do Ceará, entre outros.

Batalhadora e confiante nos seus propósitos, a equipe do CEDECA desenvolve igualmente ações em defesa do direito à saúde, ao respeito, à integridade física e moral, à liberdade e à vida. Além disso, realiza um programa de acompanhamento de homicídios de crianças e de adolescentes na região metropolitana de Fortaleza e combate a exploração sexual através do *Pacto de Defesa da Criança e do Adolescente em Situação de Risco*. Uma importante contribuição é feita por meio da divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em jornais, revistas, televisão, seminários e em reuniões comunitárias.

CEDECA – Centro de
Defesa da Criança e do
Adolescente
Rua Dona Leopoldina,
110 - Centro
60110-000
Fortaleza – CE
Tel / Fax (85) 252-4202
E-mail
cedeca@cedecaceara.org.br
Homepage
www.cedecaceara.org.br

5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental

Prêmio da categoria de Elaboração de Materiais de Apoio à Educação

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 97
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Programa de Educação Ambiental no Parque Ibirapuera
Projeto Trilha Radical Verde

Conhecer a natureza pela experiência direta, acrescentar informações sobre o meio, associar a tudo isto um material didático inteligente e objetivo. É assim que alunos e professores das escolas públicas de São Paulo têm a seu dispor o Programa de Educação Ambiental do Parque do Ibirapuera: um laboratório de vivências e atividades lúdicas de percepção do ambiente. Desde de 1995 o programa realiza um atendimento gratuito associado à distribuição de material didático.

Este programa, com seu projeto Trilha Radical Verde, tem como principal objetivo implantar uma metodologia em Educação Ambiental para a rede pública de ensino — atualmente já foram atingidos mais de 22.500 alunos e de 600 professores. Por meio de caminhadas através do Parque são observados e desenvolvidos vários temas ambientais urbanos, tais como a poluição das águas, o reconhecimento da fauna e flora, a relação dos cidadãos com as áreas de lazer, etc. Acompanha a “caminhada educativa” o *Guia Prático de Educação Ambiental em Parques Urbanos*, como material de auxílio ao professor. Este guia servirá tanto para o conhecimento das trilhas quanto para a continuidade do trabalho educativo fora do parque. Foram impressos 2000 exemplares do Guia, sendo que 1500 já foram doados às escolas públicas participantes.

Mas, a Trilha Radical Verde é apenas uma das iniciativas do 5 Elementos. Entre outros projetos encontram-se os seguintes programas:

1) *Educação Ambiental e Coleta Seletiva de Plásticos em Escolas* dirigidos à pré-escola e 1º e 2º grau [1996/1997]. Trata-se de uma grande campanha tratando do tema do meio ambiente e da reciclagem de diversos materiais jogados em nossos lixos. Foram publicados 250 manuais e 3500 posters educativos, doados às escolas públicas.

2) *Educativo sobre o meio ambiente, o lixo e a reciclagem* [desde 1995]. Cursos, seminários, eventos ao ar livre e envio de material educativo às escolas interessadas: os livretos *Lixo e Reciclagem*, *Ciclo de Vida do Plástico*, o *Vídeo Viraplástico* e a *Coleção Reciclagem e Ação*.

3) *Mãos à Obra*, dedicado ao rio Tietê, com a edição do *Manual do Rio Tietê* (tiragem de 3000, 1500 doados para a Fundação SOS Mata Atlântica e o restante dirigido às escolas públicas).

5 Elementos – Instituto de Educação e Pesquisa Ambiental
Rua Caio Graco, 379 – Lapa
05040-000
São Paulo – SP
Tel / Fax (11) 3871-1944
E-mail
elements@5elementos.org.br

CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia

Prêmio da categoria de Valorização e Formação Continuada de Professores no Ensino Fundamental Público

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 97
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Projeto
Seringueiro

Desde 1981 o CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia — junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri — vem conseguindo levar escolas para o interior da floresta e formular uma proposta pedagógica compatível com as características do universo em que vive a população acreana.

O Projeto Seringueiro visa capacitar professores locais para agirem em suas comunidades. Oferece cursos anuais que começam com um intensivo de 30 dias e continuam por meio de um acompanhamento organizado em 8 visitas. Atualmente são mais de 70 professores que atingem cerca de 1000 crianças e adolescentes, sem contar uma grande parcela de adultos beneficiados pelo programa. Em sua maioria leigos, os professores em formação trabalham numa proposta metodológica que se apoia na cultura local e nos recursos existentes, sem deixar de lado os convencionais conteúdos da Língua Portuguesa, Matemática e Conhecimentos Gerais.

O segundo momento da formação ocorre durante os acompanhamentos em serviço. De acordo com a localização geográfica, as escolas são divididas em regionais, cada uma com 5 escolas no máximo. Cada unidade recebe um técnico que permanece dez dias ao lado dos professores, assessorando e discutindo com eles suas dificuldades de conteúdo e de didática.

A equipe do Projeto, formada por profissionais de diferentes especialidades na área da Educação e alimentada por fiéis colaboradores, também se preocupa com a elaboração e seleção de materiais didáticos: exercícios de expressão e percepção gráfica, mapas, livros, revistas, enfim, um conjunto de ferramentas que instrumentalizam os professores em suas aulas.

Aqueles que apresentam os melhores desempenhos são encaminhados à Secretaria de Estado da Educação para serem contratados. A intenção não é qualificar melhores e piores, mas incentivar a participação dos membros da comunidade.

A ação do CTA tem desdobramentos vitais na luta que os seringueiros vem travando para assegurar a sobrevivência das comunidades extrativistas na floresta. Das escolas nascem postos de saúde, da saúde o trabalho, do trabalho o comércio, e assim por diante. Ainda que esse processo não se dê nesta ordem, o que está em jogo é o enraizamento da cultura e o florescimento da cidadania.

CTA – Centro dos
Trabalhadores da
Amazônia
Av. Epaminondas Jácome,
1994– Cadeia Velha
69908-420
Rio Branco – AC
Tel (68) 223-2727
Fax (68) 223-3260
E-mail cta@mdnet.com.br

Conselho de Monitoramento para Erradicação do Trabalho Infantil

1º lugar

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 99
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Erradicação do
Trabalho Infantil
no Garimpo
Bom Futuro

O Programa *Erradicação do Trabalho Infantil no Garimpo Bom Futuro* é desenvolvido no distrito rural de Bom Futuro, a 75 km da sede do município de Ariquemes e a 5 km da área de extração mineral de cassiterita. O distrito conta com aproximadamente 2 mil pessoas na área garimpeira e 2 mil na área rural utilizada pelo garimpo. Ariquemes é o terceiro maior município de Rondônia, a 200 km de Porto Velho.

A população residente no garimpo e na zona rural ao seu entorno não tinha acesso a qualquer equipamento social de saúde, educação, lazer, segurança pública, saneamento básico, o que representa extrema precariedade das condições de vida. As crianças na faixa etária de 7 a 14 anos trabalhavam no garimpo, submetidas às condições insalubres requeridas pela função por elas desempenhada.

Em 1996, a Delegacia Regional do Trabalho em Rondônia iniciou um diagnóstico sobre a exploração do trabalho infantil no Garimpo Bom Futuro, o que desencadeou um conjunto de ações, agregando órgãos públicos, iniciativa privada, sindicatos, organizações da sociedade civil.

Esse processo deu origem, em 1997, ao Conselho de Monitoramento para Erradicação do Trabalho Infantil, que visa à erradicação do trabalho infantil, centrada na ação educacional.

A primeira iniciativa do Conselho foi a implantação da Escola Rural Ângelo Spadari, utilizada como centro de referência, pólo irradiador e agente de desenvolvimento local, contribuindo para a mudança nas condições de vida da população, por meio da agregação de programas e políticas sociais e de parcerias diversas.

Dos 320 alunos do ensino fundamental, 263 na faixa etária dos 7 aos 14 anos participam da jornada complementar, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Com duração de quatro horas diárias, no PETI são desenvolvidas atividades culturais (música, dramatização, paródia, literatura); trabalhos manuais (dobraduras, pinturas, atividades psicomotoras); atividades esportivas (futebol, voleibol); brincadeiras orientadas para o desenvolvimento físico; técnicas agrícolas de horticultura e estudo do meio ambiente, com viveiro de mudas para o reflorestamento das áreas de garimpo; reforço escolar; alimentação; higiene pessoal. O material didático é distribuído gratuitamente aos participantes do Programa e suas famílias recebem renda complementar, por meio de bolsas mensais financiadas pelo governo federal, assumindo o compromisso de assegurar a permanência dos filhos nas atividades do ensino regular e da jornada complementar, retirando-os do trabalho.

O programa coloca na ordem do dia a complementariedade escolar como aliada na luta pela erradicação do trabalho infantil.

Conselho de
Monitoramento para
Erradicação do Trabalho
Infantil
Caixa Postal 342
78932-000
Ariquemes – RO
Tel (69) 535-2423
Fax (69) 535-3166

Comunicação e Cultura

Prêmio da
categoria
Ações
Complementares
à Escola

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 99
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Escola de
Cidadãos

A instituição Comunicação e Cultura teve origem em 1987, por solicitação da Associação de Moradores do Bairro Mucuripe, em Fortaleza, para assessorar uma equipe de jovens que publicaria o jornal da comunidade. Em 1991, nasceu o Projeto Jornais Comunitários Associados, tendo como propósito facilitar a publicação e a capacitação de editores de jornais de bairro da região metropolitana de Fortaleza. Em 1994, lançou com as escolas públicas de Fortaleza, o Projeto Clube do Jornal Escolar, para viabilizar a publicação de jornais editados por alunos.

Contribuir para o protagonismo juvenil, formar lideranças jovens, estimular a leitura e a escrita, despertar a curiosidade intelectual e o interesse pela análise crítica da realidade, e ainda, promover a inserção dos indivíduos no processo de construção coletiva da sociedade são objetivos da *Escola de Cidadãos*.

Em cada escola pública, um jornal é editado pelos alunos, com total liberdade, responsabilidade social e seguindo um Código de Ética do Jornalismo Escolar, cuja orientação básica é promover os direitos humanos, conceder direito de resposta, não fazer promoção política ou pessoal e não publicar matérias anônimas ou de ataques pessoais. Em 1999, 87 escolas participavam do Programa em 16 municípios do Ceará.

A *Escola de Cidadãos*, além de desenvolver atividades de acompanhamento nas escolas, círculos de planejamento, intercâmbio de experiências com os alunos-editores participantes do Projeto Clube do Jornal Escolar, oferece o curso de Comunicação e Mobilização Social, com oficinas temáticas sobre direitos humanos, escola, saúde reprodutiva; aulas de redação, técnicas jornalísticas e entrevistas; orientação psicológica; cinedebates; e o curso de Programação Visual e Editoração Eletrônica (diagramação, utilização de softwares, computação básica e editoração eletrônica)

O Programa demonstra que é possível desenvolver e estimular a iniciativa juvenil no ambiente da escola pública, com projetos de baixo custo e alta replicabilidade.

Comunicação e Cultura
Rua Castro e Silva, 121 –
sala 108 – 1ª andar
60030-010
Fortaleza – CE
Tel / Fax (85) 231-6092
E-mail
comcultura@comcultura.org.br

CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular

Prêmio da categoria Mobilização pela Educação

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 99
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Estatuto do Futuro

O CECIP foi fundado em 1986 por profissionais de diversas áreas, interessados em criar materiais educativos acessíveis, a respeito dos direitos e deveres da cidadania. Realiza ações de educação e comunicação, visando a promoção da cidadania nas áreas de direitos humanos, educação, saúde, meio ambiente e cultura, para a construção de uma sociedade consciente, ativa e participativa.

O Projeto *Estatuto do Futuro* teve início em 1997, por meio de uma parceria entre a União Européia e o CECIP, e tem o objetivo de disseminar informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para um público amplo e diversificado; os técnicos, as crianças e adolescentes e a população em geral. Produz e distribui kits de material educativo (vídeos e impressos) e capacita profissionais para a sua utilização e multiplicação em seus municípios. Realiza ainda exposições em praças públicas e em escolas por meio da TV Maxambomba e faz parcerias com a mídia para uma ampla disseminação dos direitos de cidadania de crianças e adolescentes.

Os materiais foram elaborados a partir das recomendações do I Seminário Estatuto do Futuro, com a participação de cerca de 40 instituições ligadas à infância e adolescência. Em linguagem acessível, direta e estimuladora para educadores, crianças, adolescentes e população em geral, o kit Estatuto do Futuro é uma chamada à ação, à mobilização, ao envolvimento, à articulação dos atores sociais que trabalham pelo cumprimento dos direitos preconizados pelo ECA.

Entre 1998 e parte de 1999, o Projeto atendeu, no Estado do Rio de Janeiro, a 66 escolas, 34 conselhos de direitos e tutelares, 40 órgãos públicos, 77 organizações da sociedade civil, estimando-se em 40 mil o número total de pessoas beneficiadas pelas ações da equipe.

Esse Programa, que sinaliza e reafirma a importância do Estatuto, quase dez anos após sua promulgação, sabe fazer uso da tecnologia para elevar seu potencial de multiplicação.

CECIP – Centro de Criação de Imagem Popular
Largo São Francisco de Paula, 34
20051-070
Rio de Janeiro - RJ
Tel (21) 2509-3812 / 2224-5182
Fax (21) 2252-8604
E-mail
cecip@ax.apc.org.br

ISA - Instituto Socioambiental

Prêmio da categoria
Formação
Continuada de
Professores e
Educadores e/ou
Produção de
Material de Apoio

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 99
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Formação de
Professores
Indígenas no
Parque Indígena
do Xingu para
o Magistério

O Parque Indígena do Xingu (PIX), em Mato Grosso, possui uma extensão equivalente à Bélgica e abriga 14 etnias, 32 aldeias e 3.496 habitantes. As escolas indígenas desempenham atualmente um papel fundamental no processo de capacitação das populações indígenas, que vêm sofrendo a pressão da hegemonia cultural da sociedade que as envolve e o impacto das transformações ambientais que ocorrem no entorno do Parque.

Tornar as escolas um instrumento de diálogo intercultural entre as sociedades indígenas e a sociedade envolvente, assegurando a preservação e a revitalização das culturas ali presentes, tem sido uma busca empreendida pelo Instituto Socioambiental (ISA), nesse *Programa de Formação de Professores Indígenas*.

Fundado em 1994, o ISA tem como objetivo defender bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e aos povos. Seu programa consiste em um processo de formação de 50 professores indígenas em dois cursos anuais, com a duração de 30 dias, abrangendo temas ligados à sustentabilidade socioambiental e cultural presente e futura dessas sociedades.

Além dos cursos intensivos, o Programa promove o Acompanhamento Pedagógico às Escolas, em que especialistas da equipe as visitam, assistem às aulas e orientam sua prática pedagógica. Reuniões são realizadas com a comunidade para avaliar o trabalho desenvolvido.

O programa vem sendo considerado como modelo na construção de uma escola indígena diferenciada, que valoriza as línguas e conhecimentos indígenas e, ao mesmo tempo, prepara as comunidades para uma convivência digna com a sociedade envolvente. A proposta curricular foi utilizada como referência pela Coordenação de Apoio às Escolas Indígenas do Ministério da Educação e foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso. Livros didáticos, escritos por professores indígenas, foram publicados pelo MEC, sendo que outros estão sendo elaborados com a assessoria da equipe do ISA, UNICAMP (SP), Museu Nacional (RJ), Museu Goeldi (PA) e da Comissão Pró-Índio do Acre.

Instituto Socioambiental
Av. Higienópolis, 901
01238-001
São Paulo – SP
Tel (11) 3825-5544
Fax (11) 3825-7861
E-mail
socioamb@ax.apc.org

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

1º lugar

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 2001
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Clube da Cidadania
Infanto-Juvenil e
Direito à Educação
em São João de
Meriti

São João do Meriti é a segunda cidade mais poluída do Estado do Rio de Janeiro. Vinte e cinco mil famílias que vivem ali têm renda per capita abaixo da linha da pobreza. A média de anos de estudo de um habitante do município é de quase seis anos, mais baixa do que a média de países africanos, como Quênia e Zimbábue. Quarenta por cento dos 600 mil habitantes tem menos de 17 anos e nenhum lugar para encontrar lazer e cultura.

Essa história começou faz três anos, quando a FASE, uma ONG, que desde 1961 com seis escritórios no Brasil tem como objetivo trabalhar no sentido de fortalecer movimentos sociais já organizados, criou o projeto *Clube da Cidadania Infanto-Juvenil e Direito à Educação em São João do Meriti*.

Seis núcleos comunitários pertencentes ao Clube, espalhados em bairros da periferia, estão funcionando. Juntos atendem 1.869 crianças e adolescentes de 3 a 18 anos. Nesse espaço oferecem dança afro, futebol, ballet, ginástica, teatro e acompanhamento pedagógico. Um acordo com a prefeitura possibilita que professores da rede municipal passem diariamente um período acompanhando cerca de 350 crianças e adolescentes do projeto. É nessas aulas que eles vencem suas dificuldades nos estudos.

A equipe do Clube conta com mais de 50 pessoas, com diferentes especializações; educação, psicologia, artes plásticas, educação física, assistência social, teatro, música, dança, etc.

Acolhidas e apoiadas, as crianças e adolescentes mostram que têm talento e criatividade para promover a cidadania. Em 2000, a campanha “Eu quero a minha vaga”, apoiada por jovens que frequentam os clubes, garantiu escola para 300 crianças que estavam fora das salas de aula. Participaram também da criação e organização de uma biblioteca comunitária formada com livros doados, único acervo para uma população de 50 mil habitantes.

Entre os parceiros da FASE estão agências internacionais de cooperação, prefeitura, universidade federal, associações de moradores, sindicatos, movimentos étnicos e de mulheres. Toda essa união ajuda o programa a contribuir na construção do projeto de desenvolvimento local.

Com duração prevista de dez anos, o programa espera, nesse tempo, ter ampliado o acesso de crianças e adolescentes ao ensino fundamental, ao lazer e à cultura.

Federação de Órgãos para
Assistência Social e
Educativa - FASE
Rua das Palmeiras, 98 –
Botafogo
22270-070
Rio de Janeiro - RJ
Tel (21) 2286-1441 /
9916-4260
Fax (21) 2286-1209
E-mail
hporto@fase.org.br

Centro das Mulheres do Cabo

Prêmio da
categoria
Ações
Complementares
à Escola

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 2001
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Projeto Jovens
Comunicadores

Em um modesto estúdio radiofônico numa casa em Cabo de Santo Agostinho, município pobre de Pernambuco, funciona o Centro das Mulheres do Cabo. Há quase dois anos, elas criaram o *Projeto Jovens Comunicadores*, que capacitou 60 jovens de 14 a 19 anos para atuarem no rádio.

Foram escolhidos estudantes da 7ª série da rede municipal, que tinham em comum a defasagem escolar, famílias com renda de até dois salários mínimos por mês e histórico de violência doméstica e sexual.

No curso ministrado por jornalistas, radialistas, educadores e especialistas em direitos da Criança e do Adolescente, tiveram aulas práticas em rádios comunitárias, estúdios de gravação e também visitaram as principais emissoras comerciais do Estado. Participaram de oficinas sobre saúde, sexualidade, direitos reprodutivos e humanos, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e cidadania.

Dos 60 participantes, 20 formam hoje a Rede Jovens Comunicadores que apresenta o programa semanal “Jovem em Ação”. A produção é coletiva e todos se envolvem nas reportagens, entrevistas, redação, locução, discussão dos temas, edição em estúdio, sonoplastia, reuniões de escuta e avaliação.

Com meia hora de duração, o programa é transmitido por oito rádios comunitárias e por uma rádio comercial que atinge vinte e um municípios de Pernambuco e Alagoas. Os jovens também levam os programas para cinco escolas de ensino fundamental, onde discutem o formato e os conteúdos com os colegas, professores e diretores, além dos Conselheiros de Direitos e Tutelares e estimulam os alunos a conhecer e estudar o ECA.

Com a participação no programa, os jovens passam a ser conscientes de seu papel na sociedade, levam a escola a sério e, principalmente, transformam-se em formadores de opinião.

Centro das Mulheres do Cabo
Rua Padre Antônio Alves, 20 –
Centro
54500-000
Cabo de Santo Agostinho – PE
Tel (81) 3521-0785 / 3521-4798
Fax (81) 3521-0040
Email
mulheres@elogica.com.br

Centro de Referência Integral de Adolescentes – CRIA

Menção Honrosa

PRÊMIO ITAÚ-UNICEF 97 EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Projeto Educação: um Exercício de Cidadania

e

Prêmio da categoria Mobilização pela Educação

PRÊMIO ITAÚ-UNICEF 2001 EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

CRIA

Fundada em 1994, tinha como objetivo, complementar o processo educacional de jovens de baixa renda com a arte. A arte é o coração da proposta, é ela que destaca a individualidade, reforça a identidade, liberta a necessidade de cada um expressar aquilo que é.

O *Projeto Educação: um Exercício de Cidadania* realizou na prática o que promete no nome. Desenvolvido em parceria com a rede pública de ensino e de saúde de Salvador, mobilizou e sensibilizou em 1997, esta comunidade para os temas relativos à sexualidade, etnia, cidadania e educação, por meio da peça de teatro “Quem descobriu o amor?”

Não se tratava simplesmente de uma apresentação, mas de um processo no qual a equipe do CRIA incentivava e capacitava um núcleo de trabalho que atuava como multiplicador da proposta. A partir destes multiplicadores a peça era encenada para o público escolar, comunidades locais e na rede pública de saúde, promovendo debates que contribuíam para a reflexão acerca da temática do programa, propiciando mudanças de hábitos e comportamento e até mesmo iniciativas em direção a um diálogo mais participativo na escola.

Em 1997 também, a instituição fundou o MIAC – Movimento de Intercâmbio Artístico Cultural pela Cidadania, uma rede de integração entre escola, comunidade, grupos e entidades comprometidos com a educação e a saúde. Dois anos depois, o MIAC definiu a melhoria da qualidade da educação pública como prioridade. As ações para alcançar esse alvo envolvem famílias e comunidades na gestão escolar democrática, mudanças no currículo, disseminação de metodologias de arte-educação e aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei das Diretrizes e Bases da Educação são as referências das propostas.

Atualmente, o MIAC reúne 185 instituições, organizadas em 17 núcleos regionais. O movimento articula organizações não-governamentais, associações de moradores, escolas, centros de saúde, grêmios estudantis, Associações de Pais e Mestres, Conselhos da Criança e do Adolescente, fóruns, rádios comunitárias e pessoas interessadas.

O teatro continua sendo a porta de entrada para quem chega ao *Programa CRIA* e é também por onde entram as famílias dos adolescentes. Muitas mães, filhas, filhos e pais atuam juntos nas inúmeras peças produzidas e montadas pelo projeto. A partir daí, as apresentações são levadas para as escolas e comunidades onde os jovens estudam e vivem. Eles se tornam multiplicadores para formar a consciência da cidadania por onde forem. Partem do princípio de que lutar para ter direitos é o primeiro direito de todos.

Centro de Referência
Integral de Adolescentes –
CRIA
Rua Gregório de Matos, 21 –
1º e 2º andares – Pelourinho
40025-060
Salvador – BA
Tel (71) 322-1334/ 321-3041
Fax (71) 322-1334
Email
cria@allways.com.br

Diocese de Santarém

Prêmio da categoria
Formação
Continuada de
Professores e
Educadores Sociais
e/ou Produção de
Materiais Educativos

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 2001
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Projeto Rádio pela
Educação

Uma sala de aula em Santarém, Estado do Pará. Carteiras, quadro negro, e muitas cabecinhas atentas ao rádio sobre a mesa do professor. A aula é interrompida e começa o programa “Para Ouvir e Aprender”, em audiência nas escolas e comunidades de todo o Médio e Baixo Amazonas. Munidos de cartilhas com o conteúdo do programa, alunos e professores acompanham a transmissão.

Em muitas comunidades da Amazônia o ensino segue o ritmo das águas. As crianças podem ficar até três meses sem aula por causa das cheias. Só mesmo ondas radiofônicas conseguem furar o bloqueio imposto pela natureza.

O programa “Ouvir para aprender”, produzido pelo *Projeto Rádio pela Educação*, da Diocese de Santarém, tem meia hora de duração e é transmitido três vezes por semana em dois horários, atingindo 450 escolas de Santarém e Belterra, com 39 mil alunos de 1ª a 4ª série do ensino fundamental.

Criado há dois anos em parceria com o Unicef e as Secretarias Municipais de Educação dos dois municípios, o projeto começou com um curso que mostrou aos professores o funcionamento do programa radiofônico, tendo a cartilha como material de apoio. Este programa faz parte de um conjunto: o guia pedagógico, a equipe de sala de aula, o “Para Ouvir e Aprender” e a assessoria pedagógica.

Escolas de comunidades que não contam nem mesmo com energia elétrica receberam rádios movidos a corda, energia solar, bateria ou pilha para poder participar do projeto que vai além das salas de aula.

O programa entra, também, nas casas dos alunos e é ouvido por seus pais e irmãos. O rádio é o caminho mais curto para levar a comunidade para dentro da escola, garantindo a multiplicação do conhecimento. A visão de mundo se amplia, o vocabulário torna-se mais rico, e a troca de informações entre escola e comunidade facilita, e muito, o trabalho do professor.

O rádio aproxima e educa.

Diocese de Santarém
Av. São Sebastião, 622-A
68005-020
Santarém – PA
Tel (91) 522-6584 / 523-1679
Fax (91) 522-6584
Email
valenthia@tap.com.br

Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude - ABMP

Destaque Especial do Júri

PRÊMIO
ITAÚ-UNICEF 2001
EDUCAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO

Pela Justiça na Educação

Partindo do princípio da educação como direito humano fundamental ao pleno exercício da cidadania, o programa *Pela Justiça na Educação* propõe uma aliança sem precedentes no campo da prevenção e promoção social: Justiça e Educação se encontram para garantir os direitos da criança e adolescente.

O programa promove a qualificação técnica e a mobilização dos cerca de 5,5 mil juizes e promotores das Varas da Infância e da Juventude do país para defenderem o direito à educação de qualidade de todas as crianças e adolescentes brasileiros.

Desde o final de 1999 vem realizando, em todos os Estados, os *Encontros pela Justiça na Educação*, espaços de formação dos juizes e promotores, e de articulação entre eles e organizações do Poder Público e da sociedade civil para iniciarem a mobilização pela educação inclusiva e de qualidade.

Os primeiros resultados já se multiplicam pelo Brasil. Desde março de 2001, as escolas estaduais de Santa Catarina participam do “APÓIA – Aviso por Infrequência de Aluno”, um sistema que está monitorando a ausência dos alunos nas aulas.

Em Palmas, capital de Tocantins, a Vara da Infância e Juventude, a Procuradoria Geral de Justiça, as Secretarias Estadual e Municipal de Educação e o Conselho Tutelar se uniram em torno do projeto “Evasão Nota Zero”, implantado em maio de 2001.

No Acre, o Ministério Público lançou em abril o projeto “VEMCA – Verificação de Evasão e Matrícula da Criança e do Adolescente”, com apoio da Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco, do Conselho Tutelar e do Juizado da Infância e da Juventude. No Pará, o combate à evasão se dá com o programa “Prá Escola Já”.

O programa *Pela Justiça na Educação* lança as bases para uma significativa mudança no que se entende por garantir, de fato, o direito à educação pública de qualidade para todas as crianças e jovens.

Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude – ABMP
Rua Celeste Gobbato, 10 – 10º andar – sala 1061
90110-160
Porto Alegre – RS
Tel (51) 3210-6773 / 3210-6538
Fax (51) 3286-4272
Email
abmp@abmp.org.br

Menções Honrosas

AMAT – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ARAGUAIA E TOCANTINS

Av. Conselheiro Furtado, 1440
66035-350
Belém – PA
Tel / Fax (91) 242-1329
E-mail amat@amat.org.br

AMEPPE- ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR INTEGRAL PAULO ENGLERT

Rua Ludgero Dolabela, 1021 – 9º andar – Gutierrez
30430-130
Belo Horizonte – MG
Tel (31) 3291-9502 Fax (31) 3291-9517
E-mail fyamg@uol.com.br

APADV - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS VISUAIS E ASSOCIADAS

Avenida Brasil, 688 – 4º andar
30140-001
Belo Horizonte – MG
Tel (31) 3274-0495 Fax (31) 3273-4702
E-mail rogedo@yahoo.com.br

APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LAVRAS

Av. Padre Dehon, 209 – Caixa Postal 22
37200-000
Lavras – MG
Tel (35) 3821-1697 Fax (35) 3821-1328
E-mail apaelvrs@uflanet.com.br

APJ – APRENDER PRODUZIR JUNTOS

Rua Mariana Celina dos Santos, s/nº
39800-000
Teófilo Otoni – MG
Tel (33) 3522-8015 Fax (33) 3522-8106
E-mail apjuntos@uol.com.br

APMI – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE
E À INFÂNCIA

Rua Alfredo Paródi, 427

83702-070

Araucária - PR

Tel (41) 614-1400 Fax (41) 842-1300

E-mail pma@onda.com.br

APROESP – ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES
E SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO
DE SÃO PAULO

Rua Santa Clara, 617 – Vila Ady – Ana

12243-630

São José dos Campos – SP

Tel (12) 3923-1741

E-mail aproesp@iconet.com.br

ASA – AÇÃO SOCIAL ARQUIDIOCESANA

Av. Frei Serafim, 3200 – Edifício Paulo VI

64001-500

Teresina – PI

Tel (86) 223-7458 Fax (86) 221-9660

E-mail pastoraldomenor@uol.com.br

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE
SÃO MARTINHO

Rua Moraes e Vale, 111 – 5º andar – Lapa

20021-260

Rio de Janeiro – RJ

Tel (21) 2242-2238 / 2221-1453 Fax (21) 2242-7629

Homepage www.saomartinho.org.br

E-mail saomartinho@saomartinho.org.br

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA MONTE AZUL

Av. Thomaz de Sousa, 552 – Jd. Monte Azul

05836-350

São Paulo - SP

Tel (11) 5851-0006 / 5851-5370 Fax (11) 5851-1089

E-mail projetos@monteazul.org.br

ASSOCIAÇÃO CULTURAL BLOCO CARNAVALESCO
ILÊ AIYÊ

Rua do Curuzu, 197

40365-000

Salvador – BA

Tel / Fax (71) 388-4969

E-mail ileaiye@e-net.com.br

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA
ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR AVELINO MARCANTE
Rua Guilherme Holz, 140 – Bom Retiro
89204-000
Joinville – SC
Tel (47) 473-1041
E-mail emavelinomarcante@netvision.com.br

ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA LIVRO EM RODA
Rua Projetada, s/nº
58322-000
Conde – PB
Tel (83) 298-1035
E-mail livroemroda@openline.com.br

ASSOCIAÇÃO MENINO JESUS DE PRAGA
Rua Raimundo Lopes de Queiroz, s/n – Tapera
61700-000
Aquiraz – CE
Tel (85) 361-2704 Fax (85) 361-2704
E-mail cultura.aquiraz@bol.com.br

ASSOCIAÇÃO MENINOS DO MORUMBI
Rua Dr. José Janarelli, 485
05615-000
São Paulo – SP
Tel (11) 3722-1664 Fax (11) 3743-0427
E-mail meninostaff@webrazil.com.br
Homepage www.meninosdomorumbi.org.br

ASSOCIAÇÃO PROJETO RODA VIVA
Rua Silvio Romero, 57
20230-100
Rio de Janeiro – RJ
Tel (21) 2224-7456 / 2224-8794 Fax (21) 2224-8712
E-mail rodaviva@marlin.com.br

AVANTE, QUALIDADE, EDUCAÇÃO E VIDA – ONG
Rua Waldemar Falcão, 1770
40295-001
Salvador – BA
Tel / Fax (71) 334-0565
E-mail avante@svn.com.br

CAATINGA – CENTRO DE ACESSORIA E APOIO AOS
TRABALHADORES E INSTITUIÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS
ALTERNATIVAS
Caixa Postal 03
56200-000

Ouricuri – PE
Tel (87) 3874-1258 Fax (87) 3874-1567
E-mail caatinga@telesof.com.br

CENTRO BRASILEIRO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE –
CASA DE PASSAGEM
Rua Treze de Maio, 55 – Santo Amaro
50100-160
Recife – PE
Tel (81) 3423-3839 Fax (81) 3231-1449
E-mail cp@casadepassagem.org.br
Homepage www.casadepassagem.org.br

CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE
Rua 27 de Janeiro, 181
53020-020
Olinda - PE
Tel (81) 3429-3444 / 3277-6684 Fax (81) 3429-4881
E-mail cclf@elogica.com.br

CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUSA
Rua Fernando Augusto, 987
60540-260
Fortaleza – CE
Tel (85) 497-1131 Fax (85) 497-2162
E-mail cduhs@secrel.com.br

COLETIVO REFAZENDO
Rua Silveira Lobo, 32 – Casa Forte
52061-030
Recife – PE
Tel (81) 3441-2343 Fax (81) 3441-2342
E-mail refazendo@ig.com.br

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE
Rua Pernambuco, 1025 – Bosque
69907-580
Rio Branco – AC
Tel (68) 224-1426 / 224-1486
Fax (68) 224-1426
E-mail cpi@mdnet.com.br

CRIA – CENTRO DE REFERÊNCIA INTEGRAL DE
ADOLESCENTES
Rua Gregório de Mattos, 21 – 1º e 2º andares
40025-060
Salvador – BA
Tel (71) 322-1334 / 322-3041 Fax (71) 322-1334
E-mail cria@allways.com.br

CTA – CENTRO DE TRABALHADORES DA AMAZÔNIA
Av. Epaminondas Jácome, 1994 – Cadeia Velha
69908-420
Rio Branco – AC
Tel (68) 223-2727 Fax (68) 223-3260
E-mail cta@mdnet.com.br

FAMURS – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS
DO RIO GRANDE DO SUL
Rua Marcílio Dias, 574
90130-000
Porto Alegre – RS
Tel / Fax (51) 3231-3833
E-mail famurs@famurs.com.br

FÓRUM MINEIRO DE SAÚDE MENTAL
Rua Tenente Anastácio de Moura, 1167 / 101
30240-390
Belo Horizonte – MG
Tel (31) 3282-2655 Fax (31) 3224-2386
E-mail artesaude@bol.com.br

FUMDHAM – FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO
Rua Projetada, s/nº - Campestre
64770-000
São Raimundo Nonato – PI
Tel (86) 582-1612 Fax (86) 582-1293
E-mail fundham@terra.com.br

FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO
SAN Quadra 01 – Bloco E – Asa Norte
70041-904
Brasília – DF
Tel / Fax (61) 322-7801
E-mail fundathos@fundathos.org.br

FUNDAÇÃO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
BENTO RUBIÃO
Av. Beira Mar, 216 - Sala 701 - bairro Castelo
20021-060
Rio de Janeiro – RJ
Tel (21) 2262-3406 Fax (21) 2533-0837
E-mail cddbhr@bentorubiao.org.br

FUNDAÇÃO TERRA – FUNDAÇÃO DO TRABALHO
EDUCACIONAL COM RECURSOS RENOVÁVEIS E ARTE
Sítio da Linha da Serra
62766-000
Guaramiranga – CE
Tel (85) 9979-8973 Fax (85) 321-1213

GRUPO PRIMAVERA
Rua Dr. Luiz Aristeu Nucci, 30
13082-220
Campinas – SP
Tel (19) 3246-0021 Fax (19) 3246-0832
E-mail gprimavera@gprimavera.org

INSTITUTO AVISA LÁ - FORMAÇÃO CONTINUADA DE
EDUCADORES
Rua Harmonia, 1040
05435-001
São Paulo – SP
Tel (11) 3032-5411 / 3812-9561 Fax (11) 3812-4389
E-mail institutoavisala@avisala.org.br

INSTITUTO SOCIAL DAS MEDIANEIRAS DA PAZ – ISMEP
Rua Artur Lício, 221- Pina
51011-150
Recife – PE
Tel (81) 3325-0887 Fax (81) 3325-0887
E-mail procriu@ig.com.br

MISSÃO RAMACRISNA
Rua Mestre Ramacrisna, 379
32501-970
Betim – MG
Tel / Fax (31) 3596-2828
E-mail missao@ramacrisna.org.br

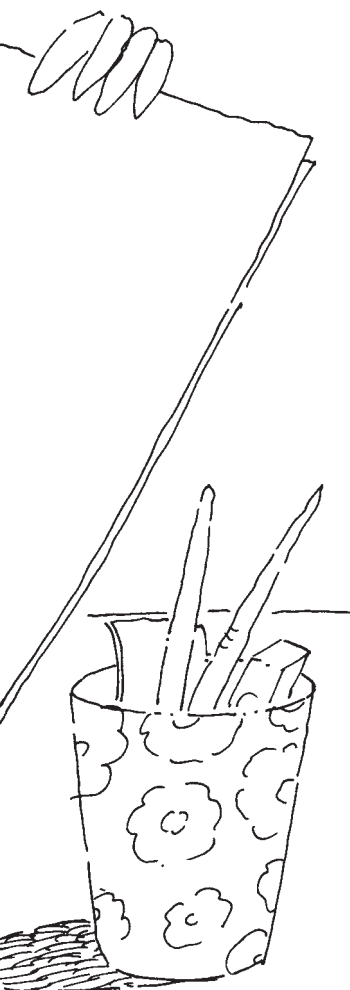
NTC – NÚCLEO DE TRABALHOS COMUNITÁRIOS
Rua Bartira, 409
05009-000
São Paulo – SP
Tel / Fax (11) 3864-7377
E-mail ntc@dmnet.com.br

PROAME – PROGRAMA DE APOIO A MENINOS E MENINAS
Rua São Pedro, 968
93010-260
São Leopoldo – RS
Tel / Fax (51) 592-4553
E-mail secretproame@zaz.com.br

PROJETO AXÉ – CENTRO DE DEFESA E PROTEÇÃO À
CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
Av. Estados Unidos, 161 – Ed. Suerdieck, 9º e 10º and.
40010-020
Salvador – BA
Tel (71) 242-5815 Fax (71) 241-3110
E-mail projetoaxe@uol.com.br



Anexo 3 Roteiro para elaboração de projetos



1. IDENTIFICAÇÃO

Anexar breve caracterização da instituição a esse projeto: um folheto ou texto curto.

INSTITUIÇÃO

Ano de fundação: _____

Endereço: _____

Telefone () _____ Fax () _____

E-mail: _____

CEP: _____ Município: _____ UF: _____

CGC _____ Inscrição: _____

Principal representante: _____

Cargo: _____

Responsável pelo projeto: _____

Cargo: _____

SUMÁRIO

Resumo conciso dos objetivos/metasp do programa

2. JUSTIFICATIVA

Análise da realidade/diagnóstico.

Origem e os motivos que o/a levaram a propor a realização do projeto.

3. OBJETIVOS

Propósitos do projeto e os resultados que se pretende alcançar no público-alvo. Em geral são expressos por um verbo infinitivo.

Objetivo Geral: propósito central.

Objetivos Específicos: os propósitos intermediários ou imediatos.

4. METAS

Devem ser expressas em quantidades que se quer alcançar, dentro de um determinado prazo, num espaço determinado, relacionadas ao público-alvo.

5. BENEFICIÁRIOS

Público-alvo: pessoas a quem o projeto pretende atingir.

6. RESULTADOS

Resultados a serem alcançados com as atividades realizadas. Em geral, são expressos por um substantivo.

7. LOCALIZAÇÃO E ABRANGÊNCIA

Definição da área onde o projeto será realizado, incluindo sua abrangência.

8. ETAPAS DO PROJETO

Definir no projeto global as etapas de execução (ex: planejamento, contratação da equipe, etc..) e indicar os procedimentos ou atividades previstas em cada etapa.

Indicar se o projeto em questão faz parte de um programa ou projeto mais longo.

9. METODOLOGIA

“Como fazer”: instrumentos e técnicas. Em alguns tipos de projeto será interessante indicar as estratégias que serão utilizadas.

10. CRONOGRAMA

Distribuição de cada etapa ou fase do projeto no tempo previsto para a realização.

11. RECURSOS NECESSÁRIOS

Humanos: quem executará o projeto, número de pessoas envolvidas, qualificações exigidas e responsabilidades de cada um.

Materiais: equipamentos, instrumentos, infra-estrutura física.

Financeiros: custos do projeto e cronograma de desembolso.

12. ORÇAMENTO *

Custo total do projeto

Custos de pessoal

Custos de deslocamento

Custos relativos a aluguel de salas e equipamentos, serviços, manutenção, comunicação, material de escritório, software etc.

* nota explicativa na página 171.

13. ADMINISTRAÇÃO DO PROJETO

Coordenação técnica e a coordenação administrativa do projeto.

14. AVALIAÇÃO

Definir em que momentos do projeto se realizará e quem participará desse processo.

Apontar os indicadores de avaliação (aspectos ou dados que permitem aferir como se pretende chegar aos resultados pretendidos) relacionados aos objetivos e metas.

Após a execução, indicar quando serão oferecidos os relatórios de avaliação.

Esclarecer se há previsão de avaliação de impacto após algum tempo da conclusão do projeto.

Exemplo de um projeto de realização de curso com apoio de diversas fontes

QUADRO DE USOS E FONTES					
USOS	FONTES				TOTAL
ETAPAS/ITENS DE DESPESAS	EMPRESA X	FUNDAÇÃO Y	PREFEITURA	SUA INSTITUIÇÃO	
1. Planejamento do curso					
Coordenador				0,00	0,00
Assessores			0,00		0,00
Técnicos			0,00		0,00
2. Execução do curso					
Docentes/ Monitores			0,00		0,00
Palestrantes			0,00		0,00
Apostilas/ Publicações		0,00			0,00
Hospedagem	0,00				0,00
Alimentação	0,00				0,00
Transporte	0,00				0,00
Café/Lanche	0,00				0,00
Aluguel de espaço	0,00				0,00
Serviços de apoio em sala de aula				0,00	0,00
Material de consumo				0,00	0,00
3. Avaliação					
Coordenador				0,00	0,00
Docentes/ Monitores			0,00		0,00
Técnicos			0,00		0,00
Assessores			0,00		0,00
4. Elaboração de relatórios					
Coordenador		0,00			0,00
Técnicos		0,00			0,00
Material de consumo		0,00			0,00
5. Publicação dos resultados					
Editoração e revisão		0,00			0,00
Projeto gráfico		0,00			0,00
Impressão		0,00			0,00
6. Material permanente					
Aparelho de facsímile/computador				0,00	0,00
Linha telefônica				0,00	0,00
7. Coordenação administrativa					
Taxa de coordenação administrativa	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CRONOGRAMA

duração: 6 meses

Projeto: curso

ETAPAS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
1. Planejamento do curso	■					
2. Execução do curso		■	■	■		
3. Avaliação				■	■	
4. Elaboração de relatórios				■	■	
5. Publicação dos resultados					■	■

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO DOS RECURSOS SOLICITADOS

(apresentado à Fundação Y)

ETAPAS	DESEMBOLSO					TOTAL
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	
1. Planejamento do curso						
2. Execução do curso (apostilas/publicações)		0,00	0,00			0,00
3. Avaliação						
4. Elaboração de relatórios (coordenação, técnicos, e material de consulta)			0,00			0,00
5. Publicação dos resultados (editoração/revisão, projeto gráfico, impressão)				0,00	0,00	0,00
6. Material permanente						
7. Coordenação administrativa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL						0,00

Administração de recursos financeiros

O recurso financeiro de um projeto ou organização pode ser definido como o dinheiro necessário à realização de um projeto, sem esquecer dos recursos que não são financeiros, mas que devem ser contabilizados nos custos do projeto, tais como: serviços prestados, doações, contribuições, equipe interna fixa, instalações físicas etc. De forma bastante simplificada, podemos considerar gerenciamento dos recursos financeiros como acompanhamento e controle da utilização do dinheiro com o objetivo final de garantir a consecução dos objetivos pretendidos.

Planejamento

O ato de planejar significa tentar prever acontecimentos futuros, inclusive as dificuldades potenciais na execução de uma determinada etapa do projeto. No caso específico do planejamento da utilização de recurso financeiros, podemos entender o ato de planejar como o ajuste da verba disponível ao plano de ação do projeto, objetivando o cumprimento das metas e, em última instância, os objetivos do projeto.

Orçamento

A preparação de um orçamento é parte do processo de elaboração de um projeto e é a tradução dos recursos necessários para sua consecução em valores monetários.

A apresentação de um orçamento deve ser feita da forma mais clara possível e em alguns casos, dependendo do financiador, deve obedecer a modelos predeterminados.

De maneira geral, um orçamento contém custos relativos ao que está nos itens 11 e 12 do Roteiro para Elaboração de Projetos, a saber, recursos necessários e orçamento.

Um orçamento deve conter, entre outros itens:

- discriminação do serviço/produto/etapa a ser pago de maneira resumida (mais detalhado no texto do projeto);
- quantidade (horas, meses, unidades, número de profissionais etc.);
- custo unitário;

- custo total (sem encargos, quando relativo a pessoal);
- valor dos encargos sociais, tributos e outras despesas relativas à contratação de pessoal;
- custo total final;
- contrapartidas.

As *contrapartidas* podem ser entendidas como parcelas de obrigação que cada organização parceira assumirá. Isto é válido sempre e mesmo nos casos em que só se recorre a uma agência financiadora: a contrapartida da organização solicitante deve ser contabilizada nos custos totais do projeto.

A elaboração de uma página de rosto trazendo os dados gerais dos valores orçamentários do projeto pode ser uma ferramenta interessante para a visualização dos custos globais e unitários do projeto. A apresentação desta primeira página deve discriminar o valor de cada etapa, inclusive as despesas relativas à taxa de administração (variando entre 5% e 15% sobre o valor total) e o custo total por unidade atendida pelo projeto (R\$/hora/profissional capacitado ou R\$/aluno reintegrado à escola etc.).

Com o orçamento pronto, com o cronograma de atividades do projeto definido, faltam um cronograma financeiro e um quadro de usos e fontes para complementar a apresentação do projeto. O *cronograma financeiro* apresenta as despesas cronogramadas e vinculadas às etapas do trabalho, justificando os prazos para a liberação do recurso pelo financiador, e planejando de sua utilização, distribuído no tempo.

O *quadro de usos e fontes* discrimina os valores totais de participação de cada uma das organizações parceiras, inclusive as contrapartidas. O cronograma financeiro é uma ferramenta muito importante de acompanhamento do projeto porque permite a comparação com o “realizado” (tudo o que já foi realizado; o que já aconteceu em termos da contabilidade do projeto), viabilizando a tomada de decisões e a implementação de ações corretivas.

A *modulação* (apresentação de valores totais por módulos de projeto, ou etapas, que podem ser executadas e financiadas separadamente) de um orçamento facilita o processo de captação de recursos e aprovação do projeto na medida em que viabiliza o financiamento partilhado, ou seja, existe a possibilidade de recorrer a vários financiadores que podem se responsabilizar por um ou mais módulos/etapas ou itens do orçamento e viabiliza parcerias, na medida em que organiza e caracteriza a responsabilidade de cada parceiro na consecução de um projeto.

Controle

O controle interno da utilização do recurso pode ser feito através de duas ferramentas contábeis simples e eficazes: o *fluxo de caixa*, que prevê as despesas e receitas do projeto em um determinado período e a *movimentação contábil*, que registra estas movimentações de dinheiro quando se tornam efetivas.

O fluxo de caixa pode ser feito sempre para o próximo mês do projeto, ou até para o projeto como um todo e o movimento deve registrar todos os detalhes da efetivação da despesa/receita. As informações geradas pela utilização desta duas ferramentas podem ser utilizadas em relatórios gerenciais de acompanhamento do projeto e na elaboração dos relatórios de prestação de contas.

Relatórios de prestação de contas

Os relatórios de prestação de contas são instrumentos de controle do andamento do projeto, em geral utilizados para apresentação aos financiadores, demais parceiros, beneficiários e aos colaboradores internos e externos. Se configuram, desta forma, em uma importante estratégia de fortalecimento das parcerias, do relacionamento com os financiadores, do fortalecimento institucional e da transparência da organização, principalmente em relação aos beneficiários dos projetos.

Os relatórios de prestação de contas são, geralmente, solicitados pelos financiadores para o acompanhamento da utilização do recursos e da consecução das metas e objetivos. Os repasses de verba são feitos mediante comprovação do cumprimento de uma etapa do projeto através de um relatório de prestação de contas ou da apresentação de um produto, ou ambos. Este procedimento, necessário ao repasse, é usualmente determinado pelo financiador.

Os relatórios de prestação de contas são resultado das informações obtidas das ferramentas de controle contábil da verba do projeto e, em geral contêm as seguintes informações (além do relatório de atividades desenvolvidas):

- valor total do projeto;
- valor total de repasses recebidos e despesa total efetuada até o momento;
- demonstrativo de despesas específicas e ações correspondentes no período de abrangência do relatório;
- valor total da parcela solicitada;
- previsão de despesas para o próximo período de acordo ao planejamento.



Anexo 4 Algumas organizações e empresas que apoiam programas de cunho educacional



AMERICAN EXPRESS FOUNDATION
Av. Maria Coelho Aguiar, 215 - Bloco F - 8º andar
CEP 05804-907 São Paulo SP
Tel. (11) 3741-5555 Fax (11) 3741-5453
Homepage www.americanexpress.com

ANCAR EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S/A
Rua do Carmo, 43 – 9º andar – bairro Centro
CEP 20011-020 Rio de Janeiro RJ
Tel. (21) 3806-2700 Fax (21) 3806-2749
E-mail ancar@ancar.com.br a/c de Marcelo

ASHOKA - EMPREENDEDORES SOCIAIS
Apoia empreendedores sociais em diversas áreas
Rua Visconde de Pirajá, 82 - sala 308
CEP 22410-000 Rio de Janeiro RJ
Tel. (21) 2523-6811 Fax (21) 2523-6799
E-mail ashoka@ashoka.org.br
Homepage www.ashoka@org.br

ASSOCIAÇÃO JUNIOR ACHIEVEMENT DO EST. DE S. PAULO
Av. Paulista, 1159 - Conj. 214 Cerqueira Cesar
CEP 01311-200 São Paulo SP
Tel. (11) 3285-2621 Fax (11) 3285-4527
E-mail jasp@jasp.org.br

BRASIF S/A EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO
Rua Margarida Assis Fonseca, 171 – bairro Califórnia
CEP 30855-070 Belo Horizonte MG
Tel. (31) 3329-7655 Fax (31) 3329-7839
Homepage www.brasifmaquinas.com.br

CÂMARA AMERICANA DE COMÉRCIO
Rua da Paz, 1431 - Chácara Santo Antônio
CEP 04713-001 São Paulo SP
Tel. (11) 5180-3804 / 0800 169199 Fax (11) 5180-3777
E-mail ombudsman@amcham.com.br

CESE - COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇOS
Rua da Graça, 164
CEP 40080-410 Salvador BA
Tel. (71) 336-5457 Fax (71) 336-0733
E-mail cese@cese.org.br
Homepage www.cese.org.br

CIDA – CANADIAN INTERNATIONAL DEVELOPMENT
AGENCY
200, Promenade du Portage
Hull, Quebec
K 1 A 0 G 4
CANADA
E-mail info@acdi-cida.gc.ca
Homepage www.acdi-cida.gc.ca

Esta agência canaliza recursos de centenas de organizações não governamentais canadenses para programas de desenvolvimento social, saúde e nutrição, educação básica, HIV/AIDS, proteção da criança.

CNCD- CENTRE NATIONAL DE COOPÉRATION AU
DEVELOPPEMENT
Quai du Commerce 9
1000 Bruxelles
Bélgica
E-mail cncd@cncd.be

À semelhança das de outros países do norte europeu, esta agência atua como ponte entre ONGs do Terceiro Mundo e as financiadoras da Bélgica.

COMUNIDADE SOLIDÁRIA
Esplanada dos Ministérios - Bloco A - 4º andar
CEP 70054-902 Brasília DF
Tel. (61) 411-4710

DU PONT DO BRASIL
Departamento de Relações Públicas
Alameda Itapicuru, 506 Alphaville
CEP 06454-080 Barueri SP
Tel. (11) 4166-8122 Fax (11) 4166-8851
E-mail produtos.brasil@bra.dupont.com

EMBAIXADA DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS
SES – Quadra 801 – Lote 05
CEP 700405-900 Brasília DF
Tel. (61) 321-4769
Fax (61) 321-1518
Homepage www.embaixada-holanda.org.br

EZE - EVANGELISCH ZENTRALSTELLE FÜR
ENTWICKLUNGSHILFE E.V. –
Arbeitsgemeinschaft Kirchlicher Entwicklungsdienst
Kniebisstrasse 29
70188 Stuttgart
República Federal da Alemanha
E-mail agked@geod.geonet.de
Homepage www.ekd.de/agked/ezee.html
Canaliza recursos de igrejas evangélicas alemãs e de outras
organizações para projetos que visem condições dignas de
vida das populações de baixa renda.

THE FOUNDATION CENTER
79 Fifth Avenue
New York, NY 10003
Estados Unidos
Homepage www.fdncenter.org
É uma organização independente, mantida por fundações,
para fornecer informações sobre fontes de financiamento e
orientar os interessados em doações das mais de 2.400
fundações norte-americanas.

FUNDAÇÃO ABRINQ
Rua Lisboa, 224 Jardim América
CEP 05413-000 São Paulo SP
Tel./ Fax (11) 3081-0699
E-mail info@fundabrinq.org.br

FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL
SCN Quadra 1, Bloco A, Edifício Number One, 9º e 10º andar
CEP 70711-900 Brasília DF
Tel. (61) 310-1900 Fax (61) 310-1959
Homepage www.cidadania-e.com.br

FUNDAÇÃO BELGO MINEIRA
Av. Carandaí, 1150 – 20º andar
CEP 30130-915 Belo Horizonte MG
Tel. (31) 3219-1559 / 3219-1488 Fax (31) 3219-1337
E-mail fundacao@belgomineira.com.br

FUNDAÇÃO BRADESCO
Cidade de Deus s/nº Vila Yara
CEP 06029-900 Osasco SP
Tel.(11) 3684-4272 / Fax (11) 3682-1914
Homepage www.fundacaobradesco.org.br

FUNDAÇÃO CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE AMPARO
AO MENOR. Av. João Pinheiro nº 495 - 8º andar
CEP 30130-180 Belo Horizonte MG

Tel.(31) 3249-1799 Ramal 1599 Fax (31) 3249-1791
E-mail fundacao@fundcdl.org.br

FUNDAÇÃO CLEMENTE MARIANI
Rua Miguel Calmon, 57 - 2º andar
CEP 40015-010 Salvador BA
Tel. (71) 243-2666 Fax (71) 243-2987
E-mail fcm@fcmariani.org.br

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Rua Conceição, 233 - sala 1308 - 13º andar - Centro
CEP 13010-050 Campinas SP
Tel./ Fax (19) 3236-4422
E-mail gvconvhq@terra.com.br

FUNDAÇÃO IOCHPE
Alameda Tietê, 618 - casa 1
CEP 01417-020 São Paulo SP
Tel./Fax (11) 3060-8388
E-mail fiochpe@osite.com.br
Homepage www.widesoft.com.br/fiochpe

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL
Rua XV de Novembro, 306 - 3º andar
CEP 01013-000 São Paulo SP
Tel. (11) 3247-5123 Fax (11) 3247-5133

FUNDAÇÃO JOSÉ CARVALHO
Estrada de Santiago, s/nº Central
CEP 48120-000 Pojuca BA
Tel. (71) 645-8163 Fax (71) 645-1244
E-mail fcj@e-net.com.br

FUNDAÇÃO MAURÍCIO SIROTSKY SOBRINHO
Av. Getúlio Vargas, 1620 - 4º andar
CEP 90150-004 Porto Alegre RS
Tel. (51) 3218-6472 / 3218- 6474 Fax (51) 3218-6488
E-mail fundacao@fmss.org.br

FUNDAÇÃO ORSA
Av. Deputado Emílio Carlos, 821 – Santa Teresinha
06310-160 Carapicuíba SP
Tel/Fax (11) 4181-2232
E-mail fundorsa@fundacaoorsa.org.br

FUNDAÇÃO PROJETO SORRIA
Rua José da Costa Carvalho, 06
CEP 35400-000 Ouro Preto MG
Tel. (31) 3551-6194 Fax (31) 3551-1715

FUNDAÇÃO SOLIDARIEDADE
(VOLVO DO BRASIL)
Rua Mauro Medeiros Damas, 1098
Bairro Campo de São Benedito
CEP 83535-000 Campo Magro PR
Tel./ Fax (41) 677-1187

FUNDAÇÃO REZENDE BARBOSA
Rua Onze de Junho, 246 - Centro
CEP 19800-050 Assis SP
Tel. (18) 3322-8959 Fax (18) 3322-2509
E-mail frb@novamerica.com.br

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO
Rua Santa Alexandrina, 336 - Rio Comprido
CEP 20261-232 Rio de Janeiro RJ
Tel. (21) 3232-8800
Homepage www.frm.org.br

FUNDAÇÃO TELEFONICA
Rua Joaquim Floriano, 1052 – 9º andar
CEP 04534-004 São Paulo SP
Tel. (11) 3049-1955 Fax (11) 3049-1950
E-mail rosacastro@telefonica.org.br

FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE
Av. dos Portugueses, s/nº - Praia do Boqueirão – Itaquí
CEP 65085-580 São Luís MA
Tel. (98)218-5621 / 218-5618/ 218-5610
E-mail fvrog@cvrld.com.br

FUNDAÇÃO VITOR CIVITA
Av. das Nações Unidas, 7221 - 6º andar
CEP 05425-902 São Paulo SP
Tel. (11) 3037-4347 Fax (11) 3037-4357
Homepage www.fvc.org.br

FUNDAÇÃO W.K. KELLOGG
Alameda Rio Negro, 1084 - Cj. 31 Alphaville
CEP 06454-000 Barueri SP
Tel. (11) 4191-2233 – Ramal 103 Fax (11) 4195- 0992
E-mail wkkfbr@wkkf.org

INSTITUTO AYRTON SENNA
Rua Dr. Olavo Egydio, 287
CEP 02037-000 São Paulo SP
Tel. (11) 6950-0440 Fax (11) 6950-8007
E-mail ias@ias.org.br
Homepage www.ias.org.br

INSTITUTO C&A DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Alameda Araguaia, 1222 Alphaville
CEP 06455-940 Barueri SP
Telefone: (11) 4166-9105 / Fax: (11) 4166-9524
E-mail instituto@cea.com.br
Homepage www.institutocea.org.br

INSTITUTO XEROX
Av. Rodrigues Alves, 261 – 4º andar
CEP 20220-360 Rio de Janeiro RJ
Tel. (21) 2271-1837 Fax (21) 2271-1445

INTER-AMERICAN FOUNDATION
901 North Stuart Street, 10º andar
Arlington, VA 22203
Estados Unidos
Homepage www.iaf.gov
Instituição governamental norte-americana para apoio a
projetos de desenvolvimento comunitário e de grupos
desfavorecidos da América Latina.

MISEREOR- BISCHOFliches HILFSWERK
MISEREOR E.V.
Endereço da sede:
Mozartstrasse 9
52064 Aachen
República Federal da Alemanha
Endereço Postal:
Postfach 1450
52015 Aachen
República Federal da Alemanha
E-mail postmaster@misereor.de
Homepage www.misereor.de

Apóia programas de ONGs e grupos que vivem “na pobreza”,
nas áreas de formação básica, saúde, desenvolvimento rural
e urbano.

NATURA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMÉTICO
Rua Amador Bueno, 491 - Santo Amaro
CEP 04752-900 São Paulo SP
Tel. (11) 5694-7251 / 5694-7577 Fax (11) 5694-7665

NESTLÉ INDUSTRIAL E COMERCIAL
Av. Luís Carlos Berrini, 1376
CEP 04571-010 São Paulo SP
Tel. (11) 5508-4400 Fax (11) 5505-2824
Homepage www.nestle.com.br

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Diretoria

Rua Guaianazes, 1238

CEP 01204-001 São Paulo SP

Tel. (11) 3366-5199 Fax (11) 3366-5140

E-mail diretoria@portoseguro.com.br

THE SYNERGOS INSTITUTE

9 East 69th Street

New York, NY 10021, EUA

E-mail synergos@synergos.org

Homepage www.synergos.org

Trabalha com parceiros locais em diversas partes do mundo no combate à pobreza.

UNESCO

SAS Q 5 Bloco H Lote 6

Ed. CNPQ 9º andar

CEP 70070-914 Brasília DF

Tel. (61) 321-3525 Fax (61) 322-4261

Homepage www.unesco.com.br

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

SEPN, Quadra 510, Bloco A

Edifício Sede do INAN - 1º andar

CEP 70750-530 Brasília DF

Tel. (61) 348-1900 Fax (61) 349-0606

VISÃO MUNDIAL

Rua Tupis, 38 20º andar – Centro

CEP 30190-060 Belo Horizonte MG

Tel. (31) 3273-5944 Fax (31) 3273-3949

E-mail vmb_informa@wvi.org

Homepage <http://www.visaomundial.org.br>

VITAE – APOIO À CULTURA, EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL

Rua Oscar Freire, 379 5º andar

CEP 01426-001 São Paulo SP

Tel. (11) 3061-5299 Fax (11) 3083-6361

E-mail vitae@dialdata.com.br

WHITE MARTINS

Comunicação Institucional

Rua Mayrink Veiga, 9 - 18º andar

CEP 20090-050 Rio de Janeiro RJ

Tel. (21) 2588-6202

Consulte também os sites

1. RITS- REDE DE INFORMAÇÕES TERCEIRO SETOR

Homepage www.rits.org.br

Oferece informações sobre o terceiro setor facilitando o acesso a comunicação e conhecimento de ações que contribuem para a qualidade e eficácia das organizações.

2. EDUCAREDE

Homepage www.educarede.org.br

Além do conteúdo estimulante e rico, oferece links para diversos outros sites da área de educação. Confira na sessão “O assunto é...”, dicas sobre como enriquecer as aulas.

3. SECRETARIA DO ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL –

Projeto Centro Nacional de Formação Comunitária

Homepage www.formacaocomunitaria.org.br

Coloca em pauta as ações do Centro Nacional de Formação Comunitária. Atenção especial para os links sobre os cursos oferecidos e para o boletim Cá Entre Nós.

4. KANITZ

Homepage www.filantropia.org

Divulga o trabalho da Kanitz & Associados e coloca a disposição do internauta, entre outras coisas, o contato com profissionais disponíveis no mercado e links para sites de instituições que necessitam de voluntários e outros tipos de ajuda.

5. CENTRAL DE VOLUNTARIADO

Homepage www.voluntariado.org.br

Divulga organizações sociais cadastradas, centrais de voluntariado do país e oferece ao internauta a possibilidade de cadastrar-se como voluntário.

6. 3M, DPASCHOAL E AMBEV

Homepage www.voluntarios.com.br

Divulga o Prêmio Voluntário do Ano. Oferece também acesso ao cadastramento de voluntários.

7. AMIGOS DA ESCOLA

Homepage www.redeglobo6.globo.com/amigosdaescola/0,6993,1236,00.html

Notícia ações desenvolvidas pelo projeto Amigos da Escola e informa sobre como participar.

Solicitações deste Guia
devem ser encaminhadas ao CENPEC
por fax ou e-mail

Fax (11) 3816-0666
info@cenpec.org.br

